

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

SILVANA APARECIDA MARIANO

**MOVIMENTO DE MULHERES E ESTADO:
ambigüidades da incorporação de gênero nas políticas públicas em Londrina**

Florianópolis

2001

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

SILVANA APARECIDA MARIANO

MOVIMENTO DE MULHERES E ESTADO:

ambigüidades da incorporação de gênero nas políticas públicas em Londrina

Dissertação apresentada para Banca Examinadora da Universidade Federal de Santa Catarina, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Sociologia Política.

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Sociedade Civil e Ecologia Política

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ilse Scherer-Warren

Florianópolis

2001



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

MOVIMENTOS DE MULHERES E ESTADO: AMBIGÜIDADE DA INCORPORAÇÃO DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM LONDRINA.

SILVANA APARECIDA MARIANO

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua
forma final pela Orientadora e Membros da
Banca Examinadora, composta pelos
Professores:

I. Scherer-Warren

Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren
Orientadora

Maria Ignez Silveira Paulilo

Profa. Dra. Maria Ignez Silveira Paulilo
Membro

Céli Regina Pinto

Profa. Dra. Céli Regina Pinto
Membro

I. Scherer-Warren

Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren
Coordenadora

Florianópolis, SC, Dezembro de 2001.

À Nice, querida amiga, que foi decisiva para reorientar minha vida, ainda na adolescência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente às mulheres das Organizações Comunitárias Femininas de Londrina, que contribuíram com suas idéias para a realização desta pesquisa. Destas mulheres recebi muita atenção, carinho e estímulo durante todo o processo de pesquisa de campo. Entre as muitas associações pelas quais fui recebida, gostaria de destacar aquelas que compuseram minha amostra:

Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato; Associação de Mulheres do Patrimônio Selva; Grupo de Mulheres do Conjunto Tito Carneiro Leal; Grupo de Mulheres do Conjunto São Lourenço; Associação de Mulheres do Parque Ouro Branco; Clube de Mulheres Unidas do Jardim Jatobá; Grupo de Mulheres da Amizade do Parque das Indústrias; Associação de Mulheres Vencedoras do Jardim Tóquio e Associação de Mulheres União Faz a Força.

Agradeço também a várias outras mulheres e instituições que participaram da pesquisa ou contribuíram para sua realização:

às secretárias da Secretaria Especial da Mulher e presidentes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que carinhosamente me receberam e se dedicaram a contribuir com suas informações e idéias;

à minha orientadora, Ilse Scherer-Warren, por sua atenção, por todo o suporte teórico, por suas preocupações com as práticas sociais e por suas instigantes observações que sempre me desafiavam a reavaliar determinadas direções e interpretações;

às Profas. Maria Ignês Silveira Paulilo e Ligia Lúchmann, pelas observações pertinentes na ocasião do exame de qualificação, as quais contribuíram para alguns aprofundamentos na análise que aqui apresento;

à Profa. Maria José de Rezende, da Universidade Estadual de Londrina, que me ofereceu a base de todo o estímulo para seguir a formação acadêmica, incentivando-me pela permanência na área de estudos de gênero;

às colegas de trabalho da Secretaria Especial a Mulher, por todo o apoio;

à Prefeitura do Município de Londrina, que me possibilitou a realização do curso, concedendo-me a licença de trabalho, apesar das várias disputas administrativas travadas internamente no ano de 2000;

ao CNPq, que tornou possível a realização da pesquisa.

Muito especialmente, agradeço ao Airton, que me acompanhou em toda esta trajetória, oferecendo-me sempre seu companheirismo.

RESUMO

Nesta pesquisa procura-se analisar a dinâmica do processo de introdução de gênero nas políticas públicas, no contexto de Londrina. Para tanto, parte-se do estudo da relação entre seus principais atores, o movimento de mulheres e as “novas institucionalidades estatais” e de como esses/as atores/atrizes articulam a perspectiva de gênero em suas práticas coletivas.

Em suas práticas, os/as atores/atrizes podem sempre construir novos significados para as categorias que operam, buscando lhe dar maior instrumentalidade em seus cotidianos. O esforço empreendido na análise foi de captar como a utilização da linguagem de gênero está relacionada, ou não, à busca pelo empoderamento das mulheres e por mudanças nas relações de poder fundadas no gênero, de forma a questionar e combater a subordinação feminina. Nesta direção, há muitos limites e ambigüidades na experiência em Londrina.

Por outro lado, a interação entre as organizações comunitárias femininas, a Secretaria Especial da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, tem também forjado possibilidades de maior propagação dos debates sobre mulher e gênero, tanto no seio da sociedade, quanto no interior da administração municipal. Assim, não há apenas “traduções político-culturais” de gênero, mas também a politização de questões de gênero.

ABSTRACT

This research aims at analyzing the dynamics of the process of gender introduction in the public policy, according to the reality in Londrina. Thus, it considers the study of the relation between the main actors, which are the women's movement and the "new public institutionalism". It also considers the actors' use of the gender perspective in their collective practices.

In order to improve their daily routine, the actors may create new meanings for the categories they belong to. The objective of the analysis was to observe whether or not the use of gender language is related to the search of women's empowerment and to changes in the gender relations of power based in gender, so as to question and take action against women's submission. There are several limits and ambiguities in the experience in Londrina.

On the other hand, the interaction among the women's community organizations, such as the Special Women's Office and the City Counseling of Women's Rights, has also created opportunities for debates about woman and gender in society as well as in the city administration. Therefore, there are "political-cultural translations" and the politicizing of questions of gender.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA	22
CAPÍTULO 1	
GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA INCURSÃO NA LITERATURA	23
1.1 Articulações sobre Gênero e Poder	23
1.2 A Mulher e a Esfera Pública: da invisibilidade ao protagonismo	28
1.3 O Movimento de Mulheres e o Estado	45
CAPÍTULO 2	
O MOVIMENTO DE MULHERES E AS “NOVAS INSTITUCIONALIDADES” EM LONDRINA	54
2.1. O Protagonismo das Organizações Comunitárias e o Enfoque de Gênero	54
2.2 As “Novas Institucionalidades” no Estado	74
2.2.1 Coordenadoria Especial da Mulher/Secretaria Especial da Mulher	77
2.2.2 A experiência da SEM com o conjunto da Administração Municipal	79
2.2.3 A experiência com as Organizações Comunitárias Femininas	91
2.2.4 O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	112
CAPÍTULO 3	
CARACTERÍSTICAS E LIMITES NA INTERAÇÃO DAS OCFs COM O GOVERNO LOCAL	126
3.1 Parceria e dependência na relação com o Estado	126
3.2 Problematizações sobre a Questão de Gênero	135
3.3 Problematizações sobre Democracia	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
BIBLIOGRAFIA	155
ANEXOS	162

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMBJF	Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato
AMPS	Associação de Mulheres do Patrimônio Selva
CAM	Centro de Atendimento à Mulher
CEM	Coordenadoria Especial da Mulher
CMDM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
COM	Centro de Oficinas da Mulher
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
OCFs	Organizações Comunitárias Femininas
PROVOPAR	Programa de Voluntariado do Paraná
SEM	Secretaria Especial da Mulher

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui sistematizada analisa a atuação política de organizações comunitárias femininas – enquanto vertente do movimento de mulheres – na relação com o Estado, representado neste caso pelo governo municipal, através de instituições como a Secretaria Especial da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, em Londrina.

Embora seja possível abordar muitos outros aspectos da relação das organizações comunitárias femininas com órgãos do governo local, o que me interessa aqui mais especificamente são as questões relacionadas à perspectiva de gênero nas propostas e encaminhamentos de políticas públicas.

A construção da conceituação de gênero teve seu início já na década de 70 e é fruto do esforço de teóricas feministas em criar uma categoria de análise histórica que estabelecesse novo rumo aos estudos sobre a problemática feminina nas sociedades (SCOTT, 1990 e SILVEIRA, 1997). Esta nova categoria tem como propósito “desconstruir” as teorias e ideologias que estigmatizam os papéis de cada um dos sexos, reforçando e legitimando a discriminação. Para tanto, pretende “desnaturalizar” as desigualdades entre homens e mulheres, definindo seu campo de compreensão na esfera social e, portanto, cultural. Neste sentido, advoga a construção social do gênero, que varia no tempo e no espaço e que convive e se articula com outros sistemas de organização das relações de poder, constituindo sujeitos múltiplos, a partir de três eixos básicos de dominação/exploração: gênero, raça/etnia e classe social (SAFFIOTI, 1994).

Uma das questões fundamentais na teorização de gênero encontra-se na compreensão de que, sendo as desigualdades de gênero socialmente construídas, estas, por conseguinte, podem ser transformadas (SAFFIOTI, 1994). Disto resulta uma dupla aplicação do conceito de gênero, como categoria analítica, visando compreender e explicar as formas de subordinação das mulheres; e como categoria política, servindo de instrumento para construir identidades e de arcabouço para propor alternativas de luta para transformar a condição de subordinação, visando a equidade de gênero.

Esta teorização converge para o debate sobre o Estado, uma vez que suas determinações *“alcançam os mais ocultos espaços da vida privada”* (SAFFIOTI, 1994, p. 273), como também a vida pública, e podem, por meio de projetos sociais e políticas públicas, produzir, reproduzir ou transformar as relações de gênero (GUZMÁN, 2000). Neste sentido, as temáticas relacionadas às políticas públicas adquirem grande importância nas reivindicações feministas e constituem-se em objeto de debate e de análise.

No decorrer da década de 90, especialmente a partir de 1995, com a realização da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, promovida pela ONU – Organização das Nações Unidas –, o debate sobre a incorporação de gênero nas políticas públicas ganhou maior notoriedade pública e apelo político, passando a apresentar-se nos mais variados segmentos sociais, políticos e estatais, ampliando inegavelmente as influências feministas no conjunto da sociedade. Este processo pode ser acompanhado em Londrina e na própria Secretaria Especial da Mulher, que, a partir daquele momento, incorporou definitivamente a linguagem de gênero, antes pouco presente. Pode-se dizer que a ampliação dos campos de influência feminista nas últimas décadas é fruto da teorização de gênero.

A importância da perspectiva de gênero está relacionada à democratização das relações sociais entre homens e mulheres, partindo do entendimento de que estas são relações de poder, conforme Joan Scott (SCOTT, 1990), as quais estruturam sistemas de desigualdades sociais. Para tanto, as proposições de projetos e políticas públicas, quando orientados pela concepção portada pela categoria “gênero”, implicam em vislumbrar impactos nessa estrutura de poder fundados nos gêneros, visando, com isso, promover o empoderamento das mulheres, de forma a abalar as relações de subordinação.

Portanto, as reivindicações pela incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas partem da compreensão de que homens e mulheres ocupam papéis distintos na sociedade, os quais fundamentam relações desiguais entre os sexos, que são construídas social e historicamente. Pressupõe o entendimento de que a população não é homogênea e de que as políticas públicas não são neutras em relação às desigualdades sociais (IBAM, 1991 e MACHADO, 1999).

Tal compreensão, quando baseada em princípios feministas, implica na adoção de uma concepção crítica sobre as relações de gênero e de uma perspectiva de que homens e mulheres portam necessidades e interesses distintos, os quais devem ser incorporados nas ações de alcance público, a fim de superar a condição de subordinação do feminino ao masculino. Dessa forma, incorporar a perspectiva de gênero não se trata apenas de fazer elogio às diferenças entre os gêneros, mas, sobretudo, de objetivar ações que coíbam a desigualdade das mulheres. No arcabouço do pensamento feminista, teórico e político, gênero constitui-se numa categoria de análise histórica e num método de planejamento. Para tanto, porta um conteúdo crítico e emancipatório no que diz respeito às relações sociais desiguais entre homens e mulheres (SILVEIRA, 1997; PRATT, 1999 *apud* COSTA e DINIZ, 1999; ALVAREZ, 2000b; GUZMÁN, 2000).

A perspectiva de gênero propõe, então, a criação de mecanismos que promovam o empoderamento das mulheres, entendendo-o como uma questão coletiva e não individual.

“Os parâmetros do empoderamento são: construção de uma auto-imagem positiva, autoconfiança, desenvolvimento da capacidade de se pensar criticamente, construção de coesão de grupo e incentivo à decisão e ação” (YOUNG, 1993, p. 158 *apud* MACHADO, 1999, p. 33).

Na perspectiva de empoderamento coloca-se *“claramente a necessidade de mudanças não só das mulheres, como também dos homens, pois os grupos sociais se relacionam e esta interação tem conseqüências para toda a sociedade”* (YOUNG, 1993 *apud* MACHADO, 1999, p. 34). A noção de empoderamento das mulheres é uma questão chave das reivindicações com a perspectiva de gênero.

O problema desta pesquisa, como será analisado ao longo deste trabalho, inscreve-se num contexto em que a categoria gênero extrapolou os círculos de domínio feminista e passou a ocupar espaço nos mais diversos setores sociais e instituições estatais. Muitas vezes essa incorporação se dá por formas variadas de tradução político-cultural, afastando-se das influências das teorias e práticas feministas e atingindo um nível de mera adição no vocabulário técnico de planejamento (ALVAREZ, 2000b). Tal desencadeamento subverte a reivindicação

das feministas, uma vez que essas entendem que a incorporação de gênero não se dá apenas por adição, mas principalmente por revisão dos fundamentos tradicionais (MOUFFE, 1996; MOUFFE, *apud* PINTO, 1999; e VARIKAS, 1996) ¹.

Partindo então do pressuposto de que há várias interpretações sobre o uso da categoria gênero, é importante a realização de pesquisas que analisem como essa categoria se apresenta principalmente nos setores que estão mais diretamente envolvidos com o encaminhamento e a execução de demandas que se propõem a abordar a questão de gênero. Neste caso, os atores envolvidos na análise são as organizações comunitárias femininas, a Secretaria Especial da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, todos no âmbito do Município de Londrina.

O debate sobre políticas públicas e sobre o atendimento às demandas sociais, bem como a inclusão de gênero, está estreitamente vinculado com a concepção de democracia. A incorporação de gênero nas políticas públicas requer a construção de sistemas democráticos participativos, permitindo assim maior influência das mulheres (IBAM, 1991; COSTA, 1997; BLAY, 1999 e MACHADO, 1999).

A defesa que a teoria feminista faz sobre o aperfeiçoamento da democracia está pautada por sua crítica aos princípios sobre os quais se organiza o modelo liberal da esfera pública. Duas questões norteiam a crítica. Primeiro, entende que a construção da esfera pública se deu sobre exclusões, constituindo-se como branca, burguesa e masculina. Segundo, entende que a esfera pública, quando inclui os sujeitos da sociedade civil, coloca as diferenças entre parênteses e, tratando todos como se fossem iguais, discrimina os menos poderosos e os diferentes (FRASER, 1997 *apud* PINTO, 2000; BONACCI e GROPPPI, 1995). Dessa forma, há *"a necessidade da organização e do aperfeiçoamento de processos democráticos e participativos que possam contribuir para o empoderamento das mulheres"* (LEÓN, 2000, p. 197).

As políticas públicas são um importante instrumento para esse objetivo de empoderamento das mulheres e, ao mesmo tempo, a inclusão de

¹ Chantal Mouffe (MOUFFE, *apud* PINTO, 1999, p. 91; MOUFFE, 1996) e Eleni Varikas (1996) apresentam uma formulação similar a respeito da inclusão das mulheres na cidadania e na democracia, o que me serviu de

gênero é vista como importante indicador de democratização, juntamente com a inclusão de classe social, de raça/etnia e de outras formas de exclusão social (BLAY, 1999). Conjugando demandas por democratização da sociedade e democratização do Estado, as reivindicações pela incorporação de gênero nas políticas públicas têm sido o principal tema de debate entre movimento de mulheres e Estado, desde a década de 80 e especialmente depois de 1995.

Pode-se identificar uma relativa facilidade política pela aceitação de tais reivindicações do movimento de mulheres. Entretanto, sua incorporação efetiva muitas vezes é marcada por ambigüidades em relação aos objetivos visados pelo movimento, no que tange às influências na estrutura de desigualdade entre homens e mulheres. Embora este tema seja produto fundamentalmente do esforço do movimento de mulheres, sua incorporação na agenda pública, bem como nas políticas públicas, é condicionada pelo contexto político, colocando-se em teste as influências do movimento na correlação entre forças políticas presentes no Estado.

O objetivo da pesquisa é analisar, no contexto londrinense, como a interação entre os três principais atores do processo – organizações comunitárias femininas, Secretaria Especial da Mulher e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – tem conformado a dinâmica de incorporação de gênero nas políticas públicas e quais as potencialidades de suas ações para promover mudanças na distribuição de recursos e de poder entre homens e mulheres, visando com isto o empoderamento das mulheres e a eqüidade de gênero.

As demandas de gênero, em sua operacionalização, vão das reivindicações por igualdade entre homens e mulheres em alguns aspectos, às reivindicações por atendimentos especiais às mulheres, em outros aspectos, dependendo da situação de desigualdade (SCHUMAHER e VARGAS, 1993 e JELIN, 1994). A perspectiva de gênero, na proposta feminista de emancipação da mulher, deve ser adotada no âmbito do Estado e da sociedade. Neste caso, cabe analisar a forma como essa perspectiva apresenta-se nas atividades desenvolvidas por associações de mulheres e nas demandas por elas encaminhadas ao Estado.

Para desenvolver o problema da pesquisa, duas questões centrais norteiam a discussão: “relações de gênero” e “participação política”, articulando-se

na tematização sobre poder, democracia, cidadania e políticas públicas. Assim sendo, os fatores de avaliação sobre a democratização das relações sociais de gênero, por um lado, e a democratização das relações políticas entre as lideranças femininas e o Estado, por outro, centram-se na análise sobre a adoção da perspectiva de gênero e sobre a autonomia política.

No cenário de institucionalidade democrática, a noção de autonomia política, na relação dos movimentos sociais com o Estado, assenta-se na exigência, por parte dos atores desses movimentos, de construção de um campo ético-político que lhes possibilite *“atuar de forma independente, negociando com governos e poderes na direção de uma democracia real”*, entendida nesta concepção como *“forma de sociedade”* (PAOLI, 1995, p. 46). Para David Held, no mesmo sentido de Maria Célia Paoli, a autonomia é representada pelo *poder* dos atores de participar plenamente no “governo” do Estado e nos assuntos civis, com capacidade de influenciar nas decisões (HELD, 1997). Assim, Held deixa claro em sua conceituação que o exercício da autonomia é também a conquista de poder, atribuindo uma positividade à noção de poder, como algo que também permite a resistência e não apenas a opressão. Podemos identificar, então, uma relação entre autonomia e empoderamento, sendo estas as principais bandeiras do movimento de mulheres, em especial o feminista, pois a introdução de gênero nas políticas exige a construção de poder no campo político, possibilitando sua influência.

A noção de autonomia dos movimentos sociais em geral, e do de mulheres em particular, será refletida em seu contexto histórico, demarcando a trajetória política brasileira da década de 70 até a atualidade (MIGUEL, 1988 e PAOLI, 1995). Será também refletida em sua dimensão relacional, pois a autonomia nunca é absoluta e, dessa forma, se define numa relação pendular com a heteronomia, ora com mais, ora com menos autonomia (CASTORIADIS, 1982, *apud* DABOIT, 1996).

A autonomia é pensada como a luta contra a heteronomia e a cooptação, não apenas das “questões feministas” ou dos “interesses das mulheres”, mas autonomia dos próprios atores, individuais e coletivos. A autonomia serve assim de fundamento da cidadania ativa, enquanto discernimento da noção de direitos (ARENDR, 1993), em substituição à noção de favores.

Nesta pesquisa interessa, portanto, analisar a autonomia das lideranças das entidades a serem pesquisadas, em sua relação com o governo municipal, e a noção de direitos presente nesta relação. Isto será apreendido a partir das estratégias adotadas pelas lideranças para encaminhamento e negociação das demandas apresentadas ao governo municipal e a forma como interpretam o relacionamento que constroem com este interlocutor.

Tratando-se de analisar a relação entre entidades do movimento de mulheres e o Estado, o Município de Londrina torna-se um campo privilegiado de pesquisa por dispor atualmente de Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Secretaria Especial da Mulher e Delegacia da Mulher. Estas são as três principais instituições governamentais reivindicadas pelo movimento de mulheres no Brasil, desde a década de 80, o que remete este estudo à necessária discussão sobre a institucionalização de demandas feministas e seus reflexos para a organização do movimento de mulheres, a partir da criação das “novas institucionalidades estatais”²

A hipótese da qual parto nesta investigação é de que a interação entre as associações de mulheres com a Secretaria Especial da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher tem possibilitado uma mútua influência em suas agendas políticas e tem contribuído para que as associações de mulheres incorporem a categoria “gênero”. Neste contexto, no qual se faz ausente um movimento feminista, pode ser na interação entre organizações comunitárias femininas com órgãos municipais que se estabelecem as alianças que buscam legitimidade política para a temática de gênero. É nessa relação que se engendra a possibilidade de politização de gênero e, com ela, a possibilidade de democratização da esfera pública. Contudo, a ausência de um movimento feminista em Londrina tem favorecido a tradução política da categoria “gênero”, resignificando seu conteúdo crítico, reduzindo-o.

Articulando gênero e democracia, uma das premissas teóricas que orienta este estudo é que o desenvolvimento de uma concepção questionadora das relações sociais de gênero constitui-se em um importante fator de promoção da

² A denominação de nova institucionalidade tem sido utilizada para se referir genericamente a órgãos estatais específicos para tratar de temas relacionados à mulher ou de gênero, dependendo da abordagem. Incluem-se os

democracia participativa, sendo esta uma forma que oferece melhores condições para a participação feminina. Isto é, a percepção de que a esfera pública foi construída com base na exclusão feminina conduz a uma concepção de defesa do alargamento da esfera pública e de ampliação dos atores/atrizes que nela atuam.

Apesar dos limites, essa interação entre movimento de mulheres e Estado porta a possibilidade de desenvolver elementos politizadores das relações sociais de gênero e recoloca os termos e a forma de abordagem da relação entre Estado e sociedade civil, flexibilizando a dicotomização entre ambos, pois, essas associações encontram, na interação com a Secretaria Especial da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, melhores condições para lidar com a impermeabilidade do Estado e para constituir canais participativos no interior da administração municipal.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa selecionei entidades que se denominam como associações ou como grupos de mulheres de bairros e que se encontram efetivamente em atividade. Dentro desses critérios foram excluídas as entidades que se denominam como clube de mães ou como associações beneficentes de mulheres, por considerar que estas, por definição, não representam as perspectivas críticas de gênero, o que esvaziaria os objetivos desta pesquisa.

De acordo com meus levantamentos existem, dentro desses critérios estabelecidos, dezessete organizações comunitárias femininas em Londrina, sendo treze na zona urbana e quatro na zona rural. Visando selecionar um número menor de associações para a pesquisa de campo, realizei enquetes com lideranças de todas as dezessete entidades. De cada uma destas contatei uma ou mais lideranças pertencentes à diretoria da respectiva associação. Nessas enquetes foram explicados os objetivos da pesquisa e solicitada a indicação de duas outras organizações comunitárias femininas.

No total, foram indicadas quinze entidades pelas lideranças femininas, distribuídas na zona urbana e rural, sendo doze na primeira e três na segunda. Dentre os grupos da zona urbana, excluí quatro por sua baixa representatividade, apenas um voto para cada uma. Da zona rural foram indicadas três entidades e destas, duas foram excluídas, pela dificuldade de acesso e também pelo baixo número de indicações, sendo dois votos para uma e um voto para outra. Uma foi mantida pela alta representatividade dentre as lideranças que fizeram as indicações, pois ficou como segunda colocada no resultado nas enquetes. Assim, do total de quinze entidade indicadas, nove foram selecionadas para compor a amostra da pesquisa.

Do processo das enquetes é importante observar que, embora tenhamos solicitado a indicação de organizações comunitárias femininas, destaca-se o fato de que as associações e grupos de *mulheres* predominaram absolutamente. Apenas três vezes apareceram indicações de clubes de *mães* – divididas para dois grupos – e uma vez de uma entidade feminina religiosa, num total de trinta e uma indicações. Este resultado reforçou o critério de exclusão dos clubes de *mães*.

Para a pesquisa de campo com as organizações comunitárias femininas, realizei a coleta de dados em duas etapas, com instrumentos diferenciados. Na primeira etapa apliquei questionários às presidentes das nove organizações que compõem a amostra, mediante realização de entrevistas estruturadas, com questões em sua grande maioria fechadas (ver anexo I). O objetivo nesta etapa era levantar informações básicas sobre a estrutura, o funcionamento e as orientações políticas do trabalho das entidades, bem como sobre a caracterização de suas atividades. Mesmo aplicando questionários fechados, com alternativas de respostas, empreguei também o uso de gravador nesta etapa, a fim de utilizar possíveis falas das mulheres na análise.

Na segunda etapa da pesquisa com as organizações comunitárias femininas, foram envolvidas apenas as duas associações com maior representatividade nas indicações levantadas através das enquetes, sendo eleitas a Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato e a Associação de

Mulheres do Patrimônio Selva. Nesta etapa optei por realizar entrevistas coletivas e semi-estruturadas (ver anexo II), as quais foram gravadas e transcritas na íntegra.

Com cada uma das duas associações realizei a entrevista com o conjunto da Diretoria Executiva, que é composta por quatro mulheres. Nos dois casos houve ausência de uma das mulheres e a entrevista aconteceu com três pessoas. O uso da entrevista em grupo se deve à intenção de apreender os discursos dessas mulheres em sua dimensão coletiva, o que retrata a composição da associação. Entendo, portanto, as associações como espaço coletivo e, dessa forma, o coletivo não pode ser composto pela mera soma das partes individuais. Na entrevista coletiva, as mulheres influenciavam umas nas falas das outras, complementando informações, concordando com os enfoques ou apontando variações na interpretação. Nos dois casos o clima foi de complementaridade entre as entrevistadas, sem revelar conflitos de abordagem ou pessoais. Outra vantagem da entrevista coletiva é o controle que o grupo exerce sobre as participantes, em termos de informações prestadas e sua conformação com a prática cotidiana na associação (BECKER, 1999).

O objetivo dessas entrevistas coletivas foi obter informações mais detalhadas sobre as associações e as lideranças e aprofundar questões identificadas na primeira etapa, bem como utilizar seus discursos para compreender as práticas e os valores norteadores dessas lideranças. A realização de entrevistas para a apreensão do discurso das lideranças é importante por representar a auto-reflexão que elas têm sobre suas práticas, revelando a imagem que têm de si mesmas e a forma como constroem, na memória, a trajetória do movimento. Neste sentido, os discursos serão adotados como um dado a mais de análise e não como dado acabado, pois podem tanto elucidar quanto dissimular a realidade a ser investigada, cabendo assim desvendá-los à luz das ações praticadas pelos atores/atrizes.

Ao longo da construção da análise neste trabalho, as informações coletadas são utilizadas de forma imbricada, muitas vezes sem a necessidade de distinção e de citação da técnica. Isto se deve ao fato de que a combinação das duas técnicas tem aqui a função de complementação mútua, servindo a primeira para possibilitar a generalização de determinadas questões e características ao

conjunto das organizações comunitárias femininas e a segunda para detalhar as interpretações das próprias mulheres sobre o processo em questão na pesquisa. Assim sendo, a maioria das citações de falas das lideranças comunitárias femininas é proveniente das entrevistas em profundidade, embora sejam utilizadas, em poucos casos, algumas falas retiradas da primeira coleta de dados.

Conforme Sandra Jovchelovitch, o uso de técnicas diferentes permite-nos apreender os diferentes aspectos envolvidos na constituição do objeto de pesquisa. A intenção é adicionar abrangência e profundidade na análise, não com o objetivo de buscar a verdade “objetiva” (JOVCHELOVITCH, 2000). Questionário (fechamento das perguntas) e entrevista (semi-estruturada ou semidiretiva) são considerados técnicas complementares. A segunda permite maior intensidade e profundidade nas informações coletadas com a primeira. Seguindo Michel Thiollent,

“Questionários e entrevistas são consideradas técnicas complementares. (...) Após aplicação do questionário, ou no seu decorrer, são realizadas outras entrevistas com indivíduos privilegiados para esclarecer ou aprofundar certas respostas, ou certos quadros de referência de respostas” (THIOLLENT, 1982, p. 33).

As entrevistas semi-estruturadas ou semidiretivas oferecem a possibilidade para o/a pesquisador/a levantar mais informações sobre a avaliação que os atores e atrizes fazem de suas próprias práticas e do contexto onde se localizam. A avaliação que as entrevistadas fazem é fundada em sua própria narrativa, diferente de quando recebem uma estrutura com opções de respostas para cada pergunta. Na construção de suas narrativas, as entrevistadas revelam com mais propriedade seus valores e comportamentos, o que se transforma em objeto de análise da pesquisa. Este tipo de instrumento permite também maior liberdade para o/a investigador/a adaptar-se ao contexto da entrevista, a fim de melhor acompanhar a lógica de raciocínio construída pelo/a entrevistado/a e dela extrair informações não previstas originalmente no roteiro (QUIVY, 1992).

Da parte da Secretaria Especial da Mulher a intenção era entrevistar todas as ex-secretárias, o que perfaz um total de cinco. Destas, uma não aceitou o convite para concessão de entrevista. Foram então realizadas entrevistas, também

semidiretivas e, neste caso, individuais, com as outras ex-secretárias que ocuparam o cargo entre 1993 a 2000 (ver anexo III).

Este recorte temporal objetiva englobar o período completo de dois governos, a começar pela criação da Secretaria Especial da Mulher, antes denominada Coordenadoria Especial da Mulher, em janeiro de 1993. Com isto, a pesquisa envolve um período de oito anos, relativamente longo, o que permite analisar as continuidades e descontinuidades em sua política em relação às organizações comunitárias femininas, bem como as relações internas com outros setores da administração pública municipal.

Da parte do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, criado recentemente, em 1999, foram entrevistadas suas duas presidentes – a ex e a atual. As entrevistas foram individuais e semidiretivas (ver anexo IV). Várias outras entrevistadas, da parte da Secretaria Especial da Mulher e das organizações comunitárias femininas, que têm ou tiveram atuação no Conselho, com ou sem cargo na comissão diretora, também teceram avaliações sobre sua atuação, o que também compõe a análise da presente pesquisa. Também como fonte de informações, consultei o livro de atas das reuniões do Conselho e tomei notas de cada uma delas, desde sua instalação em março de 1999 até julho de 2001.

Além disto, acompanhei diretamente o cotidiano deste Conselho durante seu primeiro ano de atuação, em 1999, inclusive participando de quase todas as reuniões e atividades extras, na qualidade de conselheira suplente sob a indicação da Secretaria Especial da Mulher. Isto se deve ao fato de que trabalhei nesta Secretaria desde 1993 até o início de 2000, com ausência de um ano durante 1998.

Pode-se dizer, portanto, que há um tipo de “observação participante”, porém não sistematizada, do trabalho dessas associações e da Secretaria desde 1993. Esse contato anterior com a maioria das associações envolvidas neste estudo trouxe algumas contribuições para a pesquisa. O tipo de contato possibilitado via Secretaria Especial da Mulher permite a observação de fatores diretamente relacionados à interlocução dessas entidades com o poder público, e vice-versa. Essas observações contribuíram para problematizar as questões de análise, formular as hipóteses de trabalho, orientar o roteiro de

entrevistas e, quando necessário, interpelar as informações das entrevistadas. Esse contato já existente contribuiu também para facilitar o acesso às lideranças femininas e ex-secretárias, reduzindo assim o tempo necessário para a realização da pesquisa de campo e facilitando a comunicação sobre eventos que acompanhei juntamente com essas mesmas mulheres.

Por outro lado, há sempre o risco de que as entrevistadas confundam a pesquisadora com a funcionária pública, o que eventualmente poderia interferir em suas respostas. Contudo, as explicações que dei quanto ao caráter acadêmico da pesquisa e suas respectivas implicações e, principalmente, meu afastamento do trabalho desde março de 2000, podem minimizar o riscos de tais confusões. Quando realizei a pesquisa de campo, em maio e junho de 2001, já me encontrava há pouco mais de um ano ausente da Secretaria Especial da Mulher e, conseqüentemente, da Prefeitura do Município de Londrina. Isto contribuiu para que as entrevistadas desvinculassem a imagem da pesquisadora dos interesses da Secretaria.

CAPÍTULO 1

GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA INCURSÃO NA LITERATURA

1.1 Articulações sobre Gênero e Poder

Por gênero entende-se a construção social e histórica de funções, papéis e imagens atribuídos a homens e mulheres sob o código de masculino e feminino. Como categoria de análise, adotando as proposições de Joan Scott, compreende-se que,

“... o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. (...) [dito de outra forma] o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1990, p. 14-6).

A função deste conceito é de “desconstrução” das teorias e ideologias que estigmatizam os papéis de cada um dos gêneros. A partir disto, as desigualdades entre homens e mulheres são desnaturalizadas e passam a ser refletidas e teorizadas com base na construção social e histórica dos fundamentos da relação entre homens e mulheres (ROSALDO e LAMPHERE, 1979; SCOTT, 1990; SORJ, 1992; CASTRO e LAVINAS, 1992).

Nesse caso, os conceitos de cultura e de poder são centrais para a teorização sobre as relações entre os gêneros. Em função dos objetivos desta pesquisa, interessa-me mais especificamente a discussão sobre poder, como constituinte das relações entre homens e mulheres e como elemento de disputa política na esfera pública, conformando noções de democracia e de cidadania.

Para Mario Stoppino, além da capacidade de uma pessoa em determinar o comportamento de outra, o poder também pode ser entendido como a capacidade ou a possibilidade de agir (STOPPINO, 1995). Isto atribui uma dimensão

de positividade à noção de poder, que está fundada nas discussões de Michel Foucault sobre seu caráter multidimensional (FOUCAULT, 1995), e que vem orientar o debate sobre empoderamento das mulheres, precioso para as reflexões que se pretendem nesta pesquisa.

Em termos conceituais, portanto, as relações de poder podem significar tanto dominação, quanto desafio e resistência às fontes de poder existentes ou controle sobre estas (LEÓN, 2000). No marco das reivindicações dos movimentos emancipatórios, tal como o feminista, entendo que o poder criticado refere-se à dimensão de seu caráter impositivo e dominador, enquanto o poder almejado refere-se à capacidade de ação própria dos/as atores/atrizes.

A partir dessas reflexões, o poder passa a ser identificado pelas feministas como o fator de desigualdades de gênero e como inerente à efetivação da cidadania ativa, entendendo que,

“(...) de uma perspectiva analítica o conceito de cidadania refere-se a uma prática conflitiva vinculada ao poder, que reflete as lutas em torno de quem poderá dizer o quê no processo de definir quais são os problemas comuns e de que forma serão abordados” (JELIN, 1994, p. 119 - grifo da autora).

A premissa presente nessa perspectiva, e tão valorizada por Hannah Arendt, é “o direito de ter direitos”, o que sustentaria a cidadania ativa, como participação no espaço público, fundamental para a condição humana (ARENDR, 1993). Essa forma de entender a conceituação de poder orienta a tematização sobre autonomia e sobre empoderamento, ambas referindo-se, ao mesmo tempo, ao debate sobre o aperfeiçoamento do sistema democrático e à democratização das relações entre os gêneros.

A autonomia, tal como em David Held, é representada pelo poder dos/as atores/atrizes de participar plenamente no “governo” do Estado e nos assuntos civis, em vez de apenas serem seus objetos de ação (HELD, 1997). Assim como o conceito de poder, a autonomia é entendida como resultante de relações sociais e é relativizada de acordo com o contexto dessas relações. Ou seja, a autonomia jamais é absoluta e é construída em relação a algo, como, por exemplo, em relação aos

homens, aos partidos políticos, ao Estado, a outros movimentos sociais, etc. (DABOIT, 1996; PAOLI, 1995; MIGUEL, 1988). Para David Held, os problemas da democracia se concentram nas desigualdades de poder, problema ao qual o autor propõe uma “política de dar poderes”, visando a construção de cidadãos e cidadãs autônomos/as (HELD, 1997).

Proposta similar à de Held é encontrada nos movimentos que defendem o empoderamento de sujeitos sociais em desvantagem nas relações de poder. Nessa situação inclui-se o movimento feminista. Dando centralidade ao tema do poder, o feminismo passou a advogar o empoderamento das mulheres, pretendendo com isso impulsionar mudanças culturais, em especial no que diz respeito aos imaginários sociais sobre a relação da mulher no poder, de forma a aumentar a eficácia do seu exercício de cidadania. Segundo Young, “o empoderamento para o feminismo implica ‘uma alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subordinada das mulheres como gênero’ ” (YOUNG, 1991, *apud* LEÓN, 2000, p. 194).

A idéia de empoderamento é pautada por uma noção de poder baseada em relações sociais mais democráticas e no poder como elemento a ser compartilhado. Neste sentido, “empoderar-se significa que as pessoas adquiram o controle de suas vidas, obtenham a habilidade de fazer coisas e de definir suas próprias agendas” (LEÓN, 2000, p. 193). Essa concepção implica que o sujeito se converta em agente ativo, portando assim um caráter emancipador. Uma das formas propostas pelo feminismo para promover alterações na distribuição de poder entre os gêneros tem sido a incorporação de gênero nas políticas públicas, atentando-se para as necessidades práticas e interesses estratégicos de gênero (MACHADO, 1995 e 1999; LEÓN, 2000).

A forma como a noção de empoderamento se articula com o conceito de poder está estreitamente ligada à concepção multidimensional de Foucault sobre poder, entendendo-o como um processo e como uma relação social que se estrutura em todos os níveis da sociedade (FOUCAULT, 1995). Nesse caso, a transformação das relações de gênero baseadas no exercício do poder deve ocorrer em todos os tipos de relações sociais (LEÓN, 2000).

Com isto, algumas vertentes do feminismo têm defendido que o Estado é também um espaço privilegiado para se buscar tais transformações via políticas públicas, visto que essas atingem todo o processo de desenvolvimento social. Isto não nega a contribuição de Foucault, pois entende-se que via políticas públicas é possível atingir várias esferas das relações sociais, sem, contudo, excluir outras estratégias de ação que visem ao empoderamento das mulheres.

Ao visar ao empoderamento das mulheres não se está dizendo que a mulher carece de todo e qualquer tipo de poder. Diferentemente, o que se diz é que sua situação social expressa pouco poder e que este se estrutura dentro de limitações sociais muito rígidas. Mesmo aceitando a proposição de Foucault de que o poder é descentrado e difuso, a questão que se coloca é que a mulher desempenha poderes mais especificamente nas áreas e lugares caracterizados como espaços femininos, conservando a subordinação ao domínio masculino em áreas privilegiadas de poder. Mesmo concebendo o fato de que as mulheres gozem alguns poderes, entende-se que há, ainda, uma relação de subordinação entre os gêneros, consequência da distribuição desigual de poder (LEÓN, 2000).

Portanto, se há desigualdades de poder, implica então em desenvolver “políticas de dar poderes” (HELD, 1997), isto é, políticas que promovam o empoderamento. Conforme Teresa Lisboa,

“(...) resgatando esta concepção de poder que afirma, reconhece e valoriza, aos invés da ênfase em um poder que oprime, domina e anula, o ‘empoderamento’ é entendido como ‘um processo que oferece condições e possibilidades às pessoas de auto-determinar suas próprias vidas’ ” (RAPPAPORT, 1985 *apud* LISBOA, 2000, p. 21 – grifos da autora).

Para tanto, o empoderamento das mulheres requer a promoção de mecanismos institucionais, políticos, econômicos e sociais que atribuam a elas maior capacidade de decidir sobre os assuntos coletivos que lhes atingem e assim defender seus interesses e comandar suas próprias vidas. A forma mais universalista possível para implantar tais mecanismos é por meio de políticas públicas, com a incorporação da perspectiva de gênero. Essa incorporação “*inclui o propósito de revolucionar a ordem dos poderes entre os gêneros*” (LISBOA, 2000, p. 14).

É importante destacar que as defensoras do empoderamento enfatizam “a *necessidade da organização e do aperfeiçoamento de processos democráticos e participativos que possam contribuir para o empoderamento das mulheres*” (LEÓN, 2000, p. 197). Esta é também uma necessidade para a implementação efetiva de políticas públicas.

A implementação de políticas públicas que visem à redistribuição dos bens sociais para grupos com desvantagens sócio-econômicas tem sido um dos principais temas da agenda pública e pauta das reivindicações dos movimentos sociais em geral, e do movimento de mulheres em particular, desde a redemocratização na década de 80, no Brasil. Implica numa concepção de que o Estado desempenha importante papel quanto ao patamar do acesso das populações à cidadania.

Vários serviços que garantem o acesso à cidadania, e até compõem seus princípios, são oferecidos por meio da utilização do fundo público, o qual financia a implementação de políticas sociais para atendimento na áreas de educação, saúde, previdência social, assistência social, habitação, entre outras. E é o Estado quem regula o fundo público (OLIVEIRA, 1988 e ESPING-ANDERSEN, 1991). Mesmo em casos de serviços não oferecidos pelo Estado, estes são regulamentados por ele a fim de estabelecer direitos de cidadania.

Em todos os casos de ações públicas, há a possibilidade de existir um viés ou recorte de gênero, seja no sentido de reforçar padrões tradicionais de papéis masculino e feminino, seja no sentido de transformar os mesmos. Tanto o debate sobre gênero, quanto sobre políticas públicas, representam formas de interpelar a democracia e a cidadania, em termos de distribuição de recursos e de poder, os quais influenciam na capacidade de participação dos membros da sociedade.

Numa situação em que “*os recursos necessários à participação efetiva nos processos democráticos, como por exemplo tempo, dinheiro, capacidade de articulação e conhecimento, são distribuídos de forma desigual nas sociedades contemporâneas*”, as desigualdades sociais tendem a se configurar em desigualdade política (GONDIM, 1988, *apud* COSTA, 1997, p. 17). Uma das formas de estruturar

essas desigualdades é a relação de gênero, assim como classe e raça/etnia, entre outras. Isto conforma uma cidadania de segunda classe para as mulheres e grupos minoritários (BONACCI e GROPPi, 1995). Uma das formas de alterar esses sistemas de poder são as políticas públicas.

Assim sendo, a incorporação de gênero nas políticas públicas porta uma dupla exigência de adoção de práticas participativas na gestão pública, como forma de atingir grupos sociais excluídos politicamente e, conseqüentemente, promover uma cidadania inclusiva, que englobe, sobretudo, os desiguais e não apenas os iguais. A adoção de práticas participativas, por sua vez, requer um remodelamento institucional no Estado, visando à redução do papel da burocracia na implantação de políticas públicas e à criação de canais institucionais responsáveis pela interlocução com movimentos sociais a fim de politizar as matérias de intervenção estatal. Dito de outra forma, a incorporação de gênero nas políticas públicas demanda a democratização do Estado e ao mesmo tempo objetiva a democratização social com a redistribuição de recursos econômicos e simbólicos entre os gêneros (COSTA, 1997 e GUSMÁN, 2000).

Assim,

“(...) o estudo das políticas públicas é um terreno privilegiado para analisar as relações do Estado com os diversos atores sociais, entre eles as mulheres e, conseqüentemente, um bom indicador do grau de democratização da sociedade” (GUZMÁN, 2000, p. 85).

1.2 A Mulher e a Esfera Pública: da invisibilidade ao protagonismo

“Estas (as mulheres) não tiveram nenhuma participação independente nas habilidades que produziram essa civilização. É o homem que deve sair de casa para enfrentar a vida hostil, é ele que deve agir e lutar. A mulher não é sujeito. Ela não produz, mas cuida dos que produzem, monumento dos tempos há muito passados da economia doméstica fechada. A divisão sexual do trabalho imposta pelo homem foi-lhe pouco favorável. Ela passou a encarnar a função biológica e tornou-se o símbolo da natureza, cuja opressão é o título de glória dessa civilização. Durante milênios os homens sonharam

com o domínio ilimitado da natureza. (...) Quando a dominação da natureza é o verdadeiro objetivo, a inferioridade biológica será sempre o estigma por excelência, e a fraqueza impressa pela natureza a marca incitando à violência" (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 231).

Nessa passagem, Adorno e Horkheimer nos dão a dimensão do que foi por muito tempo a situação de opressão da mulher, fazendo a crítica na *Dialética do Esclarecimento*. Esta posição da mulher fez com que, historicamente, sua participação na esfera pública como sujeito político fosse marcada pela luta por sua inclusão. Conforme Anna Rossi-Doria, a própria concepção de esfera pública e de cidadania no Ocidente foi construída com base na exclusão da mulher, o que não representava seu esquecimento, mas seu encerramento nas funções domésticas entendidas como seu dever e destino. Assim, a dicotomia construída entre esfera pública e privada se associava à dicotomia masculino/feminino, representando a exclusão da mulher da esfera pública e sua opressão na esfera privada (ROSSI-DORIA, 1995).

Na tradição ocidental, dicotomias como público/privado, produção/reprodução e masculino/feminino serviram como elementos fundadores da relação de subordinação da mulher ao homem, ou, em outros termos, de dominação da mulher pelo homem (BUTTAFUOCO, 1995; GROPPPI, 1995; ROSSI-DORIA, 1995; SARACENO, 1995). Dentro da concepção weberiana, a dominação é um caso especial de poder (WEBER, 1991). Assim, teóricas feministas construíram uma problemática de análise da articulação entre relações de gênero, democracia e cidadania.

A luta pela cidadania da mulher implicou, neste aspecto, em ressignificar as noções de democracia e de cidadania (SILVEIRA, 1999). A radicalidade necessária para politizar questões relacionadas à situação das mulheres implicou também no questionamento das delimitações estabelecidas tradicionalmente entre esfera pública e esfera privada. Segundo Annarita Buttafuoco, mais do que uma redefinição, buscava-se a constituição de uma osmose entre público e privado e, portanto, entre esfera masculina e esfera feminina (BUTTAFUOCO, 1995).

Nos termos colocados por Céli Pinto,

“A trajetória do exercício da dominação para o do poder no caso das relações de gênero está estreitamente ligada a uma outra trajetória que é a do privado para o público em duas vertentes: tanto na apropriação do espaço público clássico, o espaço do político, como na redefinição do privado enquanto espaços de luta e, portanto, espaço público” (PINTO, 1994a, p. 196).

Neste caso, a concepção de que os novos atores sociais se caracterizam por construir trajetórias do privado para o público adquire maior significado quando referida à participação das mulheres, especialmente das mulheres pobres das periferias urbanas (MACHADO, 1995), pois estas estiveram por mais tempo excluídas do público e oprimidas no privado, acumulando um duplo sistema de exploração, classe e gênero e, em muitos casos, também por raça/etnia.

No Brasil, a trajetória feminina do privado para o público foi mais bem impulsionada na década de 1970, mais especialmente na segunda metade da década, com o surgimento do “novo feminismo”³. Juntamente com esse novo feminismo brasileiro e com os “novos movimentos sociais”⁴, surgiram também outros tipos de organização das mulheres, como associações de bairros, clubes de mães, departamentos de partidos e sindicais, nos quais as feministas tiveram influências (ALVAREZ, 1988; BLAY, 1983; SOARES, 1994 e 1998, SOARES e DELGADO, 1995; TOSCANO e GOLDENBERG, 1992).

Diante desse contexto, nas últimas três décadas, no Brasil, o contingente feminino da população teve mais visibilidade do que nunca, de forma que,

Parece não ser exagero afirmar que é neste período que o sujeito mulher surge no país. As mulheres começam a falar a partir de sua condição de mulher, condição esta que é constituída a partir do reconhecimento da opressão, do reconhecimento da história pessoal

³ “Novo feminismo” é uma expressão empregada na literatura sobre o movimento de mulheres para se referir ao período posterior à década de 60, marcado pela maior radicalidade das feministas em lutas contra a opressão feminina. Também é utilizada para o mesmo fim a denominação de “segunda onda” do feminismo. Ver, entre outras: TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian. **A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.

⁴ Sobre os “novos movimentos sociais” ver: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (orgs.). (1987) **Uma revolução no cotidiano?** São Paulo: Brasiliense; e SADER, Eder. (1988) **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

e coletiva, de constituição de interesses e lutas próprias” (PINTO, 1994a, p. 195).

A partir de 1975, especialmente, o crescimento dessa visibilidade pôde ser melhor sentido como reflexo do Ano Internacional da Mulher e da Década da Mulher, instituídos pela ONU - Organização das Nações Unidas. Nesse período, na esteira do Encontro Internacional realizado no México pela ONU, por ocasião do Dia Internacional da Mulher - 8 de março, muitos encontros e debates foram realizados no Brasil. Em certo sentido, pode-se dizer que a temática mulher, nessa ocasião, gozou de grande visibilidade pública, dando voz a um movimento já existente no país e estimulando a criação de novas organizações.

Embora inspirado no movimento feminista internacional, o novo feminismo no Brasil construiu sua face própria dentro de uma conjuntura histórica específica diante do militarismo e das profundas carências sociais. Face a tal conjuntura, o feminismo no Brasil se forjou, também, nas lutas mais gerais da sociedade. Entre estas estiveram a luta por igualdades sociais e a luta pela anistia e pela democracia (BLAY, 1983; TOSCANO e GOLDENBERG, 1992; SOARES 1994, e 1998; SOARES e DELGADO, 1995; PINTO, 1994a; ALVAREZ, 2000a). Essas especificidades empurram o campo de luta feminista para a arena política de forma mais visível do que em países da Europa e nos Estados Unidos (PINTO, 1994a).

A convergência de questões denunciadas pelo feminismo com os problemas políticos e sociais fez com que, por muito tempo, principalmente no período de transição democrática, o movimento de mulheres brasileiras convivesse com o dilema entre as lutas específicas de interesse da mulher e as lutas gerais de interesse de toda a sociedade (SOARES e DELGADO, 1995 e ALVAREZ, 2000a). Com isso, a vertente feminista do movimento de mulheres, brasileiro e latino-americano, proclamou a necessidade de se investir na “dupla militância”, que significava a ênfase dupla no “geral” e no “específico”, no “político” e no “cultural”, com a recusa feminista de privilegiar uma luta em relação à outra (ALVAREZ, 2000a). Assim, o feminismo que surgiu a partir dos anos 70 passou a questionar radicalmente os papéis atribuídos para homens e mulheres, ao mesmo tempo que se articulou com as condições políticas do país (SOARES e DELGADO, 1995).

Para Eva Blay, o movimento de mulheres no Brasil cumpriu um importante papel histórico no período de repressão política, possibilitando uma forma de organização “contra o governo”, legitimada pela situação da mulher na sociedade, enquanto mãe e esposa, encontrando assim maior tolerância do regime militar, diferentemente do que ocorria com o movimento de trabalhadores/as. Dessa forma, as “mulheres abriram uma válvula de manifestação pública”, deflagrando movimentos de pressão e crítica, como foram os Movimentos pela Anistia e Contra a Carestia, que surgiram como movimentos femininos e inspiraram movimentos brasileiros (BLAY, 1983, p. 83). Com isto, as mulheres ocuparam o cenário político e constituíram-se em sujeitos sociais coletivos em luta pelo direito de ter direitos (BLAY, 1983; SADER, 1988; PAOLI, 1995 e SOARES, 1998).

As experiências históricas e o debate sobre a “dupla militância”, assim como vários outros conflitos no interior do movimento de mulheres, revelam-nos a necessidade de elucidação sobre as diferentes vertentes que compõem o que denominamos como “movimento de mulheres”. O objetivo é instrumentalizar o trabalho de análise, sem, contudo, dicotomizar ou hierarquizar as formas de organização das mulheres.

Para pesquisadoras como Maria Célia Paoli e Vera Soares, o movimento de mulheres constitui-se em duas vertentes: uma representada por grupos feministas e outra, por grupos de mulheres organizados nas periferias dos centros urbanos e nas comunidades rurais, isto é, os movimentos populares de mulheres (PAOLI, 1995 e SOARES, 1998). “*Estas vertentes se tocam, se entrelaçam, entram em contradição*”, o que nos permite chamá-las, no conjunto, de movimento de mulheres (SOARES, 1998, p. 39).

Para Vera Soares, as diferenças são representadas nos seguintes termos:

As feministas, como expressão de uma das vertentes deste movimento, traduzem a rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder e buscam construir uma proposta ideológica que reverta esta marginalidade e que se concretize a partir da construção de uma prática social que negue os mecanismos que impedem o desenvolvimento de sua consciência como seres autônomos e que supere a exclusão. As feministas fazem do conhecimento e da eliminação das hierarquias

sexuais seu objetivo central, e a partir daí se articulam com as outras vertentes do movimento de mulheres.

As mulheres dos bairros populares construíram uma dinâmica política própria. Por intermédio de seus papéis socialmente designados de esposas e mães, fizeram os primeiros protestos contra o regime militar. Lutaram contra o aumento do custo de vida, reivindicaram boas escolas, centros de saúde, água corrente, transportes, rede elétrica, moradia, legalização de terrenos e outras necessidades de infra-estrutura urbana, exigiram condições adequadas para cuidar de sua família, educar suas crianças (SOARES, 1998, p. 39).

Dentro desta caracterização, pode-se dizer que os movimentos feministas portam um conteúdo ideológico emancipatório, visando à superação da condição de subordinação da mulher. Os movimentos populares de mulheres, por sua vez, privilegiam as reivindicações de demandas que aliviem a carga de tarefas femininas. Neste caso, embora haja questionamentos sobre a carga de tarefas femininas, a tendência dos movimentos populares de mulheres é de que não haja críticas e ênfase nas relações de gênero.

Contudo, conforme destacado por Vera Soares, as feministas, ao visarem à eliminação das hierarquias sexuais, buscam articulações com as outras vertentes do movimento de mulheres, neste caso os movimentos populares de mulheres. Dessa forma, as feministas podem influenciar nas ações dessas outras mulheres, bem como apoiar algumas de suas lutas, e assim romper com a dicotomia entre feminismo e feminino. Como resultado, tem-se que,

“Os anos 90 demonstraram que o feminismo multiplicou os espaços e lugares em que atua e, conseqüentemente, onde circula o discurso feminista. As fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista têm sido sistematicamente ofuscadas, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares. Assim, muitos feminismos são construídos (SOARES, 1998, p. 46).

Partindo das análises de Vera Soares, ao se questionar nesta pesquisa qual a contribuição das organizações comunitárias femininas para se forjar

novas relações sociais de gênero, que sejam críticas à subordinação da mulher, estamos, portanto, analisando as proximidades e os distanciamentos em relação ao potencial emancipatório feminista. Com isto, pretendemos, na análise, articular categorias que por muito tempo foram pensadas como dicotômicas, mas que recentemente muitas autoras vêm reelaborando.

Embora seja profícuo superar a dicotomização e/ou a hierarquização entre grupos de mulheres e grupos feministas, seguindo a análise tecida por Vera Soares, chegamos ao entendimento de que suas fronteiras são ofuscadas a partir da interação entre os dois tipos de grupos. Neste caso, em contextos empíricos em que não haja convivência dos dois grupos, supomos que a ausência dessa interação tende a diminuir as possibilidades de que os grupos de mulheres incorporem concepções críticas sobre as relações de gênero em suas agendas. Tais considerações orientam a formulação da hipótese de trabalho quanto à incorporação da perspectiva de gênero por parte das associações de mulheres de bairros, em Londrina. A investigação da hipótese exigirá o esforço para captar os enclaves presentes na atuação das associações de mulheres, que reforçam a subordinação da mulher ao homem, assim como os sinais de transformação que promovam o empoderamento das mulheres e a equidade entre os gêneros.

Partindo desta concepção, a abordagem aqui adotada sobre o movimento de mulheres divide-o em movimento popular de mulheres e movimento feminista⁵. Dentro do primeiro é possível encontrar várias denominações como clubes de mães e associações de mulheres de bairros. A importância dos clubes de mães como forma de organização das mulheres é polêmica na literatura. As polêmicas localizam-se na discussão sobre ações práticas e ações estratégicas, buscando analisar se as ações dos clubes de mães contribuem para a manutenção da condição de subordinação da mulher, ou, ao contrário, para sua superação. Enfim, debate-se o seu papel e contribuição dentro do movimento de mulheres.¹

Jany Chiriac e Solange Padilha, analisando as características e limites das organizações de base feminina, avaliam que *“os clubes de mães agem como elemento socializador da mulher, pois nele ela aprende novas técnicas,*

⁵ Esta separação é realizada para efeito de apresentação e identificação de práticas dos movimentos de mulheres, a partir da literatura, sem pretender uma divisão rígida e hierárquica, conforme discutido anteriormente.

introjeta novos valores, desenvolve novos comportamentos". No entanto, os clubes de mães não se caracterizam por apresentar reivindicações, agindo muito mais como mediadores de conflitos do que como forma geradora de consciência e organização das mulheres (CHIRIAC e PADILHA, 1979, p. 201).

Dessa forma, os clubes de mães raramente se ocupam de questões que façam crítica às relações de gênero, dedicando-se, em geral, aos problemas gerais do bairro. Assim, acabam atuando em favor de benefícios para a família e para a população em geral e criando formas de distinção entre interesses de homens e de mulheres que acabam por reforçar a dominação e a desigualdade entre os gêneros. Em outras palavras, *"os clubes de mães promovem a participação da mulher na vida comunitária, mas ao mesmo tempo reforçam sua permanência nos papéis tradicionais de mãe e esposa"* (BARROSO, 1982, p.155).

Sonia Alvarez, por outro lado, credita um potencial politizador para os clubes de mães e as associações de mulheres dos bairros, ao dizer que

"Embora os clubes de mães e as associações de mulheres dos bairros não conscientizassem necessariamente as mulheres com relação a sua classe, raça e gênero na sociedade brasileira, forneceram o contexto organizativo para formação de uma articulação entre as mulheres das classes populares. Associações femininas apolíticas forneceram assim a base organizativa para a mobilização política em termos específicos de classe e gênero (ALVAREZ, 1988, p. 325).

É interessante aqui o fato de que Sonia Alvarez coloca clubes de mães e associações de mulheres dos bairros como pertencentes a um mesmo tipo de entidade. É por esta razão que introduzi aqui as abordagens sobre os clubes de mães, mesmo tendo-os excluído da amostra da pesquisa. No caso das investigações empíricas para esta pesquisa incluí apenas as associações de mulheres dos bairros, por suspeitar que há uma diferença política entre essas formas de organização, diferentemente do que é sugerido por Sonia Alvarez. Neste caso, a pesquisa revela que, de fato, algumas das mulheres das associações pretendem uma distinção e afastamento em relação aos clubes de mães, atribuindo às associações um caráter mais político, enquanto interpretam os clubes de mães como funções sociais.

Para melhor analisar o papel das associações de mulheres dos bairros, em sua dimensão política, é importante dar atenção ao alerta de Anna Rosssi-Doria. Segundo essa autora, a participação da mulher na arena pública muitas vezes corre riscos de ser incompreendida, senão ignorada, porque as atividades coletivas e públicas das mulheres tendem, ainda hoje, a serem denominadas de engajamento social e moral, mas não político (ROSSI-DORIA, 1995). Em função desta distorção, foi comum privilegiar a participação da mulher em espaços entendidos como uma extensão das atividades domésticas, ou assim interpretar sua participação. Para desvelar a complexidade deste tipo de participação feminina cabe então indagar qual é a dimensão política de suas preocupações e ações, ou, em outras palavras, como se inserem na esfera pública (MACHADO, 1995).

Em seus estudos, Leda Machado e Siomara Marques buscam romper com os estigmas sobre a participação da mulher e demonstram a dimensão política de suas atuações, mesmo quando não comprometidas com a transformação das estruturas de poder entre os gêneros (MACHADO, 1995 e MARQUES, 1996). Siomara Marques aponta que *“as organizações de periferia tornam-se espaços sociais em que a motivação das participantes é ponto de partida tanto para repensar seu papel tradicional da vida doméstica, quanto a sua participação política”* (MARQUES, 1996, p. 18).

Desde o surgimento dos novos movimentos sociais, com a possibilidade de atuação da sociedade civil, a mulher obteve presença relevante nas associações de moradores, associações de mulheres em bairros, clubes de mães, movimentos de saúde, movimentos por creche, etc. Leda Machado, seguindo a teorização sobre os novos movimentos sociais, destaca que se trata de movimentos organizados nos locais de residência dos/as atores/atrizes sociais e que estão estreitamente ligados ao trabalho doméstico e ao cotidiano das tarefas femininas no bairro, reivindicando melhores condições de vida e bens coletivos que aliviem tais tarefas. Contudo, essa presença feminina raramente recebeu destaque nos estudos sobre movimentos sociais, quando estes eram tratados como categoria unificada (PAOLI, 1991). Isto confirma a necessidade do recorte de gênero para a análise e compreensão dos movimentos, suas motivações e lutas.

A compreensão sobre a participação da mulher em movimentos sociais, segundo Leda Machado, repousa na análise da *divisão de trabalho por linhas de gênero*, que explica a maior flexibilidade da mulher dona de casa para gerenciar o trabalho doméstico e também a necessidade, gerada culturalmente nessas mulheres, de participar de alguma atividade extra lar, juntamente com a socialização recebida que lhes estimula a realizar ações voluntárias (MACHADO, 1995). No entanto, se essa divisão do trabalho pode facilitar a participação das mulheres nas organizações comunitárias do bairro onde vivem, isto não significa que elas podem modificar, na essência, as relações de poder a que estão submetidas. Para Vera Soares, é possível identificar a seguinte tensão:

“(...) as mulheres pobres, a partir da ação política para melhorar suas vidas e a de seus familiares, se redefiniam para si mesmas como legítimas atrizes públicas e modificavam as normas tradicionais que limitam a mulher no âmbito privado do lar. Entretanto, mesmo que organizadas em suas ações de sobrevivência, mesmo tendo saído de seu encerramento doméstico, identificado interlocutores, aumentado seu sentimento de auto-estima, estas mulheres podem não modificar no essencial a profunda segregação sexual na sociedade, nem alterar a direção dos projetos sociais” (SOARES, 1998, p. 40).

Ao questionar às associações pesquisadas em que medida e de que forma incorporam a perspectiva de gênero nas atividades da entidade e nas demandas ao Estado, estarei portanto problematizando suas capacidades em promover mudanças na segregação sexual e no enfoque dos projetos sociais próprios e estatais, como forma de contribuir para a construção de novas relações sociais de gênero, visando à reestruturação do poder, o que contribuiria também para o aperfeiçoamento da democracia.

Orientando-me por pesquisas como a de Vera Soares e de Siomara Marques (SOARES, 1998 e MARQUES, 1996), suponho que o potencial politizador dessas organizações comunitárias, em termos de relações de gênero, depende, em grande medida, de influências feministas. Neste caso, a ausência de grupos feministas atuantes entre essas organizações minimizaria o potencial politizador destas. Por outro lado, a ausência de grupos feministas não representa também a ausência completa de influência feminista, uma vez que este movimento produz um

discurso que circula pela sociedade através de vários canais. Mesmo assim, este tipo de contato torna escassa a interlocução com feministas e as influências, embora presentes, tendem a ser reduzidas.

É este o cenário encontrado em Londrina. O movimento popular de mulheres tem a Secretaria Especial da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher como os principais interlocutores. Isto possibilita a incorporação, entre as mulheres das associações, de elementos politizadores sobre gênero, mas, diante da escassez de interação com grupos feministas, este processo abre também possibilidades para dilemas e ambigüidades com a utilização da teorização de gênero e sua aplicação em ações e projetos. Não se trata de dilemas e ambigüidades inerentes à teorização de gênero, mas de dificuldades engendradas no contexto político que favorecem o abrandamento dos princípios feministas constituintes do conceito.

As mulheres envolvidas neste processo em Londrina, seja da parte do movimento de mulheres, seja da parte do governo municipal, buscam algumas alternativas de promover interações com o feminismo. O contato com literatura feminista, com publicações de algumas ONGs de mulheres, as discussões sobre a Plataforma de Beijing⁶, a participação em eventos sobre o tema e, principalmente, os constantes convites para trazer a Londrina algumas feministas para realização de palestras e conferências, no conjunto, possibilitam a divulgação e a assimilação de alguns princípios e propostas de cunho feminista.

No geral, esse contato é mais presente da parte das mulheres da Secretaria Especial da Mulher, mas também se estende às mulheres das organizações comunitárias femininas, sobretudo através de palestras. Por suas próprias características, a introdução dos debates sobre relações de gênero entre as mulheres das associações é um pouco mais lenta do que na Secretaria Especial da Mulher. Isto se materializa no perfil das demandas produzidas por essas associações. Nesta direção, discutir os limites e o potencial de organização do movimento de mulheres, no que diz respeito às mudanças sociais com a perspectiva de gênero, implica em discutir as diferenças entre demandas *de* mulheres e demandas *para*

⁶ Documento aprovado na IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada pela ONU em 1995, em Beijing, China, contendo as propostas das mulheres para os governos, as quais deveriam se traduzir em políticas públicas.

mulheres, o que remete ao debate sobre necessidades e interesses de gênero.

Segundo Molyneux, é difícil, ou até impossível, generalizar os interesses das mulheres, uma vez que se situam em diferentes sociedades e em diferentes classes, etnias e gênero. Mas, ainda assim, há algo em comum entre as mulheres que nos permite tratá-las como um todo comum: a condição social de gênero. Dessa forma, *“os interesses que as mulheres têm em comum são os que podem se desenvolver em virtude de sua posição social por meio de seus atributos de gênero, e devem ser chamados de interesses de gênero. Eles podem ser estratégicos ou práticos”* (MOLYNEUX, 1986, p. 284, *apud* MACHADO, 1995, p. 77).

Questionando a aplicabilidade da categoria “interesses”, Moser propôs sua substituição por “necessidades práticas” e “necessidades estratégicas” (MOSER, 1993, *apud* MACHADO, 1995). Por outro lado, Young, revisando a conceituação de Molyneux e de Moser, preferiu adotar “*necessidades de gênero*”, quando relacionadas às demandas práticas, e “*interesses de gênero*”, quando relacionados à reivindicação por mudanças na estrutura de poder entre os sexos (YOUNG, 1993, *apud* MACHADO, 1999). Nesta perspectiva, as necessidades práticas

“(…) são aquelas identificadas pelas próprias mulheres através de seus papéis aceitos na sociedade. A satisfação dessas necessidades não desafiaria a posição subordinada das mulheres e nem a divisão do trabalho de acordo com gênero. Elas são uma resposta imediata a uma necessidade identificada em um contexto específico. Estão relacionadas com inadequações das condições de vida, ou seja, falta de provisão de água, centros de saúde, creches, escolas, etc. (MOSER, 1993, p. 40, *apud* MACHADO, 1999, p. 64-5).

Os interesses estratégicos, por sua vez, são identificados com relação à posição subordinada da mulher na sociedade e variam de acordo com diferentes contextos históricos e culturais. A noção de interesse também implica em conscientização política sobre a situação de subordinação e sobre o objetivo de mudança (MACHADO, 1999). Poderíamos até falar em um projeto político feminista.

Young entende que as necessidades práticas encontram similaridades nas diversas culturas, diferentemente dos interesses estratégicos, pois as desigualdades entre mulheres e homens recebem diferentes conformações no

interior de cada cultura, classe e raça. Assim, propõe que

“ (...) como a identificação dos interesses estratégicos é repleta de dificuldades, e mais, envolve um esforço consciente de entendimento e compromisso com mudança, as mulheres ativistas enfatizam a necessidade de conscientização e empoderamento coletivo’ (YOUNG, 1993, *apud* MACHADO, 1999, p. 68).

[Neste caso], os interesses têm um significado de conscientização e de coletivo que as necessidades mais básicas não têm” (MACHADO, 1999, p. 77).

A tese de Leda Machado a esse respeito defende que, mesmo nas demandas entendidas como necessidades práticas, é possível introduzir elementos estratégicos emancipatórios. Este seria, por exemplo, o caso das creches que liberam as mulheres para atividades produtivas e/ou políticas e o caso dos conselhos comunitários que possibilitam a participação política da mulher, ampliando assim o papel tradicional de gênero das mulheres (MACHADO, 1999).

Esta flexibilização e interligação entre prático e estratégico são importantes por permitir aos/as estudiosos/as melhores condições para a identificação do potencial de mudanças presente nas ações coletivas dos grupos de mulheres e no planejamento e desenvolvimento de políticas públicas. Partindo desta concepção, pode-se dizer que os conteúdos prático e estratégico das organizações de mulheres não podem ser definidos *a priori* pelo/a pesquisador/a, mas analisados empiricamente, de acordo com o significado que lhe é atribuído por essas mulheres.

Fazendo um esforço para articular necessidades práticas e interesses estratégicos, Magdalena León entende que *“a intervenção no estratégico implica ter em conta o prático, mas imprimindo-lhe um caráter político. Só na medida em que o prático seja estratégico pode considerar-se como feminista”* (LEÓN, 2000, p. 197). É nesta articulação de prático e estratégico que repousa o projeto de reestruturação das relações de poder entre homens e mulheres e, conseqüentemente, a superação da subordinação feminina.

Esta perspectiva, no entanto, não pretende desvalorizar as reivindicações de caráter prático, que objetivam a melhoria da qualidade de vida da população através de serviços prestados pelo Estado. Antes, a intenção é analisar a

capacidade de mudança que estas reivindicações têm, no sentido de alterar as relações de poder entre homens e mulheres, ou seja, de combater a subordinação feminina. Não se trata de abandonar este tipo de demanda, dada a sua importância, mas de articulá-las com a luta por direitos específicos e estratégicos de gênero, como a eliminação da divisão do trabalho por linhas de gênero, a defesa dos direitos reprodutivos e da sexualidade; o combate à discriminação, ao preconceito de gênero, à dupla jornada de trabalho, à violência doméstica, etc. Para Leda Machado e Magdalena León, neste caso, necessidades práticas e interesses estratégicos não são excludentes entre si, mas complementares (MACHADO, 1995 e 1999 e LEÓN, 2000).

Durante um período foi comum relacionar a defesa das necessidades práticas aos grupos e associações de mulheres e dos interesses estratégicos aos grupos feministas, atribuindo, inclusive, um caráter "politicamente correto" às demandas estratégicas em detrimento das práticas. Radicalizar esta dicotomia, entretanto, dificultaria a análise de casos empíricos. Contudo, ainda podemos ter como referência a existência de duas linhas básicas de atuação do movimento de mulheres: uma relacionada à superação da condição de subordinação da mulher e outra, ao bem-estar de suas famílias e de suas comunidades. A primeira diz respeito aos interesses estratégicos e a segunda às necessidades práticas. Existe, porém, sempre a possibilidade de uma evoluir até a outra (MACHADO, 1995). É esta possibilidade que interessa analisar nos casos de investigação nesta pesquisa.

Isto não significa, entretanto, que os movimentos de mulheres que não incorporam a luta por interesses estratégicos não tenham importância política para a organização das mulheres, pois, mesmo nestes casos, não provocando mudanças na estrutura social, nas relações de gênero e na condição da mulher, bem como na direção dos projetos sociais, ainda assim eles podem melhorar as condições básicas de vida da população envolvida e, da mesma forma, mudar a relação entre atores/atrizes sociais e Estado, construindo novos canais de representação (MACHADO, 1995). Por isto, o problema sob investigação nesta pesquisa está relacionado também à contribuição dessas associações comunitárias femininas para o processo de aprofundamento da democracia.

A tematização sobre o aprofundamento da democracia na esfera pública adota a abordagem da teoria democrática que, tal como defendida por Bobbio, entende que o desejável alargamento da democracia depende não só da quantidade de pessoas que participam da arena política, mas, sobretudo, da qualidade desta participação (BOBBIO, 1986). Também Boaventura de Souza Santos aponta a democracia participativa como alternativa para se evitar a completa erosão do contrato social (SANTOS, 1999), o que para Bobbio seria a forma de recuperar as promessas não cumpridas da democracia representativa (BOBBIO, 1986).

O que serve aqui de baliza na abordagem da democracia participativa é a investigação sobre os canais existentes para participação/representação das lideranças femininas e os valores e comportamentos norteadores de sua participação. Dito de forma mais específica, interessa-me, sobretudo, a atuação dessas lideranças via Conselho Municipal dos Direitos da Mulher⁷.

Para tanto, parto de uma abordagem que concebe o Estado brasileiro como uma arena política ainda marcada pela forte tradição de relações clientelísticas (AVELINO FILHO, 1994; WEFFORT, 1994 e O'DONNELL, 1996 e 1998), o que coloca maiores desafios aos/às atores/atrizes que pretendem democratizar a esfera pública, dentre eles os movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Ao projetar no aparelho do Estado a articulação de seus interesses, estes movimentos ou organizações podem se deparar com formas ambíguas de ação política. A este respeito, Sérgio Costa afirma que

“O exemplo mais evidente desta forma ambígua de atuação é oferecido pelas associações de moradores. Parece indiscutível que estas organizações efetivamente tematizam tensões das esferas privadas, revelando o caráter geral e conferindo tratamento público a questões como moradia, saúde, educação, etc. Ao mesmo tempo, entretanto, conforme mostram diferentes trabalhos, as organizações de moradores procuram beneficiar-se dos ‘relacionamentos clandestinos’ com o Estado e o sistema político, acertando, através de suas cúpulas, acordos (para o apoio político, para obtenção de melhorias para o bairro ou até de vantagens pessoais) que nunca são objeto de discussão pública, nem mesmo no nível do conjunto dos membros da organização. Nesses casos, as organizações de

⁷ O debate sobre democracia não é uma prioridade nesta pesquisa, apenas abordo-a como elemento implícito na questão de gênero e das políticas públicas e desenvolvo-a dentro dos limites necessários para esta análise.

moradores agem, da mesma forma que os Grupos de Interesse, buscando 'feudalizar' o Estado e fortalecendo os seus traços particularistas" (COSTA, 1994, p. 51).

Na mesma direção, Leda Machado identifica uma relação dinâmica e recíproca entre os movimentos sociais e o Estado, como assinala na seguinte passagem:

"Em alguns casos importantes, chegou-se à compreensão de que existe uma via dupla no relacionamento entre a administração e a mobilização, por meio da qual uma legitima a outra. Quanto mais institucionalizado for o movimento, maior o acesso às autoridades, e maior sua credibilidade no seio da população diretamente interessada na sua ação. Esta situação institucional, todavia, engloba um círculo vicioso que ainda não foi quebrado no campo dos movimentos sociais no Brasil. Os movimentos tendem a favorecer e apoiar os políticos que possam apoiá-los, mesmo com a alternância do poder de forças políticas distintas. Esta atitude pode ser interpretada como pragmática e até mesmo necessária por parte dos movimentos" (MACHADO, 1995, p. 139).

Dependendo do grau dessa reciprocidade apontada por Costa e Machado, e tratando-se de um país como o Brasil com forte tradição de relações clientelísticas no sistema político, questiona-se o grau de autonomia de que dispõem os/as atores/atrizes desses movimentos na interação com o Estado. Assim, problematizar suas contribuições para o aprofundamento da democracia significa refletir sobre suas capacidades para romper com este "círculo vicioso" que repõe a dependência de atores/atrizes da sociedade civil ao aparelho do Estado, alimentando assim o clientelismo.

Jessop defende que o clientelismo

"(...) pode ser caracterizado como uma forma de representação baseada na troca de apoio político por alocação de recursos (materiais e simbólicos) politicamente mediados, e que envolve uma relação hierárquica entre o padrinho ou protetor e a/as clientela/s que dele depende/m" (JESSOP, 1982, p. 230, *apud* PINTO, 1992, p. 141).

Corroborando esta definição, Céli Pinto julga pertinente destacar sua particularidade de “*privatizar as relações públicas, transformando-se direitos em favores pessoais*” (PINTO, 1992, p. 142), o que é especialmente importante de se observar quando o centro das preocupações é a relação entre os movimentos sociais e o Estado. Para esta autora,

“Se por um lado [os movimentos sociais] não estão imunes às relações clientelísticas, por outro são possivelmente a mais contundente prática de resistência a elas (...), porque, desorganizando e reorganizando as relações de poder ao nível do cotidiano, constroem sujeitos ‘do fazer’ em vez ‘do pedir’ “ (PINTO, 1992, p. 142).¹

Se, conforme Leda Machado – e estou de acordo quanto a isso -, quanto mais institucionalizado for o movimento, maior o acesso às autoridades e, portanto, aos recursos públicos, isto pode representar um estímulo à institucionalização e formalização das associações de mulheres que vêm no Estado a única alternativa para efetivação de suas demandas. A questão que se coloca neste estudo não é quanto a relacionar-se ou não com o Estado, já que as próprias demandas do movimento de mulheres, feministas ou não, tornam inevitável o diálogo com os órgãos governamentais (SCHUMACHER e VARGAS, 1993). Diante deste contexto, o interesse é analisar as bases ético-políticas em que se fundam a relação, é identificar em que medida se pautam pela reivindicação por direitos ou pela barganha de favores.

Para Avelino Filho, ao demandar junto ao poder público o atendimento às necessidades de serviços e investimentos, as lideranças dos movimentos se vêem diante de uma tradição de troca de benefícios públicos por apoio político ao governo (AVELINO FILHO, 1994). Autores dos novos movimentos sociais, contudo, enfatizam a capacidade destes de engendrar a possibilidade de construção de “uma nova política”, para a qual é cara a noção de autonomia (SADER, 1988 e PINTO, 1992). Neste cenário o movimento de mulheres ocupa, nesta perspectiva, posição privilegiada (SOJO, 1988 e SILVEIRA, 1999). Esta polêmica em torno do clientelismo *versus* autonomia também circunscreve o problema de investigação desta pesquisa e será explorada ao longo da análise.

1.3 O Movimento de Mulheres e o Estado

Analisando o movimento de mulheres desde a década de 1970 até a atualidade, é possível identificar uma trajetória de mudanças na sua relação com o Estado. Essa trajetória vai da negação do Estado, como espaço legítimo de participação, à busca de participação e/ou representação feminina no Estado (BLAY, 1999; PAOLI, 1995; PINTO, 1994b; ALVAREZ, 2000b).

As mudanças na postura do movimento de mulheres, quanto a relacionar-se ou não com o Estado, estão, muitas vezes, relacionadas com o perfil político dos governos. Assim, a ausência de uma distinção entre Estado e Governo pode confundir o debate sobre a orientação política no movimento de mulheres.

Durante a década de 70 e início da de 80, o movimento de mulheres advogava uma noção de autonomia que representava o estar “de costas” para o Estado. Tal postura se justificava, seja pela necessidade de afirmação da identidade própria do feminismo, seja pela importância da negação das formas autoritárias de poder representadas pelo Estado (MIGUEL, 1988 e PAOLI, 1995). O movimento de mulheres

“(...) foi o primeiro onde a noção de ‘autonomia’ adquiriu contornos cruciais para a questão de uma ‘nova política’.(...) [Da mesma forma], muito mais do que os outros, debateu-se desde cedo entre a escolha a institucionalizar-se (...) e a escolha em manter-se independente da relação com o Estado e as instituições” (PAOLI, 1995, p. 37-8).

Na década de 80, face ao processo de abertura democrática, abria-se a possibilidade de criação de espaços institucionais de atuação e atendimento às mulheres, o que era reflexo da mudança de governo e que resultava em maior aceitação das propostas dos movimentos de mulheres. Nessa mesma década criaram-se as delegacias para atendimento à mulher vítima de violência e os conselhos da condição feminina. Na década de 1990 foram criadas as coordenadorias ou assessorias especiais da mulher. Tomados globalmente, estes órgãos representam formas de novas institucionalidades no Estado e expressam o

interesse de incluir as mulheres na elaboração das políticas públicas, englobando a questão de gênero.

A criação dessas institucionalidades colocou, por muito tempo, o dilema autonomia x institucionalização política no centro dos debates do movimento de mulheres, em especial entre as feministas (BLAY, 1999, PAOLI, 1995; SCHUMAHER e VARGAS, 1993; TOSCANO e GOLDENBERG, 1992). “*Transformar as bandeiras em políticas públicas*” (COELHO, 1999) implicava também em institucionalizar entidades do próprio movimento, como forma de oficializar possíveis interlocuções com o Estado.

Algumas feministas viam na institucionalização do movimento de mulheres basicamente dois riscos. Por um lado, a noção de que a institucionalização traria consigo a reprodução de uma estrutura social hierarquizada que representa a subordinação da mulher. Romper com a condição de subordinação da mulher implicava, nessa visão, romper com as formas hierarquizadas de poder e a institucionalização da organização das mulheres poderia comprometer essa tarefa (SOJO, 1988).

Por outro lado, a institucionalização dos movimentos sempre traz a pressuposição de uma interação mais rotineira com os aparelhos de Estado. Neste caso, a criação de aparelhos estatais como o Conselho da Condição Feminina implicaria na participação do movimento de mulheres nos governos. O grande conflito, a esse respeito, era a preocupação quanto à preservação de autonomia, ou melhor, de qual seria o nível desejado de autonomia (SCHUMAHER e VARGAS, 1993; SOJO, 1988).

Além dos riscos que a institucionalização estatal representava para a autonomia do movimento de mulheres, havia ainda as dúvidas quanto à própria eficácia do Estado para implantar políticas de cunho feminista. Este tipo de crítica não estava diretamente voltado aos Governos, mas sim ao Estado em si, em função de suas características estruturais. Questionamentos desse caráter sobrevivem até a atualidade em algumas vertentes do feminismo (ALVAREZ, 2000a e 2000b).

[No processo de transição democrática, com a eleição de governos progressistas em 1982, algumas vertentes do movimento feminista passaram a

identificar o Estado como um importante instrumento para seus ideais de mudança social, através de implementação de políticas públicas. Como a efetivação de suas propostas exigia a participação de quadros feministas nos governos (SCHUMAHER e VARGAS, 1993 e BLAY, 1999), a noção de autonomia, enquanto norteadora da prática política do movimento de mulheres, precisou ser ressignificada, passando da postura de negação do Estado para a construção de uma interação com o Estado (PAOLI, 1995).

Essa foi a trajetória realizada por parte do movimento de mulheres. Isso significa que a inserção em aparelhos estatais nunca foi um ponto pacífico no interior do movimento. A polêmica sobre sua validade e seus reflexos para a autonomia do movimento de mulheres continua em pauta.

Na concepção de Céli Pinto,

“A questão da organização de órgãos no interior do aparelho estatal, que representem os interesses forjados nos movimentos sociais, é bastante problemática. (...) As relações de força na sociedade entre as quais se colocam as relações de gênero, têm uma limitada possibilidade de serem transformadas se a participação política ficar limitada à representação que (...) é mediada pelas rígidas regras do campo político institucional. O rompimento destas regras só se dá sob pressão a partir de fora, no caso da participação da mulher como sujeito de suas demandas” (PINTO, 1994a, p. 227).

Com isto, a autora não está negando a importância de representação no interior do Estado, mas alertando para a necessidade do movimento de mulheres se manter ativo enquanto movimento social. Esta necessidade é também destacada por Sonia Alvarez (1988) e Eva Blay (1999).

Eva Blay, por exemplo, avalia que depois de 1987, tendo conquistado a implantação de órgãos no aparelho estatal, o movimento de mulheres passou a “delegar” aos governos a execução de novas políticas públicas, supondo assim que os instrumentos criados dariam continuidade à política implantada. Tal postura teria reduzido o potencial de ação desses órgãos, uma vez que não é alimentado e/ou legitimado por pressões exteriores, o que os deixaria mais vulneráveis às ações de grupos contrários às concepções feministas, ações estas existentes dentro e fora do Estado (BLAY, 1999).

É justamente por acreditar na importância do Estado para legitimar demandas políticas e operacionalizar mudanças nas estruturas de poder, mas, igualmente, por reconhecer a existência de clivagens no interior do Estado que põem obstáculos às demandas feministas, que essas autoras apontam a necessidade de existência de um movimento organizado que possa fazer pressão e respaldar suas representações existentes no interior do Estado¹

Neste sentido, é que se dá importância ao Estado para a análise da ampliação da democracia. Em publicação do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM -, intitulada *Democratização dos Poderes Municipais e a Questão de Gênero*⁸, são apontadas três razões básicas para se considerar tal importância. Primeiro, pela própria centralidade do Estado em termos de poder político,

“(...) afinal, embora se reconheça atualmente que o poder político não se esgota no âmbito do Estado e que está presente em todas as relações sociais, não se nega que este continua sendo arena privilegiada para o seu exercício” (COSTA, 1997, p. 22).

Segundo,

“(...) pela importância das políticas na expansão dos direitos da cidadania aos segmentos sociais marginalizados, excluídos ou desigualmente tratados, entre os quais, em geral, se incluem as mulheres” (COSTA, 1997, p. 23).

Terceiro, por julgar-se importante democratizar o Estado e, assim, democratizar as políticas, entendendo-se que

“(...) as políticas englobam um conjunto de processos mediante os quais as demandas sociais se transformam em opções políticas e em tema de decisão das autoridades públicas (COSTA, 1997, p. 24).

Pode-se dizer que esta terceira razão é resultante das duas primeiras. Isso representa uma nova abordagem sobre a importância do Estado como interlocutor e implica numa reavaliação sobre a autonomia dos movimentos de

⁸ A experiência da então Coordenadoria Especial da Mulher, de Londrina, foi objeto do estudo de caso desta pesquisa encomendada pelo IBAM. Ver: COSTA, Delaine Matins (coord.). (1997) **Democratização dos poderes municipais e a questão de gênero**. Rio de Janeiro: IBAM/Fundação Ford.

mulheres. Para Céli Pinto, o posicionamento de defesa de autonomia dos movimentos em geral, e das feministas em particular, como ausência de relação com o Estado, favorecia a reprodução da privatização do público, com um Estado defensor de supostos interesses gerais sem ancoragem nos interesses dispersos na sociedade (PINTO, 1994b).

O despertar para a necessidade de se inserir nesse campo político institucionalizado, que ocorreu por parte de uma corrente do feminismo desde a década de 80, reflete uma concepção de que os movimentos sociais não prescindem do Estado, conforme defendido por Sérgio Costa (COSTA, 1994).

Na avaliação de Céli Pinto a penetração dos movimentos sociais no Estado resultaria, sem dúvida, “*em perda de um grau de autonomia e em uma real ameaça de perda de identidade*” (PINTO, 1994b, p. 270). Contudo, para a autora, este é um risco necessário de correr como alternativa para o também necessário alargamento dos campos de ação, visando assim potencializar resultados da atuação dos movimentos. Segundo seus próprios termos,

“Os anseios por mais espaços democráticos gestam-se no interior da sociedade civil através dos movimentos sociais, mas não se esgotam aí. Para que suas reivindicações e propostas transcendam a discussão interna e tenham efeitos concretos na vida da sociedade, devem passar em algum momento pelo campo político como propostas partidárias, políticas públicas, ajustes institucionais, etc.” (PINTO, 1994b, p. 259).

Entretanto, se a autonomia é uma preocupação que esteve presente no debate entre as feministas, o mesmo não se pode dizer quanto aos grupos de mulheres organizados na periferia dos centros urbanos, em função das diferenças na forma de atuação. Pode-se dizer que,

“O movimento feminista não é reivindicatório *stricto sensu*, isto é, não se organiza a partir de demandas específicas ao Estado. Sua relação com o aparelho estatal é, na maioria das vezes, consequência bastante posterior à sua organização” (PINTO, 1992, p. 132).

Isto se deve pelas características das lutas adotadas pelo feminismo, conforme já discutido anteriormente. Em função disso,

“O movimento feminista organiza-se para lutar contra uma condição: não é a luta por políticas públicas, por revisões de códigos de direito ou mesmo por creche, delegacias, etc., que constituem o movimento [estas são apenas conseqüências], mas a luta contra a condição dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero, que se expressam ao nível público e ao nível privado, ao nível da razão e do afeto, do trabalho e do prazer, da obrigação e do desejo” (PINTO, 1992, p. 132).

Neste sentido, as lutas por políticas públicas, por revisões de códigos de direito, por creches e por delegacias, entre outras, assumem o caráter de lutas estratégicas na busca da emancipação da mulher e pela superação da submissão e opressão. Isto significa dizer que sua relação com aparelhos estatais é uma conseqüência e não o objetivo de sua organização.

Diferentemente do movimento feminista, para os grupos e associações de mulheres dos bairros a interlocução com o Estado é mais imediatizada. Isto porque, dadas as condições de carência, a característica desses grupos é a organização em torno de reivindicações por bens de consumo coletivo, como a melhoria das condições de moradia e dos serviços públicos como saúde, educação e saneamento básico, entre outras (BLAY, 1983; MACHADO, 1995; SADER, 1988; SOARES, 1998 e JELIN, 1994).

Tendo estas preocupações, o Estado, como regulador do fundo público que irá financiar tais estruturas e serviços, torna-se o principal alvo das associações de mulheres e de outros movimentos que privilegiam essas mesmas preocupações (DOIMO, 1997 e OLIVEIRA, 1999). Assim, a interlocução com o Estado, ao ser o principal meio para se obter o atendimento às carências sociais dessas populações, torna-se também um estímulo para a formalização das associações. Isto porque uma associação legalmente regularizada tem melhores condições para acessar os recursos públicos⁹.

Nestes casos, não há a dúvida quanto a relacionar-se ou não com o Estado. Poderíamos dizer que tal decisão já existe *a priori*. O que é então autonomia

⁹ Vale destacar que, principalmente a partir da década de 90, o movimento feminista também vem apresentando grande tendência à institucionalização, por meio da criação de ONG's (SILVEIRA, 1999 e ALVAREZ, 2000a). A diferença em relação a esses grupos e associações de mulheres dos bairros, é que, no caso das ONG's feministas, geralmente os financiadores são outras ONG's, como, por exemplo, a Fundação Ford, enquanto que no segundo caso, os financiamentos são, em sua maioria, pelo Estado.

para este tipo de movimento? Trata-se aqui do mesmo parâmetro adotado pelas feministas no período pós-democratização? Estou supondo que a noção de autonomia neste contexto deve ser comum a todos os/as atores/atrizes políticos/as e se define pela capacidade de preservar e/ou construir uma estrutura de ação orientada pelo princípio do direito a ter direitos, sendo que tal capacidade é sempre relativa. O essencial da autonomia, seguindo Held e Paoli, é o poder de atuar de forma independente, mesmo que a independência seja relativa (HELD, 1997 e PAOLI, 1995). Estes seriam princípios básicos e gerais para a realização da cidadania ativa (ARENDDT, 1993).

As mudanças que ocorreram na relação entre movimentos sociais e Estado, e, em especial as contribuições do movimento de mulheres para uma nova forma de fazer esta articulação, demonstram que a opção entre autonomia e institucionalização é uma falsa escolha, ou antes, é um falso problema. Para Maria Célia Paoli, o antagonismo entre as duas questões já é uma situação superada. O desafio, agora, para os movimentos sociais, é preservar sua autonomia na relação com o Estado, e não mais sem o Estado (PAOLI, 1995).

Nessa mesma direção, muitas feministas têm apontado como objetivo e desafio do movimento de mulheres a luta para dar legitimidade ao Estado. Porém, não se trata de qualquer Estado, mas da busca por um Estado desprivatizado, com mecanismos de participação democrática e com políticas contrárias à concepção neoliberal¹⁰, entre outras coisas (MURARO, 2000; WAINWRIGHT, 2000 *apud* SORJ e GOLDENBERG, 2000 e SCHUMAHER e VARGAS, 1994). Isto significa que, para esta vertente, as feministas não estão dispostas a apoiar todo e qualquer governo pelo benefício da participação no Estado. Schumacher e Vargas declaram que

“(...) negamos nossa atuação no Estado quando o governo não se mostra aliado às causas feministas e nos recusamos a participar do ‘poder pelo poder’ ou do ‘poder sem poder’” (SCHUMAHER e VARGAS, 1994, p. 362).

A reivindicação, ao Estado, do movimento de mulheres em geral, e

¹⁰ O problema das políticas neoliberais, do ponto de vista das relações de gênero, é que, ao reduzir as atribuições do Estado, aumentam as tarefas consideradas femininas.

das feministas em particular, diz respeito à incorporação de gênero nas políticas públicas. Em suas propostas, essa incorporação porta um conteúdo crítico em relação às estruturas de poder fundadas no gênero e visa a reestruturação de tal poder. Contudo, a incorporação de gênero nas políticas públicas muitas vezes vem acompanhada de mecanismos de subversão do conteúdo feminista (ALVAREZ, 1988 e 2000b).

Embora a preocupação com a perspectiva de gênero seja resultado de pressões feministas, sua incorporação nem sempre se inspira no feminismo. Ocorre com frequência o que Sonia Alvarez chama de “tradução político-cultural da parte do Estado”, quando os governos e a burocracia tomam conceitos dos movimentos em geral, e das feministas em particular, e os traduz para efeitos que nem sempre são aqueles almejados por suas defensoras (ALVAREZ, 2000b).

Em função desses riscos de tradução, as reivindicações feministas não são, isoladamente, um parâmetro para supor o sucesso das políticas públicas. No campo político, essas reivindicações entram em disputa com forças políticas conservadoras. Como resultado dessa disputa pode ocorrer tanto a anulação das demandas feministas, como a cooptação. A cooptação representaria sua incorporação com conteúdo ressignificado, eliminando assim o sentido crítico e emancipador (ALVAREZ, 1988 e 2000b e BLAY, 1999) e reforçando os papéis tradicionais, com *“políticas públicas com perspectiva de gênero que pouco têm a ver com a equidade e muito menos com o feminismo”* (ALVAREZ, 2000b, p. 22). Nestes casos *“o Estado muito fala de gênero e pouco faz para empoderar as mulheres”* (ALVAREZ, 2000b, p. 14 – grifo da autora).

Contudo, o risco de uma tradução que possa “açucarar” a radicalidade da categoria gênero pode ocorrer também no interior do próprio movimento de mulheres, inclusive entre algumas correntes do feminismo (GODINHO, 2000). Neste caso, parcelas do movimento de mulheres podem demandar e legitimar ações do Estado que não tenham como finalidade o empoderamento das mulheres e que contribuam para a manutenção do *status quo*, mesmo utilizando como linguagem a “perspectiva de gênero”. Como aponta Mary Louise Pratt, quando não orientada por princípios feministas, *“a perspectiva de gênero abre espaço para algo descritivo e*

que acaba legitimando o status quo" (PRATT, 1999, *apud* COSTA e DINIZ, 1999, p. 128). Por isso, cabe às pesquisas analisar não só o emprego da linguagem, mas sobretudo a tradução político-cultural dos discursos por parte dos/as atores/atrizes.

É certo que a existência de traduções de categorias teóricas é inerente às práticas sociais, que são forjadas no cotidiano dos sujeitos e que ressignificam as categorias com as quais operam, adaptando-as às suas realidades. No entanto, há algo central na categoria gênero, que retirado anula toda a sua contribuição. Esta centralidade, ao meu ver, está na problematização do poder e do empoderamento. Neste caso, havendo o uso da linguagem de gênero, sem sua dimensão crítica quanto às relações de poder, cria-se, então, um outro conceito e, portanto, uma outra categoria. Não havendo sua re-nomeação, ocorre então a cooptação da categoria gênero.

Não obstante os riscos presentes no interior do Estado, é possível também visualizarmos cenários, como o de Londrina, em que as novas institucionalidades estatais desempenhem papéis favoráveis às possibilidades de avanço do Estado, no que se refere à perspectiva de gênero.

A criação das novas institucionalidades representa uma presença maior de temáticas de gênero tanto no interior do Estado, quanto no seio da sociedade. Essas experiências portam duas faces: uma referente aos riscos de tradução; a outra referente às possibilidades de maior publicização, legitimação e politização das questões de gênero. As duas faces podem coexistir e, dessa forma, conformar processos ambíguos entre o discurso pela equidade de gênero e o desenvolvimento de ações que reforcem os padrões tradicionais de gênero, nos quais se assenta a desigualdade entre homens e mulheres. Mas, mesmo nas ambigüidades, repousam os sinais de avanços com a perspectiva de gênero.

CAPÍTULO 2

O MOVIMENTO DE MULHERES E AS “NOVAS INSTITUCIONALIDADES” EM LONDRINA¹¹

2.1. O Protagonismo das Organizações Comunitárias e o Enfoque de Gênero

Em meados da década de 70, no bojo das manifestações por todo o país e da crescente mobilização do movimento de mulheres no Brasil, criou-se em Londrina um comitê pró-anistia, movimento que fora iniciado por mulheres. Nesse período houve também formação de grupos que lutavam pela democratização e pela redução do custo de vida.

Em 1979 foi criada a Frente Democrática da Mulher Londrinense, que atuou nessas lutas, mas também incorporava algumas bandeiras específicas do feminismo. Esta foi a primeira entidade formada em Londrina na fase do “novo feminismo”, com caráter institucional, e que agregava principalmente mulheres de esquerda e pertencentes à classe média. Seguindo a tendência apresentada no Brasil, conforme abordado no capítulo anterior, essas mulheres se dedicavam à “dupla militância”: as questões gerais, relacionadas à redemocratização política do país, e as questões específicas, relacionadas aos problemas que atingem as mulheres em virtude de suas condições de gênero.

Dentre as questões específicas de gênero, presentes nas preocupações da Frente, destacavam-se a violência contra a mulher, o planejamento familiar, a igualdade de salários, a exigência de creches nas empresas, a dupla jornada de trabalho, a divisão sexual do trabalho e a participação política feminina.

¹¹ Londrina está situada no norte do Paraná; possui 446.822 habitantes (IBGE, 2000); é considerada a terceira maior cidade do sul do país. O Município foi fundado em dezembro de 1934.
FONTE: PML/SEPLANFAZ-Gerência de Pesquisas e Informações. 13/Agosto/01. (www.londrina.pr.gov.br)

Destas todas, a questão da violência doméstica contra a mulher foi uma das mais privilegiadas (MARIANO e GALVÃO, 2000).

A Frente manteve-se em funcionamento até 1983, um momento em que se assistia à retração do movimento em todo país, como sintoma da reestruturação política. A renovação político-partidária, o surgimento e o fortalecimento de inúmeros canais de participação social, a proliferação de organizações não-governamentais e a criação de centros de pesquisas voltados para a questão da mulher acabaram por canalizar, no Brasil, a participação dessas mulheres que atuavam em movimentos de mulheres (TOSCANO e GOLDENBERG, 1992). Em Londrina também houve esse esvaziamento e as principais lideranças da Frente Democrática da Mulher Londrinense voltaram-se com maior dedicação à participação político-partidária ou à carreira acadêmica.

Durante sua existência, os clubes de mães eram um dos principais alvos de atuação das lideranças da Frente (MARIANO e GALVÃO, 2000). No entanto, o trabalho junto a essas lideranças não foi sistemático e efetivo o suficiente para que produzisse efeitos politizadores junto aos clubes de mães, no sentido de reorientar suas ações para o campo mais político propriamente dito. Um importante indicador disto é o fato de que os grupos de mulheres que se apresentaram no cenário político local na década de 90, são todas organizações que surgiram nessa mesma década de 90, sem vinculações com os clubes de mães.

Extinta a Frente Democrática da Mulher Londrinense, a década de 80 foi marcada pela influência da Igreja Católica na formação e organização do movimento popular de mulheres em Londrina. Além dos tradicionais clubes de mães, havia uma organização denominada "Movimento Popular de Mulheres do Paraná" que tinha como principais bandeiras o incentivo à participação política feminina e a luta pela melhoria na qualidade do atendimento à saúde da mulher. O Movimento teve seu auge no período da Constituinte, luta na qual participou ativamente. Embora não se dê por extinto, o Movimento encerrou a década de 80 desarticulado e sem visibilidade de qualquer ação política (MARIANO e GALVÃO, 2000).

No início da década de 90, uma liderança do Movimento Popular de Mulheres do Paraná, motivada pela experiência no Movimento e pela necessidade de

buscar melhorias para sua região, e contando com o incentivo de uma assistente social da Prefeitura do Município de Londrina, articulou a formação da Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, criada em 1991. Esta Associação marca uma nova fase no movimento popular de mulheres em Londrina, diferenciando-se das experiências dos clubes de mães. Ela também serviu como exemplo e estímulo para formação de outras associações de mulheres de caráter comunitário.

Ainda no início desta mesma década, em 1993, foi criada em Londrina a Coordenadoria Especial da Mulher¹², órgão vinculado ao Poder Executivo Municipal e subordinado diretamente ao prefeito. Somando-se a atuação da Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, com a atuação da Coordenadoria Especial da Mulher e da Secretaria de Ação Social, assistiu-se, na década de 90, a um relativo afastamento da Igreja Católica no que diz respeito à iniciativa e estímulo para fomentar a criação de organizações de mulheres.

As influências da Igreja Católica foram mais relevantes durante os anos 80, quando então criavam-se os clubes de mães ligados às respectivas paróquias (MARIANO e GALVÃO, 2000). Com o surgimento de novos atores, civis e estatais, como já mencionado, as organizações de mulheres criadas nas periferias de Londrina na década de 90 passaram a empregar preferencialmente o nome de associações de mulheres ou por vezes clubes de mulheres e grupos de mulheres, numa tentativa deliberada de se diferenciarem dos clubes de mães e de substituírem a terminologia “mãe” por “mulheres”.

A princípio tal distinção porta um significado político de reordenamento do movimento, mas, quando questionadas, geralmente suas lideranças não conseguem explicá-la. A dificuldade das lideranças em abordar as diferenças entre clube de mães e associação de mulheres é um indicador de que em suas práticas, a maioria dessas entrevistadas ainda visualiza as mulheres a partir do papel tradicional dos gêneros, de forma que ser mulher é o mesmo que ser esposa e mãe.

¹² A partir de 1998 a Coordenadoria Especial da Mulher - CEM passou a se denominar Secretaria Especial da Mulher - SEM. Sempre que me referir ao período completo de 1993 a 2000, usarei preferencialmente a atual nomenclatura do órgão.

No geral, a tônica originalmente presente na formação dessas associações de mulheres é a busca por atendimento às necessidades sociais básicas, pautando-se pela defesa do bem-estar familiar. Esta foi a característica do movimento de mulheres em Londrina a partir da década de 80 e se manteve presente também no decorrer dos anos 90. Isso demonstra que, excetuando-se a experiência da Frente Democrática da Mulher Londrinense, o movimento de mulheres em Londrina, desde o início da década de 80, está assentado no protagonismo das organizações comunitárias femininas – OCFs. Tal *status* é reforçado e alimentado pela posição de interlocutoras privilegiadas que essas organizações ocupam em relação aos órgãos municipais voltados para questões das mulheres, criados na década de 90.

Dentro das características forjadas nos anos 90, a Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato – AMBJF – representa a vanguarda deste tipo de organização e atuou como agente multiplicador para formação de novas entidades comunitárias de mulheres, principalmente na região sul da cidade, a mesma onde se localiza. Como resultado, a região sul abriga a maioria das organizações comunitárias femininas existentes na cidade e em atividade, de forma que, das nove organizações que compõem a amostra da pesquisa, oito localizam-se nesta região. Dessas nove, sete foram criadas entre 1991 e 1995, sendo que duas formaram-se em 1999. Das oito organizações que surgiram depois da AMBJF, cinco citam sua influência direta, como se observa nas seguintes falas:

“A Associações de Mulheres Batalhadoras, ali do Franciscato ... ela mesma que fez o incentivo ... quase que toda a região sul começou ali pela comunidade dela. Foi dando apoio e juntado, então quase que se formou todas as associações (de mulheres) lá pela Associação de Mulheres Batalhadoras, que foi onde deu o início” (M. – OCFs).

“A nascência da associação de mulheres foi assim: foi mais pela área do desemprego. No Franciscato estava aparecendo curso de pintura, de crochê, de arraiolo ... lá na Associação de Mulheres Batalhadoras. Aí a gente mandou as meninas para lá para aprender. Aí a presidente chamou nós para fazer parceria junto para fazer crochê, aprender a bordar ... naquele momento. Aí dela surgiu a idéia de trazer um grupo para cá. Aí criou um grupo ...” (M.J. – OCFs).

Em segundo lugar foram citadas por três entrevistadas as influências de representantes da Prefeitura, por meio da Secretaria Especial da Mulher e da Secretaria de Ação Social. Uma liderança citou a influência da Igreja Católica.

Outro fator que caracteriza a atual forma de organização dessas associações e grupos de mulheres é o alto índice de institucionalização, pois, das nove, oito possuem estatuto registrado em cartório, sendo que a outra também tem a intenção de se oficializar. Isto se explica pelo grande interesse que essas lideranças possuem em firmar convênios com órgãos públicos e organizações não-governamentais, a fim de captar recursos para suas atividades.

A tendência à institucionalização das organizações comunitárias femininas está relacionada à sua forma de atuação, muito centrada na oferta de serviços para a população da área de abrangência – conforme se observa na última fala – o que as força a buscar recursos para se viabilizar. Neste caso, essas organizações desempenham um duplo papel: a reivindicação frente ao Estado por infra-estrutura e por serviços públicos e a própria realização de atividades, tanto em relação às carências nos bairros, quanto às questões femininas. Tais características estão explicitadas no posicionamento do conjunto de lideranças entrevistadas, como será apresentado ao longo do trabalho.

Nas abordagens sobre os motivos e os objetivos para a criação das associações de mulheres, revela-se o domínio das demandas de mulheres e não para mulheres. Por demandas de mulheres entende-se as questões que atingem o bairro com um todo, sem distinguir a forma como atingem diferenciadamente homens e mulheres (JELIN, 1994). Incluem-se nesta categoria as demandas por serviços de transporte coletivo, melhoria das moradias, asfalto, fornecimento de água, implantação de rede de esgoto, atendimento geral na área de saúde e de educação, entre outros.

Estes são serviços que alteram o cotidiano das mulheres, mas estas os reivindicam não a partir de uma ótica de gênero, justificando-os pela condição feminina. Elas reivindicam com base na defesa do direito à qualidade de vida da família e de toda a comunidade, justificando-os pela condição de pobreza. Portanto, na fase de criação dessas organizações, as demandas dessas mulheres estão mais

relacionadas às necessidades práticas, que também são influenciadas pela condição de gênero, mesmo não havendo a politização quanto a isto.

No que se refere às reivindicações feministas pela incorporação da perspectiva de gênero, nela está implícita a proposta de articulação das duas formas de demandas, prática e estratégica, mas, ao mesmo tempo, o enfoque privilegia as exigências por mudanças na relação de poder entre homens e mulheres, supondo, como dito por León, que o estratégico inclui o prático (LEÓN, 2000).

Seguindo a tradicional divisão sexual do trabalho – também chamada por Leda Machado de “divisão do trabalho por linhas de gênero”, como forma de incorporar a perspectiva da gênero em sua denominação – as mulheres sempre se ocuparam com as atividades ditas reprodutivas, as quais engendram suas lutas por atendimento às necessidades práticas (MACHADO, 1995 e 1999). Tais motivações, estão presentes no surgimento também dessas associações de mulheres aqui analisadas, conforme explicitam suas falas:

“O motivo de criação foi mais pela carência no bairro ... na época. Aliás continua sendo um bairro muito carente ... e muito grande também. E a gente achou que precisava de uma organização de atividades no âmbito de uma associação. Como a gente não tinha água, não tinha ônibus, não tinha rua, não tinha nada, então a gente achou que a associação seria uma organização melhor para reivindicar ... para não estar assim um a um resolvendo problemas individuais” (E.T. – OCFs).

“A preocupação no início era o desemprego, mas não só o desemprego, mas também o atendimento às família, porque aqui era assim: só tinha o posto de saúde e a escola. (...) Uma das coisas que eu mais adorei foi trabalhar a parte da desnutrição e também aquelas famílias assim ... eles não tinha roupa, eles não tinha comida, eles não tinha cobertor. Foi aonde que a associação trabalhou muito, fomos atrás de cobertor” (M.J. – OCFs).

“O objetivo que levou a gente a criar a associação foi a necessidade de ter uma organização que a gente pudesse lutar pela integração da mulher na sociedade, a busca de melhoria do bairro, a cidadania e o reconhecimento de nossos locais onde a gente morava. (...) Não tinha asfalto, não tinha escola, posto de saúde ... então a luta da associação era em cima mais dessas necessidades básicas mesmo e de buscar a integração das famílias e da mulher dentro da sociedade” (R.B. – OCFs).

“A associação de mulheres também tem o objetivo de estar tirando as mulheres de casa um pouco, para estar conhecendo uma outra realidade, para ver que além da casa, de cuidar dos filhos, de cuidar de casa e do marido, tem outras coisas que elas podem conciliar junto com o trabalho de casa” (C.B. – OCFs).

No entanto, algumas dessas mulheres esboçam em suas falas a introdução também de algumas questões relacionadas à situação da mulher, especialmente quanto à participação em atividades extra-lar, o que contribui de forma significativa para que essas mulheres pobres da periferia da cidade modifiquem as normas tradicionais que as limitam no âmbito privado do lar e, dessa forma, propiciam sua inclusão na vida pública. Estas são situações em que, conforme Leda Machado, o prático pode atingir o estratégico (MACHADO, 1995 e 1999). Corroborando também Sonia Alvarez, a experiência com as mulheres nestas associações fornecem uma base organizativa que tem o potencial de resultar em mobilização política em termos específicos de classe e gênero (ALVAREZ, 1988). De fato, isto ainda não está sedimentado nestas associações, mas é uma possibilidade em aberto, a julgar por suas tentativas.

Havendo a preocupação na pesquisa de analisar o enfoque quanto à perspectiva de gênero, a inclusão da mulher nos discursos dessas lideranças precisa ser analisada em termos de lugar e papel na estrutura de poder. Ou seja, que conteúdo há nesta inclusão da mulher? Esboçam possibilidades de “*modificar no essencial a profunda segregação sexual na sociedade (...) [e] alterar a direção dos projetos sociais*”? (SOARES, 1998, p. 40).

Neste sentido, as falas revelam que, na fase de formação, mesmo quando demonstram preocupações com as mulheres, estas são questões subordinadas aos problemas da família e do bairro. Isto é, essas mulheres apresentam-se como defensoras de interesses de outros, o que está relacionado à chamada “*política do desvelo*”¹³, desinteressada e altruísta. Tal característica também está presente em outros setores do movimento de mulheres não-populares, inclusive na política institucional (MIGUEL, 2001). Embora não enfocando as relações de

¹³ Sobre críticas à “política do desvelo” ver: MIGUEL, Luís Felipe. *Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”*. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 253-267, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, 2001.

gênero, demandas como, por exemplo, escolas, postos de saúde e asfalto, influenciam no cotidiano das mulheres, em virtude do papel que desempenham na divisão do trabalho por linhas de gênero. No entanto, a presença das mulheres nos mais diversos movimentos sociais e na arena política não implica que estejam em jogo prioritariamente os direitos das mulheres. Dessa forma,

“(...) as mulheres surgem no âmbito público com demandas relativas às suas responsabilidades sociais, o que é muito importante, mas nada assegura que essas mulheres estejam reivindicando demandas de gênero. Esperar que, por serem mulheres, as militantes expressassem espontaneamente as demandas ‘intrínsecas’ ou ‘próprias’ às mulheres, passou a constituir uma exigência – com frequência dogmática – que dificultou ou entrouvrou a possibilidade de diálogo com o feminismo” (JELIN, 1994, p. 135 – grifos da autora).

Se a passagem para as demandas de gênero é improvável de ocorrer espontaneamente, creio, contudo, que, diante de determinados contextos de interlocução com outras vertentes do movimento de mulheres, ou até mesmo com órgãos públicos voltados para essa temática, tal possibilidade pode ser forjada. Em Londrina, essa passagem pode ser identificada quando se comparam os motivos apresentados para criação das associações de mulheres com as principais lutas dessas mesmas associações, apontadas por suas lideranças.

Se no primeiro caso os problemas gerais dos bairros centralizavam as preocupações das lideranças dessas associações, no segundo caso, aquilo que podemos interpretar, em certo sentido, como demandas de gênero, aparecem como a categoria de maior representatividade dentre suas reivindicações. Estas demandas compreendem os projetos de geração de renda para mulher, as ações que visam ao resgate da auto-estima da mulher, a diminuição da violência contra a mulher e as reivindicações na área de saúde da mulher.

Atualmente, os projetos de geração de renda são inquestionavelmente a principal atividade de todas essas associações de mulheres, sendo que, apenas na Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, essa atividade encontra-se temporariamente suspensa, por carência de recursos, e não há consenso entre suas lideranças quanto à pertinência ou não de seu retorno.

Se isto pode ser interpretado como um importante indicador da incorporação de gênero, também representa os principais problemas com esta incorporação.

Esses projetos são, via de regra, denominados de “grupo de produção” e, em geral, têm pouca capacidade, em termos quantitativos, de inclusão das mulheres, havendo cinco associações com menos de vinte participantes e três com mais de vinte. A produção nesses grupos é exclusivamente de trabalhos manuais e artesanais, incluindo principalmente panos-de-prato, toalhas, tapetes e outras mercadorias de uso doméstico feitas com crochê, bordado, pintura e costura. O principal objetivo dos grupos de produção é a geração de renda e, em alguns casos, também a terapia ocupacional, como, por exemplo, uma entrevistada explica:

“ (...) têm mulheres que trabalham já mesmo há algum tempo dentro da associação e ganham o seu sustento, porque elas aprendeu os trabalhos manuais, então elas já faz assim negócios com os trabalhos, elas já vendem, comercializam. E é uma terapia também porque ela sai ali daquela rotina dela, ela também tem a oportunidade de mostrar que ela também pode” (M. – OCFs).

A maior centralidade na geração de renda é interpretada por algumas dessas mulheres como o diferencial entre uma associação de mulheres e um clube de mãe, onde a prioridade seria a terapia, conforme defende uma das lideranças na seguinte fala:

“A Associação de Mulheres Batalhadoras foi a primeira que começou com a briga com a Secretaria de Ação Social. A gente pedia para ter recursos para cursos de pano-de-prato, eles achavam que a pintura de pano-de-prato era coisa de clube mãe, que sentava para ficar falando mal da vida dos outros, então não tinha necessidade. E a gente acabou provando que não, que era uma necessidade da mulher trabalhar o artesanato, para poder buscar hoje ter até a sua própria sobrevivência” (R.B. – OCF).

Nesta perspectiva, os clubes de mães teriam mais o caráter de realizar atividades voltadas à terapia ocupacional, enquanto as associações de mulheres, ao privilegiar a geração de renda, visam sobretudo a resultados econômicos para as mulheres. Por isso, os grupos formados na década de 90 adotam preferencialmente a nomenclatura de associação. Os grupos com nome de clubes de

mães, via de regra, são anteriores a este período e são raros os casos de institucionalização (estatuto, CGC, lei de declaração de utilidade pública, entre outros documentos legais e padrões administrativos).

Embora autoras como Sonia Alvarez coloquem as associações de mulheres dos bairros e os clubes de mães como pertencentes a uma mesma categoria analítica de organização (ALVAREZ, 1988), os dados aqui apresentados permitem-me interpretá-las como organizações distintas, em termos políticos e de estruturação. Com as associações, essas mulheres pretendem ampliar a dimensão política de suas ações, participando de outras esferas que extrapolam o bairro e seus problemas, tanto é que a maioria delas desempenha múltipla militância, com participação nos movimentos de saúde, em partidos políticos e em outros tipos de movimentos.

Ao transferir a ênfase da reivindicação por serviços coletivos à toda a comunidade para demandas por atendimento específico às mulheres, como se caracterizam as ações nos grupos de produção, essas lideranças gestam a passagem das demandas de mulheres para demandas para mulheres. A questão que se coloca neste contexto é a abordagem que orienta esta inclusão da mulher na conformação das demandas. Essas demandas elaboradas pelas e para mulheres, ao mesmo tempo que indicam avanços em termos de politização da questão de gênero, também indicam seus limites nessa mesma questão.

Tratando-se do debate sobre as relações de gênero, algumas preocupações balizam minha análise em torno das demandas e atividades das organizações comunitárias feminina. Fundamentalmente interessa-me identificar em que medida suas demandas visam ao empoderamento das mulheres, de forma a provocar alterações nas relações de gênero, o que implica em ações que abalem tradições da sociedade patriarcal, provocando rupturas na condição de subordinação feminina.

As últimas décadas já demonstraram que *“o trabalho extradoméstico das mulheres casadas não implica necessariamente uma transformação nas relações entre gêneros”* (JELIN, 1995, p. 396). A democratização das relações entre gêneros exige também uma nova socialização do papel doméstico,

redistribuindo igualmente as tarefas produtivas e reprodutivas entre indivíduos de ambos os sexos (JELIN, 1994 e 1995), assim como *“uma redistribuição entre os gêneros em termos de destinação de recursos, direitos civis e de participação, posições de poder e de autoridade e valorização do trabalho de homens e mulheres”* (GUZMÁN, 2000, p. 77).

A ruptura com o confinamento no mundo doméstico, por si só, embora de grande importância para a libertação das mulheres, pode, em determinados limites, apresentar também formas de reprodução da subordinação feminina. Isso ocorre quando a inclusão da mulher na esfera pública, social e estatal, configura-se como uma extensão da experiência doméstica. Como interpretar, então, a ênfase que essas organizações atribuem ao trabalho artesanal com mulheres? No geral, poderia-se dizer que essas organizações privilegiam a luta por condições materiais um pouco mais favoráveis para manter a tradicional divisão sexual do trabalho, o que significaria manter também a subordinação feminina. No entanto, tal interpretação não seria ao todo correta. Se por um lado essa possibilidade de interpretação contempla a maioria dos casos entre as organizações comunitárias femininas pesquisadas, por outro lado, algumas de suas lideranças atribuem um outro significado ao artesanato, seja para envolver os homens, seja como estratégia política de mobilização das mulheres. Assim algumas entrevistadas se justificam a esse respeito:

“O artesanato é um coisa muito importante, que vem de muito tempo e ajuda na renda da família. Mas eu vejo como um papel ... de que a mulher fica atrás. Ela acaba só fazendo bordado, ela acaba só pintando. E eu acho que em termos reforça sim o papel de que a mulher é feita para trabalhos delicados. (...) As associações de mulheres fica: ou trabalha o artesanato, ou trabalha a culinária, o que já é uma coisa que a mulher faz no dia-a-dia. Então eu vejo que temos que buscar um outro espaço, de capacitação em outras área pra mulher, porque hoje a mulher sabe fazer muito mais coisa do que isso. Claro que deve continuar sim com o artesanato, mostrar o trabalho, ensinar as meninas, e por que não os meninos? Por que eles não podem pintar pano de prato também? Por que não pode tecer um tapete. (...) Acho que a gente tem que começar a trabalhar ... é pintura de pano de prato, é para menina e para menino. Fazer caminhãozinho é para menina e para menino também, por que não?”
(C.B. – OCF).

“Eu vejo isso ainda como uma coisa cultural nossa, da mulher está sempre buscando os serviços mais fácil, de não ver ainda que a mulher é capaz de fazer coisas mais ainda do que o artesanato. Mas ainda é um meio para que a gente possa trabalhar ela, para que ela esteja indo além do artesanato” (R.B. – OCF).

“(...) a gente fala em igualdade para homens e mulheres, ao mesmo tempo a gente tá cumprindo funções femininas. Mas acho que é por aí, que a gente tem que começar por uma coisa que a gente sabe, pra gente poder avançar. E por que não podemos avançar nas funções ditas masculinas? A gente quer ocupar o nosso espaço, não que tenha essa divisão entre homens e mulheres. É que pela tradição mesmo, a gente sempre ocupa espaço de secretária, costureira, essas coisas assim, e deixa os cargos mais importantes para os homens. Mas eu acho que a gente tem capacidade tanto quanto eles, eu acho que a gente tem sim que continuar a fazer artesanato, mas como uma terapia, não mais como uma função, não mais como uma profissão” (J. S. – OCF).

Embora em número bem menor do que as mulheres, há participação masculina, principalmente de adolescentes, nos cursos promovidos pelas organizações femininas, em pelo menos três, das nove associações pesquisadas. Esses dados revelam que entre essas lideranças há reflexões quanto ao impacto do trabalho artesanal na manutenção do papei tradicional feminino. Mesmo sem extinguir o trabalho com artesanato, elas têm construído novos significados, procurando superar sua caracterização feminina e desenvolvendo auto-crítica em relação às limitações que precisam enfrentar. Tudo isto é reflexo de tematizações sobre as relações de gênero.

Na AMBJF, mesmo havendo dissenso quanto à continuidade dos cursos de trabalhos manuais/artesanais e dos grupos de produção, os quais têm demanda por parte da comunidade, suas lideranças projetam outras prioridades para o futuro. Em um projeto denominado “Biblioteca Comunitária Virtual”, elas pretendem realizar atividades como:

“(...) nós teremos aí o curso de informática, é um dos grande projetos pra está capacitando as pessoas, não só com o conhecimento do computador, mas capacitação mesmo para o mercado de trabalho, né. O laboratório de serviços doméstico, (...) ... o curso de comunicação, de formação das pessoas poder dá uma entrevista, isso também é um curso que a gente vai está trabalhando ...

capacitando também as pessoas para participar do processo de pesquisa e entrevista, que a gente vai ter o laboratório... e buscar parceria também entre o SINE¹⁴, as universidades, as associações de moradores, as escola, pra estar trabalhando outros cursos, de pedreiro, de encanador, de eletricista, de secretária ... também para preparar as pessoas para outro tipo de trabalho. (...) Outra coisa é que a gente vai está trabalhando também com curso de formação política ... e aí achar uma proposta de buscar parceria mesmo, com estudante, com professor, com presidente de partido, de sindicato, para trabalhar uma grande escola aqui de formação política. Isso é um projeto ... um sonho ... e ele tem que virar realidade, porque há uma grande necessidade, das pessoas conhecer seu papel político na sociedade, porque as pessoas quando fala em política eles está pensando na questão política-partidária, e a política ela é tudo na vida da gente, então tem que ter esse curso de formação. É uma proposta da associação que vai ser desenvolvida aqui" (R.B. – OCF).

Este projeto, quando realizado, representará uma grande diversificação na área de atuação dessas associações, envolvendo novas atividades profissionais e políticas. Havendo estrutura para implantar tais ações, as ambigüidades existentes em torno do artesanato, em relação à questão de gênero, poderão ser suplantadas, desde que os novos cursos não reproduzam divisões sexistas, com atividades tradicionalmente masculinas para homens e atividades tradicionalmente femininas para as mulheres. A pendência existente para a implantação do projeto é a conquista de financiamentos. A dificuldade com recursos, aliás, está na base do modelo de atuação dessas organizações comunitárias femininas na área do trabalho e geração de renda.

As condições materiais em que trabalham essas organizações dificultam a formulação de rupturas nos padrões tradicionais de gênero, pois o trabalho artesanal e a culinária exigem poucos recursos, enquanto a implantação de cursos com qualquer outro perfil exigiria maiores investimentos financeiros. Como nenhuma das associações pensa em outro modelo de atuação, sem a oferta de cursos e a busca de geração de renda, a alternativa imediata, encontrada para "digerir" as críticas quanto ao conservadorismo do artesanato, foi incluir a participação masculina. Esta inclusão às vezes ocorre com atividades distintas para homens e

¹⁴ O SINE é uma espécie de agência de emprego, sob administração do governo do estado.

mulheres, como foi um caso de curso de eletricista só para homens. Outras vezes ocorre com a participação de ambos os sexos nas mesmas atividades, como, por exemplo, cursos de tear, arraiolo, de confecção de velas e de bonecas.

Dentro dos limites em que trabalham, essas são tentativas forjadas pelas organizações comunitárias femininas para incluir a questão de gênero em suas ações. Isso reflete uma nova orientação no trabalho dessas organizações, o que as diferencia, em parte, dos tradicionais clubes de mães. A respeito do envolvimento de mulheres e homens nas atividades da associação, visando a mudanças de comportamento em ambos, C.B. diz que,

“Uma forma da associação tá trabalhando essa parceria homem e mulher é trazendo eles, chamando para vir participar das atividades da associação, mostrando que a associação, apesar de ser uma associação de mulher, mas ela está buscando trabalhar a realidade da família, o homem, a mulher. Que a atividade que a gente se propõe a desenvolver não é só para a mulher, que a gente não quer que a mulher chegue em casa e coloque o marido para lavar, passar, que ele tem que assumir o papel da mulher. (...) Não é isto, é que ele veja que tem que dividir e trazer a participação dele. Porque a gente acaba ainda fazendo muita coisa só para a mulher e não envolve o homem e ele acaba se sentido ameaçado, porque a mulher está tendo muito poder, porque a mulher já está chegando em casa com uma idéia diferente e ele quer vetar a participação dela por isso. Então, tem que trazer ele para participar junto com ela, pra ele ver a realidade, pra ele mudar junto com ela, para que a mudança não ocorra só nela. (...) Acho que tem que ser assim para poder humanizar, mudar o modelo que existe hoje de sociedade” (C.B. – OCF).

A intenção de integrar cada vez mais o homem às atividades das associações de mulheres reflete uma estratégia pensada para minimizar as resistências que com freqüência as mulheres encontram em suas comunidades. Por outro lado, ao falar da necessidade de envolver o homem na *divisão* das tarefas doméstica, a partir de uma mudança de comportamento dele, isto representa também a incorporação de elementos da perspectiva do empoderamento, que prevê a “*necessidade de mudança não só das mulheres como também dos homens*”, a fim de que a sociedade se torne mais equitativa entre os gêneros (MACHADO, 1999).

Quando apontam as dificuldades encontradas pelas associações, as

entrevistadas falam principalmente das carências de recursos físicos e financeiros para realizar cursos e desenvolver as atividades dos grupos de produção, bem como da ausência de um local fixo e com localização privilegiada para comercialização de seus produtos. Mas estas não são as únicas dificuldades, esbarram também nos obstáculos culturais impostos pelo controle masculino sobre as mulheres casadas, exigindo com isso estratégias dessas lideranças para promover a participação feminina. Este tipo de dificuldade está presente na avaliação de muitas das próprias lideranças:

“Tem muitas mulheres que ainda chegam e dizem assim: ‘ah, eu não posso ficar em cargo na diretoria porque o meu marido não deixa eu assumir cargo de diretoria. Eu posso vir participar, assistir palestra e tudo, mas se ele ver meu nome na chapa da diretoria ele vai brigar comigo quando eu chegar em casa. Eu não vou participar, eu não posso pegar cargo. Gostaria, adoraria participar, mas não posso’. Nós fomos na Usina Três Bocas, porque elas queriam constituir uma associação de mulheres, e não criou, não teve mulher suficiente para montar uma diretoria, porque muitas esbarram de que o marido não deixa ela pegar cargo numa diretoria de associação, estar ali representando a comunidade” (C.B. – OCF).

“A gente tem caso ... aconteceu isso com a gente. Tem a tesoureira da associação que teve que deixar de ser tesoureira ... ela teve que deixar quase de ser amiga da gente, por causa que o marido dela não deixou ela participar. Ele achou que ela estava mudando demais, que ela saía demais, que ela ficava fora de casa muito tempo e que as coisas ficava lá, e que ele chegava e não tinha nada feito e que ele tinha que ajudar em casa. Então ele não deixou ela participar mais e na maioria das vezes ele não deixou ela nem ser amiga da gente, porque se ele pegasse a gente na casa dele conversando com ela, ele chegava falando lá do portão já” (M.C. – OCF).

Romper esses obstáculos próprios de uma sociedade patriarcal é uma tarefa distante dessas organizações comunitárias femininas que se legitimam principalmente com o apoio recebido da própria comunidade, da qual recebem mandatos em eleições realizadas há cada dois ou três anos. Sabem elas que defender mudanças bruscas que atinjam a família não é uma política popular, como exemplifica o caso citado sobre a ex-tesoureira. Politicamente, então, lhes é mais

seguro uma postura moderada, que provoque mudanças para a mulher sem causar grandes rupturas na estrutura patriarcal.

Na Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, especialmente, mesmo abordando essas dificuldades, isso não tem impedido que suas lideranças aspirem à igualdade de gênero como tema de trabalho das associações de mulheres. Assim pleiteia R. B. quando diz que

“(...) a mulher está esquecendo de discutir a questão da igualdade de gênero, que tem que ser dentro da sua própria casa, de não está dando prioridade mais para os meninos do que para as meninas. E eu vejo que a gente tem que pegar isso dentro das associações, porque é o norte lá em baixo que você busca muitas vezes aquela pessoa” (R.B. – OCF).

Nesta associação, as lideranças falam em mudanças na condição de vida das mulheres em relação à dominação masculina, mas ao mesmo tempo procuram demonstrar que não há radicalidades e que, acima de tudo, as mudanças no comportamento das mulheres redundarão em melhorias para a família. Esta forma de conduzir a participação de homens e de mulheres, buscando alternativas para evitar os conflitos de gênero, representa uma estratégia que busca a flexibilização das relações de autoridade entre os cônjuges. Creio que este seja o começo do que Beatriz Schmukler chama de “negociação de gênero”, em que as mulheres com práticas participativas promovem negociações em suas casas, visando melhorar suas posições de autoridade e promover representações e acordos de gênero dentro da família que resultem numa maior paridade (SCHMUKLER, 1995).

A negociação de gênero representa uma transgressão dos papéis tradicionais e uma forma de luta contra a opressão das mulheres. Portanto, é também uma forma de promover mudanças na estrutura patriarcal, mesmo que estas não sejam ideologicamente bem articuladas nos discursos das mulheres participantes das organizações femininas. A superação da condição de subordinação feminina não é uma categoria discursiva muito presente entre essas lideranças femininas, mas o desejo da igualdade entre homens e mulheres o é, o que indica a introdução de elementos politizadores sobre a questão de gênero.

Na Associação de Mulheres do Patrimônio Selva – AMPS –, a outra organização envolvida na pesquisa com entrevista em profundidade, a presença de elementos politizadores sobre a questão de gênero é percebida com menor frequência, em relação à Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato – AMBJF.

No Patrimônio Selva, mesmo no estágio atual, a ênfase em preocupações com ações de assistência social é mais centralizadora. Como consequência, suas lideranças colocam-se como um apêndice do poder público, como argumenta uma das entrevistadas:

“Eu acho a associação (...) ela é uma referência ... nós aqui é tipo uma sub-prefeitura ... Eu sei como funciona hoje o Provopar¹⁵, a (Secretaria de) Ação Social ... (...) Simplesmente hoje a associação é uma referência por causa disso. Se alguém chegar hoje lá no Provopar e falar ‘eu quero uma cesta básica’ – ‘onde você mora?’ – ‘na Selva’ – ‘então você vai procurar a associação, lá tem uma pessoa que vai atender’ “ (M.J. OCF).

Ambas as associações surgiram a partir das preocupações com o atendimento do serviço público quanto à infra-estrutura urbana e bens de consumo coletivo nos bairros. Por outro lado, a criação da AMPS contou com o estímulo e apoio de lideranças da AMBJF. No entanto, se as duas organizações foram criadas com a mesma matriz, ao longo de suas experiências, as práticas foram se distanciando, com a maior introdução de inovações na AMBJF, no que tange à questão de gênero.

Quando abordam suas lutas e conquistas, o interesse na “promoção da participação da mulher” é o fundamento dos discursos das lideranças da AMBJF. Junto às lideranças da AMPS, os discursos são fundamentados no enfrentamento à pobreza e na reivindicação por bens de consumo coletivo, sem tematização da questão de gênero. Com isto entendo que a primeira tem se orientado no sentido de priorizar o debate sobre gênero, enquanto a segunda mantém-se na mesma linha de sua origem, voltada à assistência social.

As conquistas apontadas pelas entrevistas indicam a valorização que fazem de determinados aspectos de suas práticas e esboçam os objetivos das

¹⁵ PROVOPAR - Programa de Voluntariado do Paraná.

organizações. No caso da AMBJF, assim aparecem as conquistas:

“Eu acho que a maior conquista da associação é o reconhecimento do nome, a marca da associação das mulheres batalhadoras. (...) Eu acho que isso é a conquista maior de todo o mundo, porque era em cima disso que a gente lutou para que a gente buscasse a cidadania e que fosse reconhecida na sociedade. Quando você consegue buscar o nome da associação no nível de divulgação fora do país, do estado, isso eu acho que é a maior conquista que a gente tem no mundo” (R.B. – OCF).

“Eu acho que a gente teve muita conquista, as conquistas boas o conhecimento com os órgãos públicos, tanto prefeitura, câmara de vereadores, que eu não tinha conhecimento. (...) E foi uma conquista muito grande os curso que a gente fez... as formaturas, foram coisas boas e foram conquistas delas também, que muitas estão hoje trabalhando, muitas têm até o seu estabelecimento de trabalho, através do trabalho que ela aprendeu com a gente na associação, nesse determinado tempo. Então para mim a maior conquista foi essa, porque não foi só minha, foi minha e delas como um todo” (M.C. – OCF).

No caso da AMPS, são apontadas as seguintes conquistas:

“Eu acho que a primeira conquista que a gente teve foi a criação do ônibus, dessa linha de ônibus, porque não tinha ônibus aqui e foi uma conquista muito grande. Outra conquista foi o reconhecimento do povo hoje ... do atendimento social. E o outro é o trabalho dos grupos mesmo. Porque hoje a gente tem muita ligação com os grupos, com as próprias secretarias.(...) Isso para mim é uma grande conquista que nós teve. O conhecimento de como é trabalhar com o poder público” (M.J. – OCF).

O surgimento das organizações comunitárias femininas, não apenas a AMBJF e AMPS, mas sim das nove organizações que compõem a amostra, esteve marcado pela indistinção entre as questões dos bairros e as questões das mulheres. Atualmente, no entanto, as diferenças existentes nas falas das entrevistadas no que diz respeito ao processo de formação, de um lado, e às lutas, conquistas e projetos futuros, do outro, sinalizam a incorporação de elementos que projetam a possibilidade de que as demandas dos bairros e das mulheres sejam abordadas como distintas.

Neste processo, a AMBJF tem ocupado a posição de vanguarda entre as demais organizações comunitárias femininas. A renovação de seu estatuto, atualmente em andamento demonstra a intenção de inverter as prioridades, colocando a mulher em primeiro plano, sem, contudo, excluir a representação de interesses da comunidade do bairro como um todo¹⁶.

Alterações do mesmo tipo já foram realizadas no estatuto da AMPS, em 1997, quando as alíneas "a" e "b" do artigo 3º sofreram uma inversão na ordem de apresentação, estabelecendo a finalidade da entidade da seguinte forma:

- "a) Criar condições de participação e promoção da mulher moradora do bairro, Patrimônio Selva, Colônia Coroados e Colônia Portuguesa, da cidade de Londrina - Paraná, sem discriminação religiosa, racial, política, situação sócio-econômica;
- b) Estudar e identificar os problemas comuns que envolvem as mulheres, as crianças, adolescentes e seus familiares e levantar alternativas de ação que visem a melhoria da qualidade das condições de vida."

As alterações introduzidas nos estatutos das organizações comunitárias femininas expressam as intenções de algumas de suas lideranças em promover mudanças no sentido de privilegiar a mulher como alvo de suas preocupações. No entanto, esta medida, por si só, não reflete necessariamente uma mudança na prática das organizações, como é o caso da AMPS.

As revisões no estatuto geralmente contam com contribuições de profissionais e lideranças externas à comunidade e que depois não se mantêm atuantes no processo de adaptação das ações às intenções expressas no estatuto. Quando as lideranças da respectiva localidade de uma associação não partilham do entendimento a respeito das diferenças políticas e ideológicas implícitas em novas redações introduzidas nos estatutos, ocorre, com freqüência, uma descontinuidade entre a idealização presente no estatuto e a prática existente na associação. A ausência de conexão entre estatuto e prática deve-se ao tratamento altamente burocrático dispensado à elaboração dos estatutos, quando, a rigor, estes deveriam ser objeto de discussão política entre as mulheres das respectivas associações.

¹⁶ Informação coletada a partir de conversas informais com mulheres da AMBJF. O novo estatuto está em discussão na Associação.

Em muitos casos, o que ocorre quando da criação de uma nova associação de mulheres é a prática de buscar um modelo de estatuto social e transpô-lo integralmente, alterando minimamente os dados que determinam a área de abrangência. Geralmente este documento não é objeto de debate entre as mulheres, caracterizando-o como uma mera formalidade legal.

Por outro lado, destacar a promoção da participação das mulheres não é sinônimo de introduzir a perspectiva de gênero. Pode-se observar na alínea "a" do artigo 3º, conforme citado, que não há referências quanto à discriminação de gênero. Falar de mulher pode representar o público alvo das atividades da associação, sem contudo envolver uma perspectiva sobre a condição de subordinação feminina, instituída culturalmente na relação de poder entre homens e mulheres¹⁷. Portanto, mulher e gênero não são categorias dicotômicas, mas também não são similares. Estão relacionadas, mas uma não se resume à outra. Enfim, falar de gênero representa uma abordagem relacionai entre homens e mulheres, com todas as implicações presentes nesta relação. Mas falar de mulher não implica, necessariamente, a referência ao gênero (MACHADO, 1999).

Na AMBJF, em um processo mais avançado do que nas demais associações, há expectativas de melhor politizar o papel das organizações comunitárias femininas e uma tentativa explícita de incorporar a perspectiva de gênero, quando dizem que

"(...) a mulher está esquecendo de discutir a questão da igualdade de gênero, que tem que ser dentro da sua própria casa, de não estar dando prioridade mais para os meninos do que para as meninas. E eu vejo que a gente tem que pegar isso dentro das associações, porque é o norte lá em baixo que você busca muitas vezes aquela pessoa" (R.B. – OCF).

Como consequência dessa incorporação da perspectiva de gênero, elas também têm incorporado a defesa das políticas públicas como campo de poder para a participação feminina:

"Acho que para o movimento o grande desafio é a gente conquistar

¹⁷ Sobre o conceito de gênero ver SCOTT, 1990.

as grandes decisão, que estão ainda muito ... aquela cultura de nós fazer e os outros decidir. Acho que o movimento tem que começar a trabalhar uma nova estratégia, como que a gente vai estar nas grandes decisões, nas políticas. Começar a trabalhar essa questão de decisão de políticas públicas, de ações ... que ainda a gente participa muito atrás ainda dos outros. Acho que o grande desafio hoje da mudança dos movimentos é ainda como nós podemos entrar nas grandes decisões” (R.B. – OCF).

Fundamentalmente, creio que o diferencial entre a AMBJF e a AMPS está baseado nas diferenças de suas experiências de participação. As lideranças da AMBJF apresentam maior envolvimento com atores políticos e institucionais. O fato de se localizar na área urbana e numa região da cidade que conta com forte organização popular, principalmente na área do movimento de saúde, favorece a interlocução das lideranças da AMBJF com membros de outros movimentos e de outras associações de mulheres, bem como com órgãos estatais afins.

No caso da AMPS, que se localiza na área rural de Londrina, apenas uma das mulheres desempenha esse papel de interlocução com outros movimentos e lideranças. A distância entre o Patrimônio Seiva e a área urbana da cidade dificulta a participação regular das mulheres e estas, então, participam de forma episódica. O processo interno de troca política fica assim prejudicado e mais restrito ao cotidiano vivido por essas mulheres.

Disto resulta que a politização de gênero, assim como de outras temáticas, exige experiências participativas em áreas de atuação que permitem a abordagem sobre as relações de gênero e a subordinação da mulher. Em Londrina, os principais campos para esse debate é, sem dúvida, a Secretaria Especial da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

2.2 As “Novas Institucionalidades” no Estado

Desde a década de 80, quando o movimento de mulheres passou a compreender o Estado como espaço legítimo e estratégico de participação e de

representação das mulheres, vários formatos institucionais foram propostos para criação dentro do aparelho estatal. A proposta implicava na noção de que o Estado desempenha ações relativas à produção, reprodução ou transformação das relações de gênero e incluía a compreensão da necessidade de uma institucionalidade estatal responsável por facilitar a recepção das demandas das mulheres (GUZMÁN, 2000).

Por algumas vezes, essas propostas foram incorporadas em programas partidários de agrupamentos políticos progressistas. Isto representou uma importante conquista do movimento de mulheres em vários países da América Latina e do Caribe, ampliando a visibilidade do debate sobre a desigualdade de gênero e incluindo-o na agenda pública. Para Virginia Guzmán,

“A proposta passou a fazer parte das agendas de governos desses países e levou à criação de uma nova institucionalidade. Sua localização dentro da estrutura orgânica do poder executivo, as funções que lhe são reconhecidas e os recursos que lhe são destinados condicionam seu desempenho e grau de influência. Na maioria dos casos, foi-lhe atribuída a responsabilidade de coordenar, com os demais setores do Estado, o esforço de incluir e considerar, na elaboração das políticas públicas, as demandas, as necessidades e as potencialidades das mulheres. Quando necessário, responsabiliza-se também por implementar programas orientados às mulheres” (GUZMÁN, 2000, p. 75).

Assim, em um contexto favorável com a transição democrática na década de 80, houve no Brasil a criação das delegacias da mulher e dos conselhos da condição feminina, nos âmbitos municipal, estadual e federal. Na década de 90 houve a criação de assessorias e coordenadorias especiais da mulher, ligadas aos governos municipais. Para essa pesquisa, o interesse é voltado aos órgãos ligados ao governo municipal, excetuando-se assim a delegacia da mulher.

O primeiro órgão institucional criado em Londrina no âmbito do governo municipal foi o Conselho Municipal da Condição Feminina, em 1986, por Decreto do Poder Executivo. Sua composição era integralmente indicada pelo Prefeito, o que resultou na exclusão de algumas lideranças com passagens nos movimentos de mulheres desde o final da década de 70.

Em sua trajetória esse Conselho tornou-se um órgão prestador de

serviços, sobretudo na área de saúde da mulher, viabilizando alguns convênios com setores privados. Face ao seu desvio de função e à confusão quanto ao seu papel, foi proposta e aprovada no final de 1992 uma lei que criava a Coordenadoria Especial da Mulher e extinguiu o Conselho Municipal da Condição Feminina, supondo que se tratava de estruturas sobrepostas. Não houve nessa ocasião nenhuma defesa do conselho como canal de participação e de representação¹⁸ (MARIANO e GALVÃO, 2000).

Em 1993, cumprindo seu programa de campanha, o governo do Partido dos Trabalhadores implantou a Coordenadoria Especial da Mulher e nomeou para o respectivo cargo uma das poucas mulheres em Londrina que carregava a bandeira do feminismo e que havia integrado a Frente Democrática da Mulher Londrinense de 1979 a 1983. Ela também tinha tradição na política partidária local.

A substituição do conselho por uma coordenadoria retratava a insatisfação com a fragilidade de um órgão que não tinha capacidade de implantar programas de atendimento para demandas específicas das mulheres, bem como com sua fragilidade em desempenhar o papel de representação e de proposição de políticas.

Durante o ano de 1997, com o início de uma nova Administração sob a sigla do Partido Democrático Trabalhista, muito se debateu sobre a continuidade da Coordenadoria Especial da Mulher. Com a reestruturação administrativa do Poder Executivo em 1998, a Coordenadoria Especial da Mulher foi transformada em Secretaria Especial da Mulher¹⁹. Neste mesmo ano foi criado a CMDM, implantado de fato em 1999.

Como, a rigor, Secretaria e Conselho dispõem de características distintas de funcionamento, separei a abordagem sobre cada um deles.

¹⁸ Em função do recorte temporal da pesquisa que compreende o período de 1993 a 2000, não abordarei a relação do Conselho Municipal da Condição Feminina com os grupos de mulheres. Sua menção tem apenas um caráter de compor o histórico do movimento no governo municipal em Londrina.

¹⁹ Quando me referir apenas ao período de 1993 a 1997 usarei preferencialmente a nomenclatura de Coordenadoria Especial da Mulher. Nos contextos em que a referência for ao período completo de 1993 a 2000 usarei a atual nomenclatura de Secretaria Especial da Mulher.

2.2.1 Coordenadoria Especial da Mulher / Secretaria Especial da Mulher

A Coordenadoria Especial da Mulher – CEM, criada em 1993, propunha-se tanto a implementar ações executivas próprias, quanto a interferir na proposição de políticas a serem executadas por outros órgãos da administração municipal. Em seu decreto de regulamentação, assim era definida sua finalidade:

“(...) propor, coordenar e acompanhar políticas públicas pela ótica de gênero, assim como desenvolver projetos, visando combater a violência, a discriminação e o preconceito contra a mulher, além de defender seus direitos”.

Dessa forma, a Coordenadoria tinha um duplo desafio: a capacidade de influenciar as ações e programas de outros setores do poder executivo e a capacidade de implantar projetos de sua própria responsabilidade. Quando de sua transformação em Secretaria, estabelecida pela Lei nº 7.302, de 30 de dezembro de 1997, houve uma drástica mudança na definição de sua finalidade, ficando:

“A Secretaria Especial da Mulher, diretamente subordinada ao Prefeito, tem por finalidade estimular, apoiar e desenvolver estudos e diagnósticos sobre a situação da mulher no Município, articulada com setores públicos e privados afins.”

A nova definição de finalidade, na verdade, é fruto de um erro burocrático da parte dos órgãos responsáveis pela reforma administrativa²⁰ e, ao mesmo tempo, representa um descaso em relação à simetria entre legislação e prática dos órgãos públicos. Mesmo vigorando o texto citado, a Secretaria Especial da Mulher – SEM – continuou atuando com o mesmo perfil da antiga Coordenadoria. Houve solicitação por parte da SEM para alteração em sua lei de criação e o não encaminhamento das providências por parte da Chefia do Poder Executivo, até o presente, revela o desinteresse com a questão.

²⁰ A comissão do poder executivo responsável pela Reforma Administrativa substituiu, por equívoco, a redação encaminhada pela CEM por um texto que se referia a um programa específico denominado Centro de Documentação e Pesquisa sobre a Mulher.

O processo de discussão e preparação da Reforma Administrativa de 1997 colocou para o movimento de mulheres o desafio de discutir a função e a importância da Coordenadoria Especial da Mulher, diante dos riscos que o novo governo apontava. Em um primeiro momento, a administração pretendeu a extinção da Coordenadoria. Diante das resistências das funcionárias e dos funcionários do órgão e de alguns setores das associações de mulheres, a Administração encaminhou à Câmara Municipal um Projeto de Lei que criava a Secretaria Especial da Mulher, em substituição à Coordenadoria, mas reduzia sua área de atuação.

Novamente enfrentado resistências, mesmo depois de aprovado o Projeto de Lei, o Poder Executivo encaminhou nova proposta de lei que restabelecia as competências da então Coordenadoria Especial da Mulher para a Secretaria Especial da Mulher, criando com isto novas gerências²¹. Desta forma foi implantada em 1998 a Secretaria Especial da Mulher, capitalizando toda a experiência da Coordenadoria Especial da Mulher.

Esta fase é citada na fala de uma das entrevistadas como um dos períodos de maior conflito entre as organizações comunitárias femininas e o governo local:

“Eu acho que um dos conflitos que teve também, eu acho que isso as pessoas acaba avaliando, foi quando teve a proposta de extinção da coordenadoria da mulher para secretaria ... que eles colocavam a gerência de atendimento à mulher vítima de violência e uma de assistência social. E aí eu volto falando que a proposta nossa das mulheres não era isso, a gente não quer a proposta de simplesmente atender, ou mostra que a mulher só precisa ser encaminhada quando apanha.(...) Aí teve um conflito muito grande e que a gente teve um dia que a gente fez ‘refém’ o prefeito lá das 9 da manhã às 5 horas da tarde, todo mundo sem almoço, para mudar o projeto de Lei que os vereador já tinha aprovado. A gente entrou em conflito também com os vereador, eu bati boca com o Antenor Ribeiro e foi um dos grandes conflitos que o movimento teve foi nisso, de fazer derrubar já um veto do prefeito, dos vereadores, e o prefeito voltar e criar a secretaria com o espaço que nós queria na questão da mulher” (R.B. - OCF).

Sempre que se colocava em pauta a defesa da Coordenadoria ou

²¹ Mesmo com a alteração na lei para ampliar a estrutura administrativa e as competências da SEM, não houve a correção quanto à sua finalidade.

Secretaria, suscitava-se entre as mulheres a importância de se criar um organismo de representação do movimento de mulheres, como forma de fortalecê-lo e dar suporte político às ações dentro do poder executivo. Disso resultou a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em 1999, o qual é paritário, com metade da representação composta por indicações do Poder Executivo e Legislativo e metade por membros eleitos por instituições da sociedade civil organizada, dividida por vários segmentos sociais²².

A co-existência da Secretaria Especial da Mulher e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher representa uma distinção, ao menos conceitual, entre parte dos/as atores/atrizes, quanto ao papel de cada uma dessas estruturas. Na prática, a convivência é ainda confusa e as mediações sobre o nível de interferência de um órgão no outro acaba, muitas vezes, gerando conflitos entre Secretaria e membros do Conselho.

2.2.2 A experiência da SEM com o conjunto da Administração Municipal

Das cinco mulheres que ocuparam o cargo de coordenadora/secretária especial da mulher de 1993 a 2000, apenas duas gozavam de participação anterior em grupos do movimento de mulheres, neste caso pela Frente Democrática da Mulher Londrinense, que atuou de 1979 a 1983. Ambas ocuparam o cargo de presidência da Frente e também atuavam na política partidária. As outras três não dispunham de atuação no movimento de mulheres e nem filiação partidária.

A experiência com grupos de mulheres e partidos políticos parece ter contribuído para a maior permanência dessas mulheres frente à CEM/SEM, pois são exatamente estas duas as que ocuparam o cargo por maior tempo, enquanto as outras três ficaram no máximo um ano cada uma.

²² O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher é composto por 26 membros titulares e 26 suplentes. 12 são do Poder Executivo Municipal, 1 do Poder Legislativo e 13 da sociedade civil organizada, dividida em vários segmentos de representação. A distribuição de suplentes é a mesma.

A primeira coordenadora, que foi, na prática, desenhando o modelo de atuação da CEM, fala da aspiração em relação ao Estado, nos seguintes termos:

“Eu fazia trabalho na área cultural, no movimento contra a carestia, no movimento contra a ditadura, no movimento pela anistia geral e irrestrita, militava em partido político, eu fui sindicalista. E dentro de todas essas minhas ações eu sentia um preconceito enorme em relação à situação da mulher. Uma tentativa enorme de desqualificar a nossa atuação pública, na vida pública, e... então, por isso que era fundamental que dentro do governo a gente tivesse esse espaço, até porque eu imaginava ... imaginava, que dentro do poder executivo eu pudesse efetivamente executar alguma ação, pôr de pé algum projeto que a gente tinha dificuldade dentro dos partidos, dentro dos sindicatos, e dentro dos outros espaços de atuação política que eu tinha, o que foi um ledo engano. É tão difícil quanto” (E.C. – CEM/SEM).

Quando da efetiva implantação da CEM, em janeiro de 1993, a então coordenadora contou com a colaboração de duas lideranças de associações comunitárias de mulheres pra discutir o papel e funções que o novo órgão deveria ter. Não houve participação nesse processo de ex-membros do Conselho Municipal da Condição Feminina, extinto pela mesma lei de criação da CEM.

Em termos gerais, não há diferenças substanciais na concepção das várias ex-secretárias quanto à definição do papel da CEM/SEM, embora haja diferenças quanto à ênfase dada a cada aspecto. Assim relatam algumas das entrevistadas:

“O papel fundamental é ir realmente rompendo essas barreiras divisórias que impedem realmente uma atuação mais democrática nas relações de homens e mulheres, através das secretarias fins e secretarias meios. É desmistificar um pouco isso de que as mulheres precisam só do atendimento médico, que o filho vá para a escola, da creche. Eu acho que dentro do governo, uma coordenadoria da mulher ou uma secretaria, dentro do governo, ela tem a possibilidade, embora com bastante dificuldade, mas ela tem, ela é um marco, ela é um registro, e ela tem um papel fundamental de insistir, da forma que for possível, da maneira que for possível, insistir pra conseguir um espaço dentro das demais secretarias, para que a questão de gênero permeie os projetos todos, permeie a ação política. Então se a gente tá conseguindo isso ou não, é outra conversa, mas o importante é a persistência e a insistência nisso, porque se não fosse ... se não

existisse uma coordenadoria da mulher, ou secretaria da mulher, dentro do governo, estaríamos muito pior do que estamos hoje e não estamos bem!" (E.C. – CEM/SEM).

"(...) compete a ela executar alguns projetos, como por exemplo o projeto ou programa de atenção à mulher vítima de violência, eu penso que é o poder público que tem que executar esse projeto. (...) E por outro lado realizar toda uma articulação com as várias secretarias, principalmente saúde, educação, cultura, agricultura, no sentido de estabelecer parcerias e também para acompanhar e sugerir nessas secretarias o plano para execução de políticas públicas" (D.B. – CEM/SEM).

"Pode contribuir na área de políticas públicas desenvolvendo ações que resgatem a dignidade da mulher, principalmente a mulher carente" (R.S. – CEM/SEM).

Durante todo esse período de atuação, a CEM/SEM sempre manteve a intenção de se constituir ao mesmo tempo em um órgão meio e fim, isto é, atuar internamente no governo e executar projetos sociais destinados às mulheres.

Na idealização de institucionalidades como a CEM/SEM, a implementação de programas específicos orientados às mulheres seria uma responsabilidade de segundo plano. Sua prioridade seria *"coordenar, com os demais setores do Estado, o esforço de incluir e considerar, na elaboração das políticas públicas, as demandas, as necessidades e as potencialidades das mulheres"* (GUZMÁN, 2000, p. 75). Esta é também a ordem presente nos documentos oficiais da CEM/SEM e em manifestações das ex-secretárias. Entretanto, na prática, a CEM/SEM tem se caracterizado mais pela própria execução de projetos e programas, o que reduz seu campo de interferência no conjunto das políticas públicas.

A canalização de suas atividades para a área de execução de projetos é reflexo da concepção dos governos quanto à função dessas institucionalidades, que é tendente à guetização. Para que seja possível a influência da CEM/SEM em ações de outros órgãos, é necessário construir um lugar diferenciado nas estruturas de governo, o que não ocorreu nas duas administrações passadas, bem como na atual, novamente do Partido dos Trabalhadores.

A correlação de forças forjada no interior dos governos não atribui à CEM/SEM o papel de interlocutora dos demais setores do Estado. Por outro lado, o

perfil da administração pública municipal em Londrina é caracterizado pela fragmentação entre as várias políticas setoriais, sem um método de planejamento que articule o conjunto dos órgãos e defina a política de governo para os projetos de intervenção social.

Não havendo mecanismos que normatizem e orientem a participação da CEM/SEM na elaboração dos projetos sociais desenvolvidos pelo conjunto da Administração, as tentativas das secretárias da mulher em fazê-lo adquirem o sentido de intromissão, como apresenta uma das ex-secretárias:

“Quando eu fui para a Coordenadoria da Mulher, nós não vamos repetir a história do Prefeito ter abandonado estruturalmente a coordenadoria, porque não entendia politicamente a importância dela, eu ousei trazer cursos para Londrina, em que o Prefeito obrigou a participação. Nós trouxemos um curso para discutir o que era gênero, nós trouxemos e eu fiz uma exigência ao prefeito, e olha como que eu fiz a exigência, eu disse: ‘oh, Cheida, se você não fizer uma convocação – porque não adiantava uma cartinha minha convidando – se você não fizer uma convocação para os secretários participarem desse curso, eu vou embora, eu pego o meu boné e não há mais o que fazer aqui.’ Por quê? Porque se não houvesse a compreensão dos secretários todos de que não era intromissão da coordenadoria da mulher, mas era uma contribuição com a visão de gênero que nós tínhamos, nos projetos todos que estavam sendo realizados, nós não íamos dar conta, como não demos mesmo, continuamos não dando, por quê? Porque os secretários se fecham em copas e dizem: ‘o que as mulheres têm a ver em querer discutir meio-ambiente com a Ama?’ – Hoje ainda está mais fácil, mas naquela época não! – ‘O que essa xereta dessa secretária e dessas mulheres da coordenadoria querem vir discutir na secretaria de recursos humanos, o que elas têm com isso, o que elas têm a ver com funcionários?’ – ‘O que elas têm a ver com isso, o que elas têm a ver com aquilo?’ Então, essa resistência tem, para quebrar essa resistência, a gente tentou, a gente tentou discutir dentro da prefeitura com funcionário em temas específicos, em semanas específicas, em dias específicos” (E.C. – CEM/SEM).

Diante da ausência de poder político, internamente, que lhes possibilitasse a interlocução e influência nas políticas setoriais, as secretárias da mulher fizeram a opção pelo “tarefismo”, como forma de dar visibilidade às demandas das mulheres, como demonstra a seguinte fala:

“(...) a preocupação da gente era o seguinte ... a pretensão de uma mudança de mentalidade, o que a gente ... eu acho que nós conseguimos muito pouco. A gente tinha preocupações que eram desde a manutenção estrutural, sem recursos, até a realização de projetos, *porque a realização de projetos é que manteria a vida da coordenadoria da mulher*. Agora, a nossa tentativa e avaliação é de que não bastaria, a gente queria propor ... não bastaria oficinas, não bastaria centro de atendimento à mulher, não bastaria nada disso, era buscar realmente mudança de mentalidade” (E.C. – CEM/SEM – grifo meu).

Tal estratégia, contudo, não resolveu ao todo os problemas enfrentados pela CEM/SEM no que diz respeito ao baixo respaldo dos governos em termos de destinação de recursos e apoio estrutural para funcionamento. Ao longo dos oito anos envolvidos na pesquisa, o orçamento da CEM/SEM nunca atingiu 1% do total do orçamento municipal. Sempre ocupou a posição de secretaria com o segundo menor orçamento, ficando atrás apenas da Auditoria Interna, que é um órgão meio, sem prerrogativa de implantar projetos sociais e que conta apenas com aproximadamente cinco funcionários/as. Entretanto, o orçamento da CEM/SEM e da Auditoria Interna são quase parelhos.

A precariedade de estrutura para a CEM/SEM foi mais imediatamente sentida em relação à formação de um quadro funcional. Sem cargos para provimento, a alternativa utilizada pela CEM/SEM foi sempre a solicitação de cessão de funcionárias e funcionários por parte de outros órgãos da administração municipal, o que em geral era bem sucedido em termos de conseguir alguma funcionária ou algum funcionário, mas que, por outro lado, representava dificuldades quanto ao perfil profissional dessas pessoas. A dificuldade quanto ao quadro de pessoal é uma constante nas narrativas das ex-secretárias, como destacam as seguintes falas:

“Quando a primeira secretária entrou ela precisou ficar implorando para conseguir funcionários, para que alguém cedesse alguém. Muitas vezes aparecia pessoas lá na coordenadoria que não tinha nada a ver” (M.A. – CEM/SEM).

“Eu acho que a secretaria tem um limite na área técnica, na área de contratação, porque aí, se você limita, você não pode expandir projetos, até por falta de contingente humano para estar realizando. Eu acho que nesse sentido ela teria uma limitação” (R.S. –

CEM/SEM).

“A gente não tinha respaldo e também não tínhamos um grupo dentro da coordenadoria da mulher que tivesse essa concepção, talvez tenha faltado a discussão política, e talvez a maioria pelo menos, estivesse ali por razões muito diversas” (E.C. – CEM/SEM).

Como não era possível recrutar, dentro da própria burocracia já existente, profissionais capacitados para a discussão sobre questão de gênero e políticas públicas, havia então a necessidade de promover tal formação. Novamente, esta nunca foi uma tarefa levada a cabo pelos governos. Alguns cursos sobre questão de gênero foram realizados trazendo-se profissionais à Londrina com baixo custo. Duas funcionárias participaram de curso sobre gênero e políticas públicas através de uma ONG no Rio de Janeiro, com todas as despesas pagas pela própria ONG. A área de treinamento e capacitação é um dos fatores apontados por todas as ex-secretárias entrevistadas como limitação e dificuldade nas ações da CEM/SEM, como se observa nas seguintes falas:

“Teve sim (cursos), mas sempre com muita parcimônia. Por quê? Porque envolve dinheiro, a gente não pode ficar gastando dinheiro público de qualquer jeito. E para eles, fazer curso sobre planejamento com a ótica de gênero é “de qualquer jeito”. Viu como eu caio na mesma questão? (...) A dificuldade financeira era muito grande. A financeira e a da questão de gênero, eram duas dificuldades” (M.A. – CEM/SEM).

“Não houve (cursos). Não tivemos autorização. Não foi falta de vontade de fazer pedido, mas nós não tivemos autorização nenhuma para designarmos nenhum, nem mesmo eu. Não tinha mais, estava proibido tudo na época, foi um período bastante difícil, então nós, nem eu como secretária e nem as técnicas da secretaria fizeram nenhum curso sobre a ótica de gênero. É triste” (R.S. – CEM/SEM).

“Na verdade o que eu mais encontrei de dificuldade ... foi o município apoiar o quadro de funcionários para realização de cursos” (D.B. – CEM/SEM).

Contudo, houve tentativas de introduzir a questão de gênero na administração municipal e isso começou pela própria preparação da equipe técnica da CEM/SEM. Diante das dificuldades para participação em cursos mais

estruturados, a preparação para discussão do tema, dentro da CEM/SEM, ocorreu mais por conta de voluntarismos da parte de algumas pessoas da equipe, recorrendo à literatura sobre o tema de gênero.

Como os serviços de atendimento à mulher em situação de violência era prioridade na agenda da CEM/SEM e demandava mais atenção por seu caráter emergencial, os estudos de gênero foram voltados mais especificamente para essa área, como retrata M.A..

“A gente trabalhava com a questão de gênero, diretamente. Primeiro, a nossa equipe foi treinada várias vezes com oficinas, com discussões, com leitura. Primeiro era um trabalho interno. Claro também que no trabalho essa questão era engolida pelo excesso de trabalho. E como o carro chefe da Coordenadoria era o CAM²³, muitas vezes ele começa invadir tudo e era uma preocupação, porque o CAM tomava uma forma muito grande. E se percebia que não era possível o CAM funcionar direito se o advogado não tivesse a questão de gênero incorporada nele. Esse trabalho não era feito somente de uma forma ampla, assim de palestra, mas no corpo-a-corpo. Era quando você trabalhava com o advogado, com o sociólogo, com o psicólogo e com cada problema que aparecia. Então a coordenadoria “apagava incêndio” também e com a questão de gênero não foi diferente” (M.A. – CEM/SEM).

Essa escolha de prioridade no atendimento colocou a discussão no interior da CEM/SEM sobre planejamento de políticas públicas sob a ótica de gênero em plano secundário. Até 1995 era basicamente a então secretária quem estava preparada para debater o tema. Com a disseminação do debate, provocada pela Conferência de Beijing em 1995, e com a contratação de mais profissionais com nível superior, nesse mesmo ano, a utilização da linguagem de gênero foi-se popularizando dentro da CEM/SEM e desta para toda a cidade. Mas isto é ainda pouco aprofundado. O indicativo é que nas entrevistas com as ex-secretárias foi muito difícil conseguir que estas definissem o conceito de gênero. Pode-se encontrá-lo no conjunto de cada entrevista, mas não de forma objetiva à respectiva pergunta. Isso revela que a linguagem tem sido utilizada como se portasse um significado unívoco, o que contribui para que se processem “traduções político-culturais” por parte dos/as

²³ CAM - Centro de Atendimento à Mulher em situação de violência.

atores/atrizes envolvidos/as.

Essas dificuldades na CEM/SEM quanto à abordagem teórica de gênero é consequência das limitações impostas por sua condição de integração na administração municipal. Se dispusesse de respaldo financeiro para aquisição de material bibliográfico especializado, para participação em cursos, encontros e outros, bem como condições internas para promoção de debates entre a própria equipe da CEM/SEM, essas dificuldades ocorreriam em patamar bem menor. Mesmo no que se refere à organização interna, o pequeno número de funcionárias/os e o excesso de trabalho gerado limitam demasiadamente as possibilidades de dedicação a estudos²⁴.

As reclamações das ex-secretárias em relação às resistências enfrentadas internamente no governo é corrente e generalizada, como revelam suas falas:

“(...) nós não tivemos respaldo do governo para as nossas ações, nenhuma ... desde o início eu nunca me senti respaldada. (...) Eu fiquei lá por uma questão ideológica, eu assumi esse trabalho por uma questão ideológica, porque eu achava que era importante para a cidade de Londrina, mas não por consideração e respaldo e apoio. Eu não tive apoio efetivamente, eu ... nós, a coordenadoria da mulher, nós todas que estávamos lá, nós geramos bônus político para o governo, mas nós tivemos que enfrentar muitos ônus, porque a gente teve extremas dificuldades” (E.C. – CEM/SEM).

“Eu acho que é ainda bastante desprestigiada pelo poder público municipal, pelo executivo, ainda , as questões da mulher. (...) E essas organizações, com o poder público, ainda não são vistas com o devido valor que ela mereceria ter, ainda não. (...) Quantas vezes nós fomos pedir para a Secretaria de Fazenda, quando estavam atrasados os repasses para o convênio da subvenção, e todo mês nós tínhamos que explicar a mesma coisa: pra que, o que vocês fazem com essas organizações de mulher? (R.S. – CEM/SEM)

“As outras secretarias não respondiam muito a essa vontade que a gente tinha de trabalhar integrado. Eu me lembro que a gente insistiu tanto com a Secretaria da Agricultura no começo para a gente trabalhar integrado e nunca tive uma resposta positiva e nada aconteceu. Então eu não sei se isso facilitou para as mulheres, eu na

²⁴ Várias vezes houve a tentativa de criação de grupos de estudo na CEM/SEM, com participação facultativa das/os funcionárias/os, geralmente no horário de expediente de trabalho. Os grupos sempre acabavam esvaziados, seja pela indisponibilidade de algumas das pessoas, seja por apatia de outras. A indisponibilidade é reflexo do excesso de atividades no trabalho. A apatia também é compreensível, pois a CEM/SEM, como todos os órgãos públicos, não conta com um quadro de militantes, mas sim de funcionárias/os burocratas.

verdade ainda não sei avaliar isso" (D.B. – CEM/SEM).

"A Secretaria de Fazenda, eu acho que tinha um pouco de preguiça com a gente. Não era prioridade fazer algumas coisas. É uma crítica que eu faço aos secretários que passaram por lá. (...) Eu acho que eles (todas as secretarias) faziam as coisas para a gente porque a gente era muito chata. A gente pegava no pé, a gente brigava, a gente falava. (...) Então, muitas vezes eu acredito que eles faziam não por envolvimento ou porque acreditavam, mas porque tinha que respeitar a coordenadora da mulher e a assessora dela. (...)Tinha uns que tratava a gente bem porque a gente era bonitinha, outro tratava a gente mal porque a gente era mulher, outro tratava bem porque mulher tem que ser tratada como flor" (M.A. – CEM/SEM).

Diante deste contexto, as principais variáveis que servem para avaliar o desempenho e o grau de influência dessas novas institucionalidades no atendimento à mulher e promoção da equidade de gênero não são favoráveis ao bom funcionamento da CEM/SEM. Sua localização dentro da estrutura orgânica do poder executivo, as funções que lhe são reconhecidas e os recursos que lhes são destinados obstaculizam as possibilidades de implantação da proposta inicial oriunda do movimento de mulheres.

Como reflexo desta forma de inserção no aparelho estatal, o impacto provocado nas políticas públicas, projetos e programas governamentais pela atuação da CEM/SEM não poderia atingir o nível desejado por suas proponentes. Contudo, as ex-secretárias avaliam que, mesmo em pequena escala, a CEM/SEM provocou mudanças no poder público local. A esse respeito duas entrevistadas dizem que:

"A CEM foi também um órgão meio porque inclusive a sociedade civil respondeu, o Executivo respondeu, o Legislativo respondeu. Algumas vezes forçados a responder, para ser bacana, para ser moderno e muitas vezes se envolvendo. O Fórum principalmente, se envolvendo, agilizando, compreendendo. Na Prefeitura claro que houve mudança de mentalidade. Eu não acho que foi muita não, mas houve mudança de mentalidade, sem dúvida" (M.A. – CEM/SEM).

"Olha, eu acho que foi um impacto tênue, ainda, naquele momento ... foi um impacto pequeno, mas é ... bastante audacioso, eu diria assim. Porque naquele momento a gente não queria simplesmente fazer um ajuntamento de mulheres. A gente já tinha preocupação efetiva de tentar, a duríssimas penas ... que era tá enfiando ... nos intrometendo,

digamos assim, no peito, não por convite, nem por convicção ideológica de ninguém, nem do prefeito ... mas entrando por uma questão política, por necessidade política. E tentando interferir nas demais secretarias, né. Por exemplo, nós trouxemos à Londrina a Maria Tereza Augusti, pra discutir o que era essa questão de gênero. O que adiantava ter uma coordenadoria especial da mulher dentro de um governo que era preconceituoso em relação às questões das mulheres e que os projetos nas diversas áreas, educação, cultura, saúde, meio-ambiente, habitação, não levava em consideração o pensar e as necessidades das mulheres? Isso eu tentei fazer. (...) Foi tudo muito difícil e eu acho que foi tudo muito tênue. Nós conseguimos alterar algumas coisas na saúde, na educação, propondo algumas oficinas, trabalhos coletivos, mas, mexer na essência, isso não aconteceu até hoje, na minha avaliação, mesmo com a secretaria da mulher” (E.C. – CEM/SEM).

Em que pesem as limitações para atuação da CEM/SEM, pode-se dizer que a visibilidade pública para as questões da mulher e a desigualdade de gênero foi conquistada, embora não seja na dimensão desejada pelo movimento de mulheres e pelas próprias secretárias da mulher, conforme declara uma das entrevistadas:

“Demos visibilidade, o que existe hoje, do ponto de vista até de algumas propostas na área da saúde, foi por conta da coordenadoria da mulher, na educação foi por conta da insistência nossa, aquele projeto piloto de ir para as escolas, de tentar fazer palestras, de buscar professores, de trazer para discussão. Então eu não acho que nós tenhamos fracassado não. Eu diria que caminhou alguns passos, não caminharia se não tivesse a Secretaria da Mulher. A visibilidade, os números, as estatísticas... (...) por conta de ações da Secretaria da Mulher, então, isso é ganho, isto é avanço, isto é conquista. E como a gente não pode ser imediatista nesse processo, porque a gente historicamente conhece a origem dessa história toda, a gente não pode se contentar com isso, absolutamente, mas a gente não pode desprezar esse caminhar, por mais curtinhos que às vezes sejam os passos. (...) Essa relação que a coordenadoria acabou fazendo com outros setores da sociedade civil organizada, com empresários, com hospitais, com a polícia civil, com a polícia militar, com universidade, com escolas, quer dizer, foram amarrações que foram sendo feitas por conta de um trabalho, que agora fica mais difícil, não é impossível (sua extinção)” (E.C. – CEM/SEM).

O quadro, revelado por esses dados sobre a experiência da

CEM/SEM em Londrina, leva-nos à recuperação das preocupações que algumas correntes do feminismo apontam desde a década de 80. Trata-se, neste caso, dos riscos de cooptação das demandas do movimento de mulheres por parte do Estado, bem como das próprias mulheres, sem o compromisso efetivo de instituir mecanismos de mudanças. Sonia Alvarez analisa que,

“Os dados históricos sugerem que a incorporação de mulheres e questões femininas na política latino-americana na maior parte das vezes reforça padrões existentes de desigualdade com base no gênero, ao relegar a mulher e suas questões políticas específicas a uma posição subordinada ou secundária dentro das instituições políticas e discurso político. As reivindicações políticas das mulheres e das entidades do movimento de mulheres freqüentemente são cooptadas, instrumentalizadas ou manipuladas pelas elites políticas e aparelhos políticos do Estado” (ALVAREZ, 1988, p. 317).

As traduções político-culturais da linguagem de gênero, como categoria meramente descritiva das relações entre homens e mulheres, desprezando as análises sobre os sistemas de poder engendrados nessas relações, têm desempenhado a função de ferramenta dessa cooptação.

As falas das ex-secretárias entrevistadas, conforme apresentadas ao longo deste tópico, demonstram que essa tendência continua desenhando a realidade do movimento de mulheres no Estado. As resistências políticas dentro dos governos, a precariedade da estrutura e dos recursos destinados aos seus projetos, a impermeabilidade da burocracia estatal e, conseqüentemente, a fragilidade das ações desenvolvidas, comprometem o desempenho da CEM/SEM e seus possíveis impactos no conjunto da administração municipal. Com isto,

“A tarefa da nova institucionalidade resulta ser então bastante complexa, na medida em que tem de se legitimar diante do movimento de mulheres que lhe deu origem e também das restrições de um Estado sem experiência e conhecimento nem muita sensibilidade para com o tema” (GUZMÁN, 2000, p. 76).

Há um debate teórico no movimento feminista em torno de como relacionar-se com o Estado:

"(...) se as feministas devem ou não ter qualquer forma de relação, direta ou indireta, com ele; se é possível promover algum tipo de mudança na situação real e estrutural da desigualdade entre homens e mulheres através dele; se elas entram no Estado ou permanecem fora, numa posição crítica, fazendo um monitoramento das políticas do Estado; se propõem instrumentos ou instituições específicas ligadas à condição da mulher ou procuram uma transversalidade nas políticas públicas, e assim por diante" (ALVAREZ, 2000b, p. 9).

Dessa forma, continua na pauta das feministas, e do movimento de mulheres em geral, o debate sobre a forma mais eficaz de como participar do Estado e introduzir seus interesses quanto à promoção da equidade de gênero. Da mesma forma que Sonia Alvarez (ALVAREZ, 2000b), creio que a solução desses dilemas, no que diz respeito à eficácia da participação no Estado, não está no abandono da presença no Estado.

Na avaliação de Vera Soares,

"Atualmente existe um consenso entre as feministas dos diversos partidos progressistas e dos movimentos na avaliação dos limites das duas propostas [conselhos e coordenadorias] e da necessidade de reelaborar a questão da participação no Estado, de modo a se constituir uma ação mais eficaz para coibir as desigualdades das mulheres" (SOARES, 1998, p. 44).

Parece-me que o mais importante nesse debate não é discutir o formato institucional das coordenadorias da mulher e dos conselhos dos direitos da mulher. Quanto ao órgão executivo, por exemplo, a experiência em Londrina, embora com formatos institucionais diferentes, não demonstrou mudanças nas condições de atuação, comparando-se a Coordenadoria Especial da Mulher e a Secretaria Especial da Mulher. Entretanto, é fundamental a existência de um órgão sem subordinação a outro, isto é, um órgão de primeiro escalão. Somando a isto, pesa para o desempenho desses órgãos a existência de um movimento de mulheres externo ao Estado e articulador de demandas e pressões.

Por último, porém não menos importante, a eficácia desses órgãos está diretamente relacionada à função que os governos lhe atribuem. Neste caso, a função de maior relevância é a de interlocutor na elaboração e avaliação dos projetos e políticas públicas do conjunto da administração. Portanto, não é apenas a criação

de um desses órgãos que revela o compromisso de um governo com a questão de gênero, mas, sobretudo, o lugar que lhe destina no funcionamento da Administração. No caso de Londrina, esse lugar ainda é a periferia do governo.

Assim sendo, mais importante do que discutir reformas administrativas na SEM, seria fundamental debater a criação de mecanismos políticos e administrativos, a serem adotados pelo governo, a fim de possibilitar o desempenho das competências da SEM e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, destinando-lhes um lugar favorável para influenciar na elaboração das políticas públicas setoriais.

2.2.3 A experiência com as Organizações Comunitárias Femininas

As atividades da CEM/SEM concentram-se basicamente em duas formas de atuação: atendimento e ações educativas e informativas. Na área de atendimento, a principal atividade é o Centro de Atendimento à Mulher – CAM, destinado à mulher em situação de violência. Neste programa são oferecidos atendimentos jurídico, psicológico e social às mulheres. Há vários anos tem-se a intenção de estender o atendimento psicológico ao homem agressor, no entanto, ainda não houve condição para tal, pois demandaria a contratação de mais profissionais para a área.

A prioridade de atendimento no CAM é algo que nunca foi abalada mesmo com as mudanças de secretárias e de administração. Embora divulgando sempre números alarmantes em relação à violência contra a mulher, o que causa sensibilidade na opinião pública quanto à problemática, o CAM nunca gozou do *status* de prioridades para os governos. Indicativo disso é que sempre atuou com sérias dificuldades no que diz respeito aos recursos humanos, físicos e financeiros. Criado em 1993, e passados oito anos, o programa não dispõe de sede própria e o quadro funcional continua incompleto em termos de quantidade e de formação²⁵.

²⁵ A citação do CAM tem apenas um caráter ilustrativo sobre as ações da CEM/SEM, mas não receberá atenção nesta pesquisa, porque meu interesse é voltado para as ações vinculadas às OCFs, o que, a rigor, não é o caso do CAM.

Outro indicador é a inexistência de uma casa abrigo para mulheres em situação de risco de vida, o que seria um instrumento fundamental para a melhoria do atendimento iniciado no CAM, servindo para proteger a vida de mulheres vítimas de violência doméstica. Este projeto é apontado por todas as ex-secretárias como a grande frustração com os governos municipais.

Outra área de atendimento é o Centro de Oficinas da Mulher – COM. Criado em 1998, o COM reuniu atividades que já vinham sendo realizadas pela CEM/SEM desde 1995. Há nesse projeto um dilema ainda não resolvido quanto aos seus objetivos: trata-se da profissionalização das mulheres; da capacitação para a geração de renda com trabalho autônomo; ou de terapia ocupacional? Sem resolver as bases do dilema, o COM acaba por pretender as três coisas, sem, no entanto, implementar uma estrutura compatível com esses objetivos, já que a Secretaria da Mulher não dispõe de condições para tanto.

A proposta do projeto original, então denominado “Oficina de Tecelãs Sempre Viva”, é apresentado pela secretária da época nos seguintes termos:

“(...) ela tinha uma proposta política, não era só o atendimento psicoterapêutico, era geração de renda, para que as mulheres pudessem auto se sustentar, para que elas readquirissem a dignidade perdida, para que ela tivesse a auto-estima valorizada, para que ela se sentisse cidadã. Agora, como é que a gente conseguia fazer aquilo, se era negado tudo, do ponto de vista material, se nós não conseguimos transporte, se a gente não conseguiu orçamento para os projetos, nós não conseguimos nada? Quer dizer, não havia um respaldo do governo do ponto de vista de entender que aquele negócio era fundamental para aquelas mulheres. (...) A idéia era fantástica, a idéia era de que elas sobrevivessem daquilo e reproduzissem a idéia, quer dizer, mini cooperativas na comunidade, na periferia, nos bairros, o que elas aprendiam ali elas poderiam reproduzir, como existe em outras cidades. Nós estávamos propondo uma estratégia de enfrentamento da pobreza e isso na minha avaliação é politicamente correto. Ninguém estava querendo juntar as mulheres lá para esquecer que eram agredidas fisicamente, mas essa era a visão que o Governo tinha. Essa era a visão que os secretários tinham do nosso trabalho. Então a gente não tinha respaldo e também não tínhamos um grupo dentro da coordenadoria da mulher que tivesse essa concepção, talvez tenha faltado a discussão política, e talvez a maioria pelo menos, estivesse ali por razões muito diversas” (E.C. – CEM/SEM).

Os cursos já oferecidos são de tecelagem manual, confecção de embalagens, confecção de velas perfumadas, confecção de acolchoados, serigrafia, práticas de cultivo e armazenamento de plantas medicinais e especiarias e também vários cursos de culinária. Em documento da secretaria diz-se:

“Cada uma destas oficinas busca ensinar diversas técnicas de confecção de produtos, desenvolver a iniciativa, criatividade e habilidades pessoais, transmitir informações sobre os materiais e equipamentos necessários para cada tipo de produção, orientar sobre cálculos de preços, elaboração de orçamentos e comercialização dos produtos. Procura-se, ainda, aproveitar alguns momentos para maior interação dos grupos, promovendo atividades culturais, reuniões e palestras para discutir assuntos como direitos da mulher, legislação trabalhista e previdenciária, relações de gênero, saúde da mulher e demais temas de interesse dos grupos.”

Na prática, contudo, a introdução desses temas de debates ocorre com pouquíssima freqüência. Além disso, os cursos que pretendem oferecer uma alternativa de renda para as mulheres não obtêm êxito nessa direção. O retorno financeiro obtido pelos grupos de produção das associações de mulheres não é suficiente para lhes garantir o próprio sustento. Com isto suponho que, se algum objetivo é atingido, talvez seja o da terapia ocupacional, bem como o estímulo às práticas associativas. Além disto, o enfoque desse projeto está mais voltado à perspectiva contra a pobreza do que à perspectiva de gênero.

A crítica que os estudos de gênero atribuem à perspectiva contra a pobreza é principalmente o fato de que *“a pobreza das mulheres é entendida como um problema do subdesenvolvimento, e não da sua subordinação”* (MOSER, 1993, p. 66-67 *apud* MACHADO, 1999, p. 29). Da mesma forma, *“ela identifica a desigualdade entre homens e mulheres como resultado da pobreza e não da subordinação”* (BUVINIC, 1983 *apud* MACHADO, 1999, p. 27).

Além da diferença de enfoque entre a pobreza e a subordinação, esta perspectiva recebeu críticas relacionadas à sua baixa eficácia, resultado de problemas como: baixa inclusão das mulheres; escassez de mecanismos de participação das mulheres; limitação às áreas de emprego tradicionalmente femininas; ausência de atenção a aspectos como acesso à matéria prima e garantia

de mercado para os produtos e ausência de criação de formas não-tradicionais de crédito. Além disto, os projetos são geralmente desenvolvidos por ONG's e seus financiamentos vêm na forma de ajuda e não de empréstimos (MACHADO, 1999). Todas estas características estão presentes nos projetos de geração de renda das organizações comunitárias femininas –OCFs – e na atuação da CEM/SEM nos mesmos.

Oferecendo este perfil de atividades para as mulheres, o COM reforça o lugar feminino tradicional, desvalorizado social e economicamente na divisão do trabalho por linhas de gênero. Contribui para a permanência da mulher em funções socialmente definidas como femininas, oferecendo-lhe como alternativa de trabalho aquilo que se limita a reproduzir o cotidiano doméstico dessas mulheres, o que reproduz também a feminização da pobreza e reforça os estereótipos de gênero.

A intenção, não levada a cabo, de conciliar esses cursos com a introdução de oficinas e palestras sobre direitos da mulher e relações de gênero, entre outros, conforma um quadro de ambigüidades nessa ação. Por um lado há o propósito de dar visibilidade à relação de desigualdade entre homens e mulher. Por outro lado, há ações que reforçam o padrão dos estereótipos de gênero e reafirmam a divisão do trabalho por linhas de gênero, sendo esta o cerne da desigualdade de gênero, conforme Helena Hirata (HIRATA, 1999).

Reconhecendo a relevância das formas de ocupação profissional para os papéis de gênero, implica então em entender, como Leda Machado, que *“é importante oferecer às mulheres a oportunidade de treinamento em áreas consideradas não-femininas, pois esse é um dos caminhos para a mudança nos estereótipos de gênero”* (MACHADO, 1999, p. 56).

Como o COM desenvolve suas ações oferecendo atividades para as organizações comunitárias femininas, prioritariamente, seu dilema e ambigüidade são então transferidos para as organizações. Dessa forma, as associações de mulheres formam os grupos de produção, exclusivamente para trabalhos manuais, visando à geração de renda e à terapia ocupacional.

A ambigüidade tende a permanecer no interior da SEM, à medida que nem sempre é tema de reflexão das gestoras, como revela uma das ex-

secretárias. Questionada sobre a problemática, ela admite não ter analisado a questão quando deu continuidade ao projeto durante sua gestão, dizendo que:

“(...) eu acho que a preocupação foi só mesmo oferecer, faltou um aprofundamento, eu sentia isso, que faltou uma discussão um pouco mais profunda sobre o que de fato estava sendo necessário e para que fim e quais as conseqüências disso. A gente se preocupou mais em fazer aquilo naquele momento sem está tendo uma visão de médio prazo das conseqüências dessa ação” (R.S. – CEM/SEM).

Isto revela a tendência ao trefismo e ao voluntarismo da CEM/SEM, isto é, o desejo de fazer alguma coisa, qualquer que seja, dentro dos limites de sua estrutura, e a ausência de análise da função e dos impactos da atividade realizada. Situação esta que se soma com a análise de E.C., quando fala da ausência de respaldo material para o projeto e de discussão política. Entretanto, havendo ou não apoio material ao projeto, a questão é que a ambigüidade encontra-se na própria proposta de investir em uma área tradicionalmente feminina e com muitas limitações estruturais para execução. Esta proposta de enfrentamento à pobreza não se concilia com a problematização sobre os papéis tradicionais de gênero que torna a mulher inferior.

A conseqüência de políticas que não ponderam seus impactos nas relações de gênero pode ser a manutenção de relações tradicionais. Como analisa Tatau Godinho,

“Políticas públicas pontuais, que se propõem resolver um problema específico, mas que não buscam se articular com uma perspectiva de mudança das relações de gênero a médio e longo prazo, podem ter efeitos de manutenção das relações tradicionais” (GODINHO, 2000, p. 33).

Hoje, avaliando a experiência da CEM/SEM e a trajetória das OCFs, E.C. propõe a ruptura com o padrão de priorizar a produção artesanal entre as mulheres. Sugere que o trabalho da CEM/SEM e das OCFs seja centrado na “formação política” dessas mulheres, ao dizer que:

“É necessário realmente um trabalho, uma ação de formação política ... e para isso tem que haver essa conexão de governo ... da secretaria da mulher dentro do governo, com essa proposta clara,

objetiva e transparente. Tipo assim: 'não tem a lã?' – 'não, nós não vamos ter a lã mais! Porque a lã não é a prioridade, o tapete não é a prioridade, a prioridade é a senhora saber que a senhora tem direitos ... a ter os seus documentos, a ter um posto de saúde funcionado'" (E.C. - CEM/SEM).

Este trabalho proposto por E.C., de certa forma, e em parte, sempre esteve presente nas ações da CEM/SEM. Em que pesem as contradições com o COM, a CEM/SEM desde seu início pretendeu introduzir nas OCFs preocupações relacionadas às questões de gênero e às políticas públicas. A diferença é que isto está, na maioria das vezes, subordinado à produção artesanal. É esta ordem de prioridade que precisa ser alterada para que a CEM/SEM dê conta de seus objetivos de contribuir para a equidade entre os gêneros.

Tal prioridade é, na verdade, forjada inicialmente no interior dos grupos de mulheres. Tanto é que, a CEM foi criada em 1993 e o Projeto Oficina de Tecelãs Sempre Viva só foi implantado em 1995. Ao buscar a atuação com esses grupos de mulheres, a CEM/SEM incorporou suas prioridades, o que é positivo, e tentou, nas "brechas", introduzir a politização de gênero. Estas tentativas de conciliação de interesses são fundamentais para a viabilidade de uma ação política. Negar legitimidade à produção manual e artesanal nos grupos de mulheres, significaria, no atual contexto, perder legitimidade junto a eles. Ocorre então, uma mútua influência nas agendas da CEM/SEM e das OCFs. A CEM/SEM incorpora as demandas relacionadas à geração de renda e as OCFs vão aos poucos desenvolvendo elementos politizadores da questão de gênero.

Todavia, a CEM/SEM poderia incorporar as reivindicações por geração de renda e, ao fazê-lo, implantar outros modelos de ação que melhor favorecessem o empoderamento das mulheres. Para tanto, seria necessária sua articulação com outros setores do poder público e, neste caso, possivelmente nem caberia a ela a execução do projeto, mas sim a contribuição para a concepção da proposta e avaliação.

Se no que diz respeito à perspectiva de gênero, o COM é o "calcanhar de Aquiles" da CEM/SEM, este não é, porém, a totalidade dos trabalhos da secretaria. As ações de caráter educativo e informativo da CEM/SEM extrapolam

as atividades do COM, o qual, a rigor, é mais voltado à prestação de serviços. Tais ações são geralmente desenvolvidas por meio de oficinas e palestras, que são realizadas para escolas, universidades, sindicatos, setores específicos do poder público, profissionais da área de educação, saúde, segurança pública e direito, associações de pais e mestres, associações de moradores e, sobretudo, organizações comunitárias femininas. Há sempre a intenção de que esses debates provoquem influências em setores de prestação de serviços à população e redirecionem suas perspectivas de gênero.

Os temas abordados nas oficinas e palestras são principalmente questão de gênero, violência contra a mulher, saúde da mulher, sexualidade, DST/AIDS, gravidez na adolescência, planejamento familiar, cidadania, direitos trabalhistas, organização popular, entre outros²⁶.

Algumas das ex-secretárias explicam como na prática tentavam abordar a questão de gênero no conjunto de ações da secretaria:

“Nós discutíamos como se dá a relação entre os gêneros, na orientação sexual ... quando nós trabalhávamos o tema transversal, nós estávamos preocupados principalmente com adolescentes. Quando a Secretaria trabalha no CAM ela está preocupada em discutir as relações no ambiente doméstico. (...) A origem é a subordinação. Quando nós pensávamos em estudar, pesquisar e publicar um trabalho sobre o movimento de mulheres em Londrina, nós estamos pensando na importância do movimento na cidade, pensando politicamente e está sempre embutida a questão das relações de gênero. Eu acho que a secretaria pensava essa relação nas várias formas, aquela oficina que a Elaine coordenava, ela sempre tratava essa questão cultural e essa forma de subordinação que ocorre, que está estabelecida e que nós queremos interferir, queremos mudar e estamos sempre buscando a igualdade. Eu acho que nós trabalhamos buscando a igualdade nos vários campos, fosse quando atuávamos na área da saúde e discutíamos, por exemplo, o uso da camisinha, a prevenção contra a AIDS, quando nós discutíamos os temas transversais, quando atendíamos a mulher, quando estávamos pensando nesse trabalho de atenção à mulher vítima de violência nos hospitais. Porque quando você vai discutir isso com o corpo clínico desse hospital, você tem que discutir as relações de gênero, que é aquilo que começa a acontecer lá quando

²⁶ Embora haja uma oficina como o nome específico de “questão de gênero”, esta abordagem está presente em todas as outras oficinas e palestras. A separação ocorre para discutir mais detalhadamente a constituição das relações entre homens e mulheres.

a menina é pequena, o menino é pequeno e que assiste aquelas cenas em casa e tem o modelito lá de subordinação. E na escola a coisa se repete, e no posto de saúde, e no atendimento médico, e no grupo de amigos e com o namorado. E eu penso que a secretaria encarava de uma forma ... pegava de uma maneira muito ampla a discussão das relações de gênero. Sempre enfocando a dominação e a subordinação e discutindo nos vários campos, porque isso aparece em tudo” (D.B. – CEM/SEM).

“Eram feitos workshops, oficinas, palestras, a gente aproveitava todas as datas que estavam ligada a alguma coisa. Por exemplo, 1º de dezembro, AIDS, estava lá a gente pipocando na cidade inteira falando de AIDS, levando preservativo, falando da mulher com AIDS, da mulher com preservativo. (...) Então nunca se levou um curso de detergente, sem uma palestra educativa, sem uma abertura que se falasse da questão de gênero” (M.A. – CEM/SEM).

“Dentre as nossas ações, nós tínhamos o trabalho de manutenção e aperfeiçoamento do atendimento à mulher vítima de violência, essa é a nossa grande experiência. E também o trabalho de articulação com as associações de mulheres, com outras instituições de Londrina e secretarias, no sentido de conseguir realmente promover a ... de fazer acontecer as políticas públicas, seja na área da saúde, da cultura, da agricultura, enfim, pensando e tendo a mulher não como destaque, mas como um elemento importante de ser repensado, principalmente para reverter essa situação de subordinação e de desprestígio e de desqualificação que a mulher é vítima o tempo todo, seja no atendimento médico, ela no ambiente de trabalho, ela enquanto estudante, enquanto dona-de-casa” (D.B. – CEM/SEM).

Destaca-se nessas falas a insistência de D.B. em abordar a questão da subordinação feminina e a tentativa de influenciar em outras secretarias, questões centrais na proposta de atuação para essas novas institucionalidades.

A capacidade de influenciar no conjunto das políticas públicas ou programas governamentais foi tênue em seus impactos, como já discutido. No entanto, no atendimento à mulher em situação de violência e no estímulo às práticas associativas entre as mulheres, a CEM/SEM tem obtido maior êxito, pois dependem mais diretamente de seu próprio empenho. Em virtude dos objetivos da pesquisa, interessa-me aqui a atuação junto às OCFs.

Da parte da CEM/SEM, desde sua criação em 1993, sempre houve o claro interesse em articular ações junto às associações de mulheres, em especial as

da periferia da cidade. Com as mudanças de governo e de secretárias, algumas alterações ocorreram quanto às estratégias para se construir essa articulação. Eram diferenças assentadas no seguinte debate: apoiar com mais ou com menos recursos os grupos de produção das OCFs; estimular a criação de mais e novas OCFs ou dedicar-se mais à consolidação das existentes.

Outra discussão entre algumas mulheres da equipe da CEM/SEM era tentar encontrar o limite entre o “estímulo” e o “assistencialismo” para com as OCFs. Esta resposta creio nunca ter sido formulada, e nem é possível fazer de forma definitiva. É então um fator de avaliação constante, que passa pela mediação entre as posições divergentes no interior da CEM/SEM.

Neste cenário, comparando as várias gestões na CEM/SEM, nenhuma das estratégias foi abandonada por completo, mas receberam atenção diferenciada. No primeiro governo, de 1993 a 1996, a ajuda aos grupos de produção existia, porém não era de forma sistemática²⁷. Por outro lado, o esforço para estimular o surgimento de associações de mulheres nos bairros da periferia era mais sistemático, tanto é que, das nove associações envolvidas nesta pesquisa, sete surgiram até 1995.

No governo de 1997 a 2000 foram firmados convênios por dois anos para repasse de verba às OCFs, a título de subvenção social. Os convênios foram firmados para os anos de 1999 e 2000. Como já existiam inúmeras OCFs em Londrina, o trabalho de estímulo às novas associações foi reduzido.

Essas diferenças definiram-se muito mais pela conjuntura em cada governo, do que por diferenças nas orientações políticas em si. No primeiro, várias associações de mulheres contavam com apoio da Secretaria de Ação Social, o que reduzia a demanda por recursos financeiros à então CEM. Por outro lado, era ainda pequeno o número de OCFs existentes, o que gerava à CEM a necessidade de estimular a disseminação de organizações de mulheres para o fortalecimento do movimento e, conseqüentemente, da própria coordenadoria. Assim nos fala uma das ex-secretárias:

²⁷ Pondera-se neste caso que algumas associações de mulheres recebiam subvenção social pela Secretaria de Ação Social, o que deixou de existir a partir de 1998.

“Bom, o interesse sempre foi o interesse prioritário, primordial de criar organização forte, autônoma, independente e politizada em Londrina. Uma pretensãozona, uma grande pretensão, mas é na que eu acredito, porque fora isso não tem solução. Se não tiver realmente um movimento organizado, forte e politizado e informado dos seus direitos, não vai adiantar nada. Então, o que nós fizemos, nós ultrapassamos ... eu não tenho exatamente os números agora, mas quando nós entramos na secretaria tinham alguns ... não sei o número exato, mais pouco mais de 15, 16 grupos, (...) tinha alguns movimentos populares assim, coisa de igreja, era muito pouco e nós conseguimos duplicar ou quadruplicar, quando eu saí, o número de organizações. Porque as pessoas se juntavam, nós íamos lá e informávamos como é que se formava, como é que conseguia se organizar, ia lá e ajudava na formação jurídica da organização, com formação do estatuto, ajudava na organização das assembléias, das organizações, no intuito de ampliar esse movimento, entendendo talvez ... talvez equivocadamente que com maior número de organizações, nós tivéssemos um pouco mais de respaldo e facilidade na inserção. Talvez a proposta devesse ser outra, fosse fortalecer aqueles grupos que já existiam, que era mais fácil trabalhar com número menor, discutindo politicamente, fortalecendo aqueles grupos, porque a ... vamos dizer assim, a reprodução daquilo talvez fosse mais sólido, mais forte, mais contundente, porque não é quantidade, é a qualidade da resistência do grupo, da competência que esses grupos teriam na atuação na sociedade. Pulverizou demais, acabou fazendo aí ... criou uma demanda extraordinária e nós não tínhamos inclusive como dá sustentação a isso, a esse atendimento na formação política das mulheres. Até hoje se fala em formação política, agora, vamos discutir que tipo de formação política se dá, uma palestra é formação política? Um debate na igreja é formação política? Formação política é uma ação cotidiana, diária, permanente, e para isso tem que ter toda uma estrutura que nós não tínhamos e não sei se hoje temos” (E.C. – CEM/SEM).

No segundo governo, a partir de 1997, já era considerada significativa a quantidade de OCFs existentes em Londrina, o que gerava grande demanda à CEM no que diz respeito às orientações técnicas e ao apoio financeiro para garantir a estrutura mínima de funcionamento das associações. Neste momento, a Secretaria de Ação Social reduziu sua atenção aos grupos de mulheres, privilegiando os projetos para crianças e adolescentes. Sendo assim, reduziu-se na CEM/SEM o empenho em fomentar novos grupos de mulheres e cresceu a pressão por ações que contribuíssem para a consolidação dos grupos existentes.

Em resposta às pressões existentes por parte das OCFs, a SEM instituiu em 1999 a subvenção social para grupos e associações de mulheres, por meio de convênio assinado entre as partes, como fala a então secretária:

“Quando eu assumi a secretaria, eram várias as associações que entravam em contato com a secretaria buscando apoio para suas atividades, mas de uma forma individual, cada uma vinha procurar por conta própria, elas não se relacionavam entre si, ou quando se relacionavam era esporadicamente. Eu acredito que o avanço foi de que conseguimos conversar com essas organizações em conjunto, chamar, começar a identificar as dificuldades, que não eram de uma, as dificuldades eram muito semelhantes e o que eu mais senti é que essas organizações ficavam dependendo do poder público para uma liberação de um apoio aqui e outro lá, uma coisa esporádica, para um evento, para uma feira, pra realização de um curso, de uma oficina ... elas tinham dificuldade para manter o seu trabalho funcionando no dia-a-dia. Aí nós chegamos à conclusão de que seria interessante de que essas organizações pudessem se preparar, preparar sua documentação, existir legalmente, mas com toda documentação necessária, e num primeiro momento elas foram orientadas para regularizar seus documentos e na seqüência nós resolvemos com elas que um apoio financeiro sistemático do poder público seria uma possibilidade de elas manterem o seu trabalho sistematicamente. Foi isso o que fizemos, foi firmado um convênio . (...) Cada grupo desse iria administrar da forma que achasse melhor, o pagamento do aluguel de um espaço, remunerando um monitor, pagando conta de água, de luz, de telefone. Algumas trabalharam melhor com esse dinheiro, conseguiram fazer com que esses 500 reais realmente garantissem a sustentação desse trabalho. Outras tiveram mais dificuldades, alguns problemas, mas me pareceu que foi uma decisão muito importante, tomada em conjunto, a secretaria com as organizações de mulheres, para que elas pudessem ter o mínimo de autonomia para desenvolver os seus projetos e a secretaria influenciava o menos possível” (D.B. – CEM/SEM).

No conjunto, as ações da CEM/SEM contribuíram para o desenvolvimento e manutenção de organizações comunitárias femininas, ocupando um espaço onde antes atuavam mais a Igreja Católica e a Secretaria de Ação Social. O objetivo ao privilegiar a atuação junto às OCFs era de aproveitar uma área em que há tendências de maior participação da mulher e fomentar nesses espaços o debate e a politização sobre a situação da mulher, enfocada a partir da tematização sobre as relações de gênero. Por outro lado, como havia a demanda por recursos públicos da

parte dessas OCFs, fazia-se então necessário a regulamentação legal dos grupos. Para tanto, a CEM/SEM colaborava com seu quadro técnico e tentava paralelamente conciliar as questões legais e políticas na formalização dos grupos. Várias falas já citadas das entrevistadas abordam esta dupla preocupação da CEM/SEM em relação às OCFs, às quais somam-se mais algumas:

"Bom, o interesse sempre foi o interesse prioritário, primordial de criar organização forte, autônoma, independente e politizada em Londrina" (E.C. – CEM/SEM).

"Nossa, era o que a gente mais fazia (incentivar a criação de associações de mulheres). A gente trabalhava na questão do estatuto, a gente saiu daquela coisa corporativista de oferecer xerox e isso foi fantástico. Era fazer esse povo pensar mesmo. E o interessante era que elas traziam isso para a gente. Agora tinham algumas associações que não vingaram, se arrastaram, porque você percebia que a presidente estava no corporativismo, porque aonde a mulher pensava socialmente, a associação ia para frente, que ela vinha em busca de idéias, ela queria fazer oficina disso, de câncer, de AIDS, de questão de gênero. Outras não, elas queriam mesmo era material, pincel, pano para pano-de-prato, lã, porque ela tinha uma visão estreita" (M.A. – CEM/SEM).

"O impacto das ações foi fortalecer as associações que já existiam através de melhoria dos cursos de capacitação, e de estar oferecendo assessoria técnica e jurídica para as que já existiam e para as novas que se formaram. Eu acho que essa ação a secretaria teve muito boa. Nós disponibilizamos jurídico, toda a parte logística da secretaria de auxílio para os novos grupos e para os grupos que estavam em tramitação e para os que já existiam. (...) Eu acho que o papel da secretaria nesse momento, quando elas estavam se organizando foi muito, muito importante. Nós disponibilizamos todo o apoio logístico e jurídico e para elas foi fundamental" (R.S. – CEM/SEM).

Como é de se esperar, a CEM/SEM é o principal ator externo na interlocução com as OCFs, juntamente com a Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato que sempre procura estender sua ação política de forma a envolver mulheres de outros grupos. Neste contexto, foi claramente a CEM/SEM quem assumiu a incumbência de introduzir nesses setores as temáticas sobre gênero, cobrindo, em parte, a ausência de grupos feministas na cidade.

As ações da CEM/SEM junto às OCFs partem de uma premissa de que cabe ao Estado instituir mecanismos que favoreçam a participação da mulher em esferas públicas, como forma de compensar a exclusão social que a desfavorece e alterar sua forma de inserção no conjunto da sociedade (GUZMÁN, 2000). Há, neste sentido, um certo distanciamento dos princípios liberais de que o Estado deva ser neutro em relação às desigualdades sociais, as quais devem ser debatidas no âmbito da própria sociedade (COSTA e WERLE, 2000; PINTO, 2000).

Com isto, a distinção entre Estado e sociedade civil é em certa medida redefinida, flexibilizando a dicotomização entre ambos e reduzindo o caráter abstrato do Estado que o tornava impermeável aos grupos sociais excluídos politicamente. A democratização do Estado, um dos objetivos do movimento de mulheres com a perspectiva de gênero (COSTA, 1997), é forjada nesse processo, à medida que a existência da CEM/SEM tem contribuído para que muitas mulheres pobres da periferia da cidade conquistem acesso à participação na arena pública estatal, como demonstram algumas entrevistadas nas seguintes faixas:

“Bom, eu acho que a Secretaria (Especial da Mulher) foi uma grande parceira que nós encontrou ... porque ... eu criei todos os meus filhos e eu não conhecia a Prefeitura. Hoje a gente se torna ... a secretaria ... tipo uma casa, você vai lá, você entra ... entra e sai e todos recebe a gente como a gente é mesmo. Porque antigamente você falava assim: 'ah, eu sou pobre, o que eu vou fazer lá?'. Hoje a gente não vê isso” (M. J. – OCF).

“A secretaria deu ... além do apoio da secretária, das pessoas que trabalham na secretaria, tem o conhecimento técnico, que muita associação não tem, sabe. Ajudou a conduzir alguns trabalhos, a buscar as coisas para a associação. Eu acho que a relação da associação com a Secretaria da Mulher foi muito boa, foi uma fase que eu vejo de grande proveito para nós. Porque a gente teve outros espaços também, saímos do bairro para participar em outros espaços, de outras coisas, cursos, palestras, várias coisas, as atividades que a secretaria estava proporcionando” (C.B. – OCF).

“Acho que a coordenadoria foi uma grande alavancadora, porque tinha o espaço, tinha pessoas capacitada para estar acompanhando esses trabalhos. Porque o maior problema de criar o grupo, ele é fácil, agora o problema é a capacitação e a manutenção dessa proposta. Que se você não tem o acompanhamento do técnico para estar fazendo esse trabalho, você acaba da noite para o dia está

sendo acabado esse trabalho” (R.B. – OCF).

“Eu acho que a primeira conquista que a gente teve foi a criação do ônibus, dessa linha de ônibus, porque não tinha ônibus aqui e foi uma conquista muito grande. Outra conquista foi o reconhecimento do povo hoje ... do atendimento social. E o outro é o trabalho dos grupos mesmo. Porque hoje a gente tem muita ligação com os grupos, com as próprias secretarias.(...) Isso para mim é uma grande conquista que nós teve. O conhecimento de como é trabalhar com o poder público” (M.J. – OCF).

Além do contato com o poder público, possibilitado via Secretaria Especial da Mulher, essas mulheres revelam também nessas falas a valorização que têm acerca do papel deste órgão como suporte técnico e político para as atividades das associações de mulheres.

A característica de ser um órgão estatal, porém produto de uma proposta política de um movimento social, no caso o movimento de mulheres, coloca a CEM/SEM em uma posição desafiadora: identifica-se ao mesmo tempo com o Estado e com o movimento de mulheres. Em virtude disto, por muito tempo a CEM/SEM colocou-se também como representante do movimento de mulheres em Londrina. Isto podia ser observado nas ações cotidianas da CEM/SEM, mas também está presente na entrevista de uma das ex-secretárias, quando diz que,

“(...) quando a Secretaria da Mulher se envolvia diretamente com a comunidade, e desde a mulher mais rica até a mais pobre, todas as mulheres eram ouvidas para representatividade. Era uma necessidade e um desejo de estar colocando a sociedade civil inserida na coordenadoria da mulher, que é um conselho, não é? Um conselho vai ter as suas partes do poder executivo e da sociedade civil. Já se fazia um trabalho assim, talvez não com o nome” (M.A. – CEM/SEM).

A atribuição à CEM/SEM do papel de representante do movimento de mulheres ocorre inclusive entre as mulheres das OCFs. Das nove mulheres entrevistadas com roteiro estruturado, sete declararam ver a CEM/SEM como representante do movimento, sendo que quatro delas atribuíam-lhe a dupla representatividade, do movimento e do governo municipal. Três viam-na apenas como representante do movimento e duas apenas como representante do governo.

Das sete entrevistadas que atribuem à CEM/SEM a representação do movimento de mulheres, seis delas alegaram que a CEM/SEM é mais importante do que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Isto significa que dentro e fora da CEM/SEM há uma certa ruptura na dualidade entre representar o movimento de mulheres e representar o governo municipal. Por outro lado, isto representa também a fragilidade no reconhecimento da importância do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher como espaço de representação nas instituições do sistema democrático.

Para Virginia Guzmán, a tarefa dessas novas institucionalidades revela-se complexa, ao lidar com as lógicas distintas do movimento de mulheres e do Estado. As mulheres participantes do movimento contam com maior liberdade de posicionamentos e defesa de valores subjacentes à discriminação de gênero. Ao contrário, *“as mulheres que integram a instituição devem conformar suas propostas às linhas gerais do governo e ter em conta a lógica de outros setores do Estado”* (GUZMÁN, 2000, p. 75). Isto implica em sempre fazerem mediações entre os aspectos burocráticos e a correlação de forças políticas. Com isto,

“A tarefa da nova institucionalidade resulta ser então bastante complexa, na medida em que tem de se legitimar diante do movimento de mulheres que lhe deu origem e também das restrições de um Estado sem experiência e conhecimento nem muita sensibilidade para com o tema” (GUZMÁN, 2000, p. 76).

Anteriormente já apresentei as dificuldades que a CEM/SEM enfrenta na relação interna com o conjunto da administração municipal. São indicadores de que a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas, tal como proposta pelas feministas, ainda não é uma realidade em Londrina.

Por outro lado, nas discussões deste tópico, analisando os posicionamentos das mulheres das OCFs e da CEM/SEM, verifica-se que há uma mútua legitimidade entre elas, o que tem favorecido a proliferação da linguagem de gênero. Entretanto, a maioria das ex-secretárias apresenta uma outra faceta desta relação, que diz respeito às possíveis fragilidades, envolvendo a escassez de propostas por parte das OCFs e a vulnerabilidade do apoio à CEM/SEM em momentos de crise dentro do governo.

Quanto ao encaminhamento de propostas por parte das OCFs à CEM/SEM, D.B. resgata algumas questões, mas, ainda assim, revela que se tratava de um processo sem muita amplitude:

"Elas encaminhavam sim, principalmente quando tínhamos a realização da Semana Municipal²⁸ (...), mas muito relacionado à mulher e ao trabalho, à saúde da mulher, a mulher e a participação comunitária²⁹. (...) Nós tivemos algumas ações importante, como por exemplo nessa busca de cursos profissionalizantes, eu me lembro que a Associação de Mulheres Batalhadoras fez um convênio com a universidade por conta delas, através do FAT, para desenvolver oficinas de cozinha, cozinha especializada. Então elas tiveram o curso de cozinha árabe, cozinha japonesa, cozinha chinesa, e aí solicitavam apoio da Secretaria da Mulher para complementar os recursos e o que elas precisavam para o curso acontecer. Então tinha também a solicitação dos grupos" (D.B. – CEM/SEM).

Estas são solicitações pontuais e na maioria dos casos referem-se à realização de palestras e debates. Também nas entrevistas estruturadas com as mulheres das OCFs, revela-se que elas solicitam recursos material e financeiro para as atividades dos grupos, orientações administrativas e palestras para a comunidade da área de abrangência. São solicitações relacionadas às suas próprias atividades. Neste caso, é antiga a reivindicação por um espaço físico permanente, para comercialização dos produtos artesanais e de alimentação, confeccionados por mulheres que trabalham nos grupos de produção das OCFs. O que conquistaram até agora são locais para feiras que se realizam a cada mês, organizadas pela CEM/SEM e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Contudo, a reivindicação continua.

Em termos de políticas públicas ou projetos sociais com relativa duração, não houve demandas articuladas pelas mulheres das OCFs à CEM/SEM. A ex-secretária E.C. assim nos fala sobre as solicitações das OCFs:

"Muito pouco ... muito pouco ... a gente insistiu durante anos nessa questão, para ver se trazia de lá para cá, mas sempre ... como era o modelo daqui para lá, elas sempre esperavam, e tinham a concepção de que isso é que estava correto. Elas não propunham, elas

²⁸ A realização da Semana Municipal da Mulher ocorre um vez ao ano, desde 1993, por ocasião das comemorações ao dia 8 de Março - Dia Internacional da Mulher.

²⁹ Estas são propostas para realização de palestras e oficinas.

esperavam propostas, esperavam ajuda, esperavam soluções, mas tinham dificuldade em participar desse processo. Isso é uma coisa muito interessante, mas isso faz parte de toda essa trajetória, desse modelo que está aí estabelecido, que sempre tem que vir, alguém tem que dar, e elas receberem caladas e silenciosas” (E.C. – CEM/SEM).

A outra face da ausência de articulação das OCFs em torno de propostas sistematizadas para o poder público é a dependência que se cria em relação às iniciativas da CEM/SEM. Isto é abordado por uma das ex-secretárias:

“É aquilo ainda, a população, especialmente a feminina que nós trabalhamos, através de grupos organizados de mulheres, elas ainda têm essa relação de dependência e de ter essa relação de “mãezinha” ou de “mãezona” com o poder público. Então, eu quero isso, eu quero aquilo, e acha que o poder público tem que estar atendendo a todo momento a tudo. Então eu senti muito essa dependência, muito. Por isso que anteriormente eu disse dessa preocupação de caráter assistencialista. Então eu vejo ainda essa dependência” (R.S. – CEM/SEM).

A escassez na formulação de demandas por parte das mulheres das OCFs, sendo elas as principais representantes do movimento de mulheres em Londrina, é mais um fator que compromete o sucesso esperado da parte da CEM/SEM. Algumas autoras, como Sonia Alvarez, Céli Regina Pinto, Eva Blay e Virginia Guzmán, insistem que as pressões externas ao governo por demandas que atendam os interesses das mulheres é fundamental para o desempenho desses órgãos governamentais (ALVAREZ, 1988, PINTO, 1994b; BLAY, 1999 e GUZMÁN, 2000) como é o caso da CEM/SEM. Seguindo Guzmán,

“Acreditamos que as profissionais no Estado ou as especialistas em determinados temas precisam do apoio de um movimento maior, que lhes dê força como minoria consistente, que lhes permita atuar como massa crítica e neutralizar as pressões à sua adaptação às lógicas institucionais prevaletentes” (GUZMÁN, 2000, p. 73).

Nesta perspectiva, as propostas de políticas públicas devem ser forjadas nos movimentos ou na sociedade civil, portanto fora do Estado, engendrando assim um caráter democratizador do campo político institucional com demandas que

se formam de fora para dentro do Estado.

Na ausência de um movimento de mulheres organizado que exerça pressão sobre o governo, as políticas relacionadas às mulheres com a perspectiva de gênero são mais facilmente cooptadas ou anuladas no interior do Estado, uma vez que este abriga também forças políticas conservadoras (ALVAREZ, 1988 e 2000b e BLAY, 1999). A cooptação representaria a incorporação de gênero com conteúdo ressignificado, eliminando assim o sentido crítico e emancipador (ALVAREZ, 1988 e 2000b e BLAY, 1999) e reforçando os papéis tradicionais, com *“políticas públicas com perspectiva de gênero que pouco têm a ver com a equidade e muito menos com o feminismo”* (ALVAREZ, 2000b, p. 22).

Além destes, há também o risco de debilidade da capacidade de formular propostas no interior dessas institucionalidades. A CEM/SEM e o CMDM precisam de interlocução com os movimentos de mulheres a fim de alimentar seu *rol* de intenções dentro do governo municipal. Desta relação também depende o projeto de democratização do Estado proposto pelo movimento de mulheres e que prevê a capacidade das mulheres de participar na definição das políticas públicas.

Partindo da premissa sobre a importância de pressões do movimento de mulheres para a efetividade das propostas de políticas públicas, Eva Blay analisa que o baixo desempenho dos instrumentos estatais criados deve-se em grande parte ao afastamento do movimento de mulheres, dizendo que:

“(...) o movimento passou a ‘delegar’ aos governos a execução de novas políticas públicas, imaginando que os instrumentos criados (Conselhos, Delegacias) dariam continuidade à política implantada. (...) Os resultados mostram que o poder executivo, essencialmente dirigido por homens e por uma cultura masculina, inconsciente das discriminações de gênero e desprovido de pressões dos movimentos de mulheres, ignorou as políticas públicas que evitariam problemas essenciais como mortes no parto, assassinatos de mulheres, câncer de colo de útero, desigualdades salariais, falta de aprendizado profissional, para não falar no baixo patamar de participação em cargos políticos do executivo, legislativo ou judiciário. Os movimentos organizados de mulheres no Brasil abriram seu espaço de pressão antes da consolidação das conquistas, acreditando na eficácia da ação democrática” (BLAY, 1999, p. 138-9).

No caso de Londrina, se houvesse mais iniciativas dos movimentos

de mulheres no sentido de pressionar o governo municipal para implantar determinadas propostas relacionadas às mulheres, provavelmente o quadro de dificuldades enfrentado na administração pela CEM/SEM seria diferente. Ocorre que a CEM/SEM tornou-se porta-voz das demandas relacionadas à questão de gênero e os movimentos não demonstram envolvimento suficiente em defesa de propostas específicas. Contudo, os movimentos de mulheres em Londrina, na maioria das vezes, têm oferecido seu apoio à manutenção da CEM/SEM e, neste caso, mais uma vez, destacam-se as OCFs.

Desde a criação da CEM/SEM, toda vez que se discute qualquer proposta de reforma administrativa no governo municipal, a inclusão da CEM/SEM no debate tem sido ponto obrigatório da pauta de reforma. Isto sempre ocorreu com equívocos e reducionismos quanto ao papel da CEM/SEM, que resultavam na proposta de fusão com a Secretaria de Ação Social e/ou de limitação ao serviço de atendimento à mulher vítima de violência.

As propostas de reforma visavam sempre atingir diretamente o trabalho voltado às associações e grupos de mulheres, extinguindo-o, e anular também as intenções de influenciar nas políticas setoriais introduzindo a perspectiva de gênero. As tentativas de redefinir o papel da CEM/SEM, nos dois governos, sempre foram orientadas pelo estigma de que esta tem função de assistência social. Ao contrário, as defensoras da proposta original sempre insistiram em sua dimensão política e educativa, dentro e fora da administração.

Durante as gestões dos dois governos aqui englobados na pesquisa, as OCFs contribuíram no sentido de exercer pressão a favor da manutenção da CEM/SEM e de suas atribuições iniciais. Muitas vezes essa pressão ocorria após o *lobby* da CEM/SEM, numa postura ousada de mulheres deste órgão em combater o projeto do poder executivo³⁰. Mesmo assim, considerando não haver, na maioria das

³⁰ Dois momentos especialmente marcam as crises em torno da CEM/SEM, sendo um no governo de 1993 a 1996 e outro no governo de 1997 a 2000. No primeiro, o debate ficou apenas no âmbito interno da administração. A então secretária articulou *lobby* com vários segmentos sociais no sentido de pressionar pela manutenção da CEM. As pressões tiveram sucesso e nenhuma proposta foi encaminhada à Câmara Municipal envolvendo a CEM.

No segundo governo, em 1997, houve o encaminhamento de projeto de lei para a Câmara Municipal envolvendo a reestruturação da CEM. Com isto, o debate adquiriu uma dimensão pública não atingida na primeira crise, o que contribui para que a então secretária, que assumira o cargo no mesmo ano, evitasse a exposição pública contrária ao projeto do executivo. Por iniciativa então das funcionárias, principalmente de 2º

vezes, voluntarismos por parte das mulheres das OCFs, é importante o fato de que elas aderiam à defesa das mulheres da CEM/SEM.

O risco que há nesse comportamento é a passividade das mulheres das OCFs em relação aos posicionamentos da CEM/SEM que, a rigor, é o Estado. Em virtude da lógica de subordinação existente nas instituições estatais, é possível que haja contextos em que as próprias mulheres da CEM/SEM (secretária e funcionárias) não contrariem os interesses do governo e dessa forma apoiem alguma proposta que represente um refluxo para a atuação da CEM/SEM e para os movimentos de mulheres. Como muitas vezes as mulheres que assumem essas novas institucionalidades não são as mesmas que participaram e intervieram nos debates e na luta pela inclusão dos temas de gênero nas agendas públicas, resulta então que este risco assume grande potencialidade de se efetivar.

A avaliação que E.C. faz da importância dos movimentos de mulheres para respaldar a existência da CEM/SEM passa pelo cálculo desses riscos:

“Colaboraram sim, vez ou outra. (...) Eu nunca fui na ilusão de que houvesse um respaldo do movimento, porque esse movimento era absolutamente tênue, desarticulado, despolitizado, totalmente despolitizado. Então eu não tinha a ingenuidade de achar que num momento de crise as mulheres viriam todas no meu socorro, porque aquelas mulheres queriam que eu fosse ao socorro delas. Era essa a relação, né. Mas de qualquer forma deu para sentir em alguns momentos, por exemplo, quando a coordenadoria correu riscos, as pessoas se juntavam e iam conversar com o prefeito ou manifestavam de alguma forma o seu descontentamento diante de alguma situação que a coordenadoria da mulher vivia. Havia cobrança, mas não era uma cobrança politizada, era mais com medo de perder as parcas conquistas que elas estavam tendo, não era uma coisa de consciência política. (...) Olha, eu sentia assim, que se tivesse que tomar uma decisão contra o governo, a favor da secretaria, as mulheres não tomariam. (...) Eu senti que se em determinado momento, por falta de consciência política novamente, que se o Cheida, ou o Belinati, o prefeito que fosse, dissesse para as mulheres ‘olha, eu preciso do apoio de vocês, em determinada ação’

escalão, houve pressão junto aos vereadores e *lobby* junto às OCFs em busca de apoio contra o projeto do executivo que reduzia as competências da CEM. Na Câmara, a única vereadora existente também combatia o projeto do executivo. A mobilização contrária ao projeto provocou desgastes para a secretária da mulher diante do governo e resultou em sua saída do cargo. As OCFs intensificaram a pressão e o prefeito comprometeu-se a alterar a lei já aprovada pelo Legislativo. Nova secretária da mulher foi empossada no início de 1998 sob o compromisso de reestabelecer as competências da extinta CEM na nova SEM.

e essa ação contrariasse filosoficamente ou politicamente as ações da coordenadoria, elas estariam ao lado do governo. Era uma sensação que eu tinha. E compreendia" (E.C. – CEM/SEM).

Este risco tornou-se real em meados de 2001, sob um novo governo do Partido dos Trabalhadores. Silenciosamente foi encaminhado à Câmara Municipal um projeto de lei do poder executivo que tratava de uma nova reforma administrativa e envolvia, como sempre, a SEM. Pelo projeto, extinguiu-se a SEM e criava-se uma Secretaria Municipal da Cidadania, que englobaria o atendimento à mulher, ao idoso, ao índio, ao negro e ao consumidor, entre outros. Estruturalmente a Secretaria Municipal da Cidadania seria composta por uma coordenadoria especial da mulher e uma coordenadoria especial do idoso. As demais áreas envolvidas em suas competências não eram contempladas na estrutura organizacional.

O projeto foi enviado à Câmara sem discussão anterior com os grupos sociais envolvidos. Também foi enviado com pedido de urgência, o que dificultaria seu debate no legislativo. No entanto, o pedido de urgência não foi aceito pela Câmara e várias emendas ao projeto foram apresentadas por duas das três vereadoras³¹. Depois de muito conflito entre legislativo e executivo em torno das várias outras áreas da administração pública envolvidas na reforma, o projeto foi retirado de pauta pelo poder executivo. Deveria retornar à Câmara em agosto, mas até o final de outubro nada foi retomado a respeito.

Esta reforma representaria um retrocesso à proposta de inclusão dos temas de gênero nas agendas públicas porque a subordinaria a um outro órgão, reduzindo sua autonomia e relevância no governo. A existência de um órgão de primeiro escalão no Estado oferece melhores condições, principalmente políticas, para encaminhamentos das demandas dos movimentos de mulheres. Se as ex-secretárias, gozando do *status* de membro do primeiro escalão, não se sentiam respaldadas no interior do governo, suponho que as dificuldades seriam maiores pertencendo ao segundo escalão, sem assento nas reuniões de secretariado, com

³¹ Na atual legislatura, iniciada neste ano de 2001, há três vereadoras na Câmara de Londrina: uma do PMDB, uma do PSB e outra do PT. As duas primeiras combateram publicamente a proposta do Poder Executivo de extinguir a SEM. A terceira, do PT, não se manifestou publicamente a respeito desta questão. Esta é a primeira vez que Londrina elege mais de uma vereadora.

menor acesso aos demais secretários e secretárias, bem como ao prefeito.

Contudo, mesmo com a forma burocratizada como se deu o processo desta última reforma não realizada, muitas mulheres das OCFs e quase a totalidade das componentes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, apoiaram o projeto do executivo, sem ressalvas, depois que este já se encontrava na pauta da sessão legislativa³².

Durante a realização de parte das entrevistas, tanto estruturadas como semi-estruturadas, os comentários sobre esta proposta do poder executivo já atingira as mulheres das OCFs, embora ainda não existisse a publicização do projeto de lei. Duas mulheres entrevistadas, pertencentes às OCFs, com assento no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, colocaram-se absolutamente contra a proposta. No entanto, quando a proposta foi apreciada no CMDM, estas mesmas votaram favorável, diante da defesa da atual secretária da mulher.

Este episódio mais recente vem reforçar a idéia de que a relação entre o movimento de mulheres e o Estado é ainda marcada pelas possibilidades de avanços e retrocessos, sendo que os riscos ainda se revelam mais presentes do que as potencialidades de avanços. Nesta correlação, é o potencial dos movimentos de mulheres que pode melhor contribuir para uma interação com o Estado mais favorável à questão de gênero e das mulheres. Mas esta não é uma variável muito favorável à experiência em Londrina, onde o movimento de mulheres é mais receptivo do que propositivo em relação à CEM/SEM.

2.2.4 O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

No início de 1996, por iniciativa de lideranças da Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato e apoio de outras mulheres e segmentos, incluindo a então CEM, realizou-se em Londrina um Fórum das Associações de Mulheres, com o objetivo de discutir uma forma de representação do

³² Retomarei a discussão sobre o apoio do CMDM a este projeto, no próximo tópico.

movimento.

Duas teses foram confrontadas neste Fórum: a criação de uma federação das associações de mulheres, tal como ocorre com as associações de moradores, e a criação de um conselho municipal dos direitos da mulher. As representantes da CEM participantes do Fórum defenderam a criação do conselho, argumentando que possibilitaria melhor articulação entre governo e sociedade civil. Outras lideranças femininas defenderam a criação de uma federação, argumentando quanto à autonomia e independência de ação na instituição. Venceu a proposta de criação de um conselho.

Do Fórum foi criada uma comissão para encaminhar as providências necessárias visando à criação do conselho. Por dois anos, a comissão não tomou providências e a proposta ficou congelada. Durante 1998, com uma mudança de cargo na SEM, a nova secretária empenhou-se em dar encaminhamentos à criação do conselho. Nova comissão foi instituída com representantes da SEM e de associações de mulheres. Como resultado, em fevereiro de 1999 foi realizada a 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Mulher e em março do mesmo ano foram empossadas as componentes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.

Os objetivos de criação do CMDM eram dar organicidade ao movimento de mulheres em Londrina, bem como fortalecer a interlocução desse movimento com o governo municipal, ao mesmo tempo que promoveria, por meio de participação no Conselho, a disseminação da questão de gênero dentro da administração e em vários segmentos sociais.

Em sua lei de criação, o CMDM tem por finalidade:

“(...) assegurar à mulher, através de ações e políticas públicas, o exercício pleno de sua participação no desenvolvimento social, econômico, político e cultural da sociedade, de acordo com as diretrizes aprovadas nas Conferências Municipais dos Direitos da Mulher” (Lei Municipal nº 7652, de 23/10/1998).

Esta mesma Lei cria também a Conferência Municipal dos Direitos da Mulher, a realizar-se a cada dois anos. Destaca-se no documento o uso de termos

exclusivamente no gênero masculino. A linguagem empregada no masculino nessa legislação, assim como nas legislações da CEM/SEM, ao referirem-se a “delegados”, “conselheiros” e “coordenadores”, revela as dificuldades com a incorporação de gênero no âmbito burocrático.

Essas dificuldades serão também analisadas no que diz respeito à atuação do Conselho. É certo que o período de dois anos é pequeno para avaliar os possíveis impactos provocados por uma instituição como o CMDM. Mesmo ponderando esta questão, procurarei abordar basicamente três aspectos: os encaminhamentos das diretrizes aprovadas na 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Mulher; a relação do CMDM com a SEM e a relação do CMDM com as OCFs.

A 1ª Conferência aprovou amplas reivindicações na área de educação, comunicação, saúde, violência contra a mulher, direitos humanos, combate à pobreza e participação política (ver anexo V). As discussões foram orientadas pela Plataforma de Beijing. No entanto, a eficácia do Conselho em sua primeira gestão, em termos de conquistas de atendimento às demandas aprovadas, tem sido insatisfatória. No geral, inexistem mecanismos de encaminhamentos ou instrumentos de realização que possibilitem a implantação dos serviços reivindicados na Conferência. Tomando as diretrizes da Conferência como balizador da atuação do Conselho, tem-se que quase nada se avançou nestes dois anos.

Durante este período, o CMDM teve duas presidentes e elas também corroboram essa avaliação quanto à fragilidade do CMDM, como demonstra D.B.:

“Hoje eu acho que a influência do conselho é nada, mas também penso que deveria ter um peso, elas deveriam ter conhecimento, discutir, opinar. Com certeza é importante, mas hoje isso ainda não acontece. Enquanto eu estava lá não aconteceu, nós até levávamos informações, mas daquilo que já estava decidido, estava acontecendo, mas não ainda com a influência do Conselho. (...) Me parece que o que acontece concretamente hoje, numa parceria da Secretaria com o Conselho e as organizações comunitárias, são as feiras, e isso aí é que tem unido e segurado as mulheres. (...) Eu penso que o que aconteceu de mais importante foi a criação do próprio Conselho até para que todas essas dificuldades pudessem vir à tona. E o Conselho vai ter que discutir isso, ter que preparar melhor as suas conselheiras, para que essa troca possa começar a existir de forma mais intensa. (...) Acho que falta mais preparação para que

esses organismos possam um influenciar mais no outro. Eu acho que de maior peso ainda continua a Secretaria da Mulher, pelo próprio poder de ser um organismo da prefeitura, ela tem mais possibilidade de influenciar e de decidir do que ainda o próprio Conselho e os grupos de mulheres” (D.B. – SEM e CMDM).

Esta fala revela como o CMDM é ainda muito mais um espaço de referendo às ações da SEM do que de deliberação. Quando a SEM inclui na pauta do CMDM alguma de suas propostas de ação, geralmente ela já está pensada, articulada e praticamente finalizada. Esta é uma forma de envolver maior apoio e participação nos eventos da SEM, mas é também uma forma que a SEM encontra para dar mais dinâmica às reuniões do Conselho. O conjunto de conselheiras, no geral, fica na posição de espectadoras, incluindo, inclusive, as representantes de outros órgãos municipais, que não comunicam no CMDM suas ações, nem a título de informação.

O CMDM reúne-se ordinariamente uma vez ao mês e extraordinariamente quando se julga necessário. Além disto, previam-se trabalhos em comissões permanentes que foram criadas por área temática, seguindo a mesma divisão das diretrizes da Conferência. No geral, estas comissões não estabeleceram a realização de trabalhos sistemáticos. Em virtude disto, em 2001, acompanhando a tendência de criação de uma Secretaria Municipal da Cidadania, o CMDM extinguiu várias de suas comissões, criando a comissão de cidadania e preservando a comissão de saúde e a comissão de comunicação. Foram extintas as comissões de educação, de prevenção e combate à violência contra a mulher, de direitos humanos, de combate à pobreza e de participação política.

Com a inatividade das comissões nos anos de 1999 e 2000, o CMDM dedicou-se quase que exclusivamente ao debate sobre questões de organização interna, reformulação em sua composição, criação de comissões de trabalho e demonstração dos trabalhos das instituições com assento no CMDM, bem como realização de um programa de capacitação para as conselheiras, com palestras, debates e oficinas em encontros específicos, portanto fora das reuniões ordinárias. Dessa forma, a primeira gestão do CMDM foi marcada por poucas realizações que pudessem atingir públicos externos às próprias conselheiras, como

abordam D.B. e R.B. :

“Acho que nós não realizamos nada, foi mais organização interna, formação de comissões de trabalho, etc. (...) Eu acho que o Conselho deveria promover mais discussões, debates, reflexões sobre esses temas, fazer campanhas. Quem sabe até o programa de rádio possa ser mais interessante para o Conselho do que para uma Secretaria? Com o apoio da Secretaria, mas que o Conselho pudesse ter um programa de rádio, um jornalzinho, um tabloidzinho que saísse de tempo em tempo colocando essas questões tão importantes para serem discutidas” (D.B. – SEM e CMDM).

“A gente não conseguiu ainda trabalhar, porque como é tudo novo, meio tumultuado como foi esses anos de criação do Conselho, a saída de uma secretária, a entrada de outra, tinha todo aquele autoritarismo ... A gente teve muita perda de discussão no Conselho de coisas que não deveriam estar discutindo dentro do Conselho e a gente acabou tomando isso. Mudança de Lei, quem entra, quem fica, quem sai, e teve muita ação que a gente não conseguiu implantar” (R.B. – OCF e CMDM).

Duas questões centrais contribuem mais decisivamente para esse quadro de relativa paralisia no CMDM: a fragilidade da participação das representantes da sociedade civil e a dependência estrutural e política em relação à SEM. A maior dificuldade é que esses dois fatores tendem a formar um círculo vicioso: a SEM domina o CMDM porque as representações da sociedade civil não estão capacitadas para disputar, no mesmo nível em que se encontram as representantes da SEM; a atuação das representantes da sociedade civil é frágil porque a SEM domina o saber técnico; ou ainda, a SEM domina o CMDM porque, se não o fizer, a paralisia seria ainda maior, face aos despreparo da maioria das conselheiras.

Estas são questões refletidas por conselheiras tanto da sociedade civil como do governo, em especial as representantes da SEM. Mas os dilemas inerentes ao problema ainda não foram resolvidos. A maioria das mulheres entrevistadas acredita que cabe à SEM a melhor preparação do conjunto de conselheiras, a fim de potencializar as ações de autoria do CMDM. Este é o caso de E.C., que aborda a proposta com mais objetividade em sua fala:

“Eu acho que é de grande responsabilidade da Secretaria da Mulher estar discutindo com as conselheiras, com quem participa do Conselho, o necessário desatrelamento e a necessária autonomia que o Conselho tem que ter diante do governo. Não é um conselho do governo. É um conselho do qual participam pessoas ... é paritário, participam pessoas do governo, mas é um conselho que tem que ter a sua autonomia e a sua independência, o que não tem, não tem mesmo, ninguém prova para mim que tem. (...) O conselho tem que ser autônomo, independente, tem que elogiar o prefeito ou o governo quando ele acerta, tem que cacetejar, exigir, criticar, quando for necessário. Um conselho acéfalo que tem medo de criticar o governo e que tem medo de colocar as suas posições não é conselho, conselho é instrumento de democracia, e não um instrumento para ser usado de acordo ... ao bel prazer do interesse do governo. É isso que tá acontecendo com o Conselho da Mulher, acontece com os outros conselhos ... de modo geral” (E.C. – CEM e CMDM).

No entanto, esta é uma alternativa muitas vezes ingênua, pois implica que a SEM deveria desencadear uma ação que resultaria na redução do seu poder dentro do CMDM. A rigor, seria isto possível por parte de quem detém os instrumentos de poder? Em virtude das características já apontadas sobre a SEM, com sua composição de especialistas burocratas e muitas vezes sob a liderança de mulheres sem vínculo anterior com os movimentos de mulheres, muito menos com o feminismo, creio ser esta uma possibilidade remota. Não se trata de atribuir uma política maniqueísta à SEM, mas também não se pode desprezar os empecilhos impostos pela lógica estatal.

Diferentemente desta expectativa, creio que as iniciativas pró-autonomia do Conselho devam partir de membros do próprio Conselho, preferencialmente sem vínculos com a SEM. Isto é, da mesma forma que o conjunto da administração precisa ser pressionado para responder às demandas das mulheres, em determinadas questões, a SEM também precisa de pressão para reduzir seu domínio no CMDM. Por outro lado, para alcançar o que requer estrutura física e financeira, as conselheiras devem exercer pressão direta sobre órgãos superiores como Secretaria de Fazenda, de Administração, de Governo ou, no limite, diretamente ao Prefeito e, dessa forma, reduzir a intermediação da SEM nos encaminhamentos de questões internas do CMDM.

O fato de que o CMDM tenha como assessora a própria assessora da

secretária da mulher contribui para a ausência de delimitação entre os órgãos e para a confusão entre seus papéis, dificultando a autonomia do CMDM. Neste processo de construção de autonomia do CMDM, seria fundamental a existência de estrutura própria como espaço físico, orçamento e assessoria exclusiva.

A consequência desta forma de atuação do Conselho e de relação com a SEM é percebida na avaliação que as mulheres das OCFs fazem a respeito dos dois órgãos. Das nove entrevistadas, cinco não identificam diferenças entre os dois órgãos, sendo que duas destas disseram não conhecer atividades específicas do CMDM. Por outro lado, e, em parte em decorrência desta indistinção, cinco das nove entrevistadas julgaram que a SEM é mais importante do que o CMDM.

Além de todas estas questões, a dependência do CMDM em relação à SEM está também refletida no destaque que todas as secretárias da mulher tiveram dentro do CMDM. A primeira presidente do CMDM foi a então secretária da mulher, eleita por unanimidade entre as conselheiras. Na saída desta, a vice-presidente, representante da sociedade civil e membro de uma OCF, ocupou o cargo de presidente. Na entrada de uma nova secretária da mulher, esta ocupou o cargo de vice-presidente, também eleita por unanimidade e o mesmo ocorreu com sua sucessora. Esta dinâmica demonstra que a valorização à secretária da mulher não se deve a um poder pessoal, mas, sobretudo, é uma valorização ao cargo, independentemente de quem o ocupe.

Muitas vezes, acompanhando o cotidiano do CMDM, a impressão que se tem é de que as conselheiras “delegam” à SEM a tarefa de conduzir os trabalhos e propor ações. Trata-se do mesmo risco de delegação do movimento aos instrumentos estatais, como apontado por Eva Blay (BLAY, 1999), mas, desta vez, ocorrendo dentro do próprio Conselho, que, a rigor, é um instrumento estatal. O fato de muitas das conselheiras “delegar” à SEM a tarefa de condução do CMDM reforça um formato de participação passiva. Este é um quadro que envolve representantes da sociedade civil e do poder público. Há uma responsabilização à SEM em relação ao funcionamento do CMDM.

As OCFs, embora não sejam as únicas representantes da sociedade civil no CMDM, também recebem uma parcela dessa responsabilidade, uma vez que

estão diretamente envolvidas com as questões da mulher e são o segmento com maior número de representantes no CMDM, sendo cinco titulares e cinco suplentes. Os demais segmentos que compõem o CMDM têm todos uma vaga de titular e uma vaga de suplente, exceto a própria SEM que possui duas vagas de titulares e duas de suplentes³³. Por isso estas avaliações sobre as conselheiras voltam-se especialmente às mulheres das OCFs, como ilustram algumas falas:

“Pois é, eu achei bastante fraca a participação das organizações comunitárias. Apesar delas entenderem que é um instrumento importante, eu acho que faltava uma preparação melhor. E isso é tarefa do Conselho mesmo, de promover debates, de preparar essas mulheres das organizações comunitárias para compreender melhor a dimensão dessas questões. (...) Do poder público eu acho que tinha algumas bastante interessadas, mas faltava debate, faltava compreensão das questões específicas para todas, para a grande maioria. Era uma dificuldade geral. A gente sentia grande diferença entre a Elza que sempre foi do movimento de mulheres e as representantes da Secretaria da Mulher, com as outras, fossem representantes das organizações comunitárias ou do poder público” (D.B. – SEM e CMDM).

“Eu ainda avalio como muito fraca (a participação das representantes das OCFs). Acho que é uma das que tem mais dificuldades de entender o papel do Conselho e o papel da Secretaria. Eu tenho me preocupado muito com essa representatividade feminina dentro do Conselho, por não saber ainda do papel dela aqui dentro e lá na sociedade. (...) Ainda tem muita gente que senta e levanta e não sabe o que é que elas estão fazendo, até nas intervenções quando elas colocam. (...) Ainda vejo muita conselheira que só fala que é do conselho aqui dentro, quando sai lá fora não divulga que ela é CMDM, nem dentro de sua própria entidade. Vem aqui fala, fala e chega lá esconde. Então isso é omitir” (R.B. – OCF e CMDM).

³³ Composição do CMDM

Sociedade civil – um representante de organizações não-governamentais; um de organizações comunitárias de idosos; um de conselhos regionais de saúde; um de entidades do movimento negro; um de entidades do ensino superior; um de sindicatos de trabalhadores; um de associações profissionais; um da Federação de Associações de Moradores; cinco de organizações comunitárias femininas.

Poder Público – um representante do Poder Legislativo Municipal e 12 representantes do Poder Executivo Municipal, assim discriminados: dois representantes da Secretaria Especial da Mulher; um da Secretaria de Ação Social; um da Autarquia do Serviço Municipal de Saúde; um da Secretaria de Cultura; um da Secretaria de Educação; um da Secretaria de Agricultura e Abastecimento; um da Companhia de Habitação de Londrina; um da Secretaria de Planejamento e Fazenda; um da Companhia de Desenvolvimento de Londrina; um da Secretaria de Recursos Humanos e um da Autarquia Municipal do Ambiente (Lei Municipal nº 7.652 de 23 de outubro de 1998, com alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 8.802, de 31 de março de 2000).

A dificuldade em “definir papéis” é sempre muito destacada pelas mulheres entrevistadas que participam do CMDM, sejam das OCFs, sejam da CEM/SEM. Um de seus reflexos são os conflitos gerados entre SEM e CMDM, entre eles a definição de autoria de determinadas ações, geralmente eventos. Estes conflitos são explicitados na fala de uma das entrevistadas:

“E aí é que eu acho que a gente ficou um pouco prejudicada, quando a gente fazia ação do Conselho e a Secretaria queria abocanhar como proposta da Secretaria e que não pode. A Secretaria tem seu espaço, ela tem que muitas vezes executar ações que o Conselho levanta, mas o Conselho tem que ser soberano às secretarias. (...) As razões assim de não consultar o Conselho para ações ou quando o Conselho deliberava as coisas, elas não tinham prioridade. O Conselho ainda depende da estrutura da Secretaria, então muitas questões que o Conselho deliberou, isso foi de certa maneira jogado para o lado, para que o Conselho não aparecesse mesmo, as ações do Conselho” (R.B. –OCF e CMDM).

A autoria de um determinado evento de fato é sempre problemática entre SEM e CMDM. Em geral as propostas partem da SEM e são apresentadas nas reuniões do CMDM mais a título de “informes”. Nos dois anos analisados, a SEM entendia que não tinha a obrigatoriedade de receber aprovação do CMDM para suas ações. De fato, em termos legais, não há tal obrigatoriedade, pois o Conselho, como foi criado, é um órgão consultivo e não deliberativo. A SEM apresentava, então, suas propostas com o caráter de contribuir para a formação das conselheiras. Sendo desta forma, já enviava quase pronto ou totalmente pronto. Conseqüentemente, ao divulgar a realização do evento, a SEM às vezes entendia que a promoção e organização é de sua autoria, já que toda a responsabilidade é sua. Outras vezes incluía-se o nome do CMDM, muitas delas entendendo que era um “favor” para dar visibilidade ao Conselho.

Mais especificadamente, incluem-se nestas circunstâncias algumas ações visando à implantação de um serviço de referência no atendimento à mulher vítima de violência pelos hospitais, os eventos da semana municipal da mulher, eventos esporádicos sobre mulher e AIDS e violência contra a mulher, entre outros. De fato, estas eram ações oriundas da SEM e informadas ao Conselho. Algumas

vezes as conselheiras pleitearam a inclusão do CMDM como co-promotor dos eventos. No caso da semana municipal de mulher de 2001, por exemplo, o CMDM esperava sua inclusão no material de divulgação que a SEM produziria, o que não aconteceu. Depois do evento passado, as conselheiras reclamaram sobre o fato e as representantes da SEM alegaram em reunião do CMDM que não houve encaminhamentos de propostas de sua parte, o que não justificaria sua inclusão.

Em resumo, algumas conselheiras acreditam que a SEM ofusca as ações do Conselho, enquanto as representantes da SEM acreditam que o CMDM espera iniciativas da Secretaria para ter visibilidade.

Entretanto, nem sempre os eventos são motivo de conflito entre a SEM e o CMDM. Em casos como as atividades de capacitação para as conselheiras, a proposta partiu da SEM, que ficou também responsável por toda a organização e estabeleceu-se uma promoção mútua do CMDM e da SEM. Entretanto, as avaliações são pessimistas quanto à adesão das conselheiras ao programa de capacitação:

“Uma das ações que nós fizemos foi trazer o curso de capacitação para conselheiros, foi uma iniciativa da Secretaria e que foi um fiasco em termos de participação e de interesse. (...) Nós sentimos que havia essa necessidade premente de capacitação de conselheiras, porque há uma interposição de papéis, há uma confusão do papel do conselheiro, do papel do conselho e do papel da SEM. Eu acho que esse foi um dos pontos mais nevrálgicos de conflito de papéis, nem foi tanto com as organizações comunitárias, foi mais em relação a isso” (R.S. – SEM e CMDM).

Em geral os conflitos, quando ocorreram, embora com pouca frequência, ficaram em torno deste debate sobre os bônus das atividades realizadas. Contudo, na maioria das vezes o CMDM e a SEM conseguem articular trabalhos conjuntos. É o caso, por exemplo, do atendimento à mulher vítima de violência, sobretudo a violência sexual, nos hospitais da cidade. O trabalho foi iniciado na SEM, com realização de seminários para profissionais da área de saúde, e posteriormente o CMDM envolveu-se. Hoje ambos gestionam junto a alguns hospitais da cidade pela implantação de um protocolo de atendimento destes casos, seguindo orientação técnica publicada pelo Ministério de Saúde.

O CMDM também gestionou junto à própria SEM e a outros setores

da administração pública pelo estabelecimento de um local e uma agenda para realização de feiras para comercialização dos produtos das OCFs, uma vez ao mês. Embora o desejo das mulheres das OCFs seja a criação de um espaço fixo e permanente, isto é, uma loja, a feira realizada uma vez ao mês tem sido a alternativa por enquanto.

Uma ação específica do CMDM foi o apoio e participação no processo de reivindicação para contratação de profissionais que deveriam atuar no Centro de Atendimento à Mulher, programa da SEM, e na Secretaria de Ação Social. Neste episódio a atuação do Conselho teve relevante importância política no sentido de pressionar pelo atendimento às necessidades das secretarias envolvidas.

Outra ação política de destaque foi a promoção de um debate, por ocasião das eleições municipais de 2000, em que o CMDM entregou aos candidatos a prefeito um documento denominado "Agenda de 2000 para as Mulheres", contendo propostas de políticas públicas voltadas à mulher.

Além destas, destacam-se seis moções encaminhadas pelo CMDM a diferentes organismos governamentais e privados, incluindo a defesa de direitos das mulheres detentas, especialmente em relação à amamentação, bem como dois pedidos de direito de resposta a jornais locais que publicaram artigos considerados ofensivos à mulher, entre outros temas.

Em termos de influências nas políticas públicas, o resultado obtido até agora tem sido algumas ações na área da saúde, que inclusive recebe atenção especial de boa parte das conselheiras, em virtude dos vínculos que estas possuem com os conselhos comunitários de saúde.

Portanto, se o CMDM consumiu bastante de seu tempo nesta gestão com questões administrativas internas e se ainda não obteve resultados significativos quanto à implantação, por parte do governo municipal, das diretrizes aprovadas na Conferência, isto não implica em dizer que este organismo seja ineficaz.

É importante avaliarmos a eficácia da ação desses organismos não somente pelas vitórias obtidas e pelas políticas implantadas, mas também pelo campo político de poder conquistado. Neste caso, a implantação do CMDM, por si só, já amplia a legitimidade política da temática sobre a mulher e gênero, na agenda

pública. No campo político, o Conselho tem se posicionado em questões públicas que atingem a mulher.

Em uma ocasião, o CMDM recebeu pedido da Câmara Municipal para apresentar parecer sobre projeto que envolvia mulheres adolescentes. De fato isto é menos do que o esperado por muitas das mulheres atuantes no Conselho, mas já esboça um campo de poder possível de ampliação. A existência do CMDM, com um processo de criação ausente de conflitos no Poder Executivo e no Poder Legislativo, revela a boa aceitação em torno das questões das mulheres. Converter esta aceitação em ações e políticas públicas efetivas é um desafio que, contudo, não deixou de existir e cabe ao CMDM seu enfrentamento.

Como esse organismo é novo e a grande maioria das conselheiras não tinha experiência de participação anterior no movimento de mulheres ou outros que lhes possibilitassem uma aproximação com o debate sobre gênero e políticas públicas, o CMDM então priorizou nestes dois anos a preparação das conselheiras nesta área. Muitas não participaram das atividades de capacitação com a dedicação necessária, mas este é também um processo não-imediato. Possui com isto o mérito de envolver mais mulheres e mais segmentos sociais, públicos e privados, nas discussões sobre gênero e políticas públicas.

O CMDM tem obtido algumas exposições públicas, as quais possuem um importante valor político no sentido de marcar presença no debate público e contribuir para a proliferação da temática mulher e gênero, visando transformar a questão da mulher em uma questão social.

Um importante episódio que poderia ter gerado conflitos entre o CMDM e o Poder Executivo teve resultado diferente disto. Trata-se da proposta de extinção da SEM e criação da Secretaria Municipal da Cidadania, que englobaria as competências da primeira. Em outros momentos, ao longo da existência da CEM/SEM, qualquer proposta, que representasse a subordinação deste órgão a outros temas, era recusada por mulheres da CEM/SEM e das OCFs, entre outras.

Desta vez, inicialmente, muitas das mulheres, provavelmente a maioria, estavam contra a proposta de reforma. Tal situação mudou quando a secretária da mulher assumiu a defesa da proposta. Como era uma questão

polêmica, a proposta foi incluída para discussão em pauta do CMDM, quando já se encontrava na pauta da Câmara Municipal. No Conselho, por treze votos a três, foi aprovado o apoio à proposta do Poder Executivo. Prevaleceu, portanto, a defesa da SEM, que recebeu adesão também da presidente do CMDM, que é representante da sociedade civil.

Este episódio reflete de duas formas distintas o domínio da SEM no CMDM. Primeiro, a proposta foi apoiada em virtude da defesa de representantes da SEM, o que retrata sua credibilidade junto às demais conselheiras do poder público e da sociedade civil, ao mesmo tempo que reflete a relativa “submissão” destas à SEM.

A segunda forma talvez seja mais perversa. Algumas mulheres apoiaram a extinção da SEM por acreditar que, com sua ausência, o CMDM teria maior autonomia de ação e política. Este é o caso de R.B., quando diz que:

“Eu avalio que na Secretaria da Cidadania ... como está ao menos na proposta ... o Conselho vai estar com mais autonomia de decisão e de discussão, o que eu não estava conseguindo realizar dentro da Secretaria da Mulher”.

Subjacente a esta expectativa de maior autonomia há também uma postura apaziguadora por parte das conselheiras em relação ao governo. Nos discursos paralelos, quando da apreciação no CMDM, apreendia-se a noção, entre algumas mulheres do poder público e da sociedade civil, de que ao apoiar a proposta do Executivo, o CMDM evitaria conflitos com a Administração e com isso receberiam maior respeito ao CMDM. Entendiam que, no caso de conflitos com a Administração, o CMDM teria menos chances de ser ouvido e atendido em possíveis solicitações. Sob este aspecto, a decisão do CMDM parece mais uma comodidade do que um convencimento político sobre a pertinência da Secretaria Municipal da Cidadania, incluindo a SEM.

Esta lógica, manifestada nos debates sobre a Secretaria da Cidadania, é mais um alerta de que o movimento de mulheres precisa estar constantemente avaliando e monitorando sua relação com o Estado. As mediações políticas entre SEM e CMDM precisam ser bem dimensionadas, estrategicamente, para que não ocorra a extinção de uma dessas institucionalidades.

A coexistência da SEM e do CMDM apresenta muitas vezes competições entre si. Avaliar que a extinção de um promoverá o fortalecimento do outro pode ser uma resposta fácil demais e um engodo para o movimento de mulheres. Esta competição precisa ser analisada por seus/suas atores/atrizes tendo em vista o fortalecimento dos instrumentos em defesa da incorporação de gênero nas políticas públicas. A extinção de uma dessas institucionalidades seria prematura, uma vez que a convivência ocorre há apenas pouco mais de dois anos. Os embricamentos das duas experiências ainda têm potencial de avanços neste projeto.

CAPÍTULO 3

CARACTERÍSTICAS E LIMITES NA INTERAÇÃO DAS OCFs COM O GOVERNO LOCAL

3.1 Parceria e dependência na relação com o Estado

Embora reconhecendo os limites na interação do movimento de mulheres com o Estado, como discutido ao longo deste trabalho, as características desta relação aqui sistematizadas permitem também interpretar que no contexto londrinense o Estado pode contribuir para a politização de gênero em alguns setores do movimento de mulheres, neste caso especialmente entre as OCFs.

A alternativa apontada como forma de resistência do feminismo em relação à tradução política da categoria gênero tem sido a constante interlocução de feministas com o Estado. Sonia Alvarez então propõe que,

“(...) se entendemos que um dos processos importantes subjacentes às políticas públicas é o de tradução político-cultural dos discursos por parte dos agentes do Estado, precisamos então nos engajar no monitoramento e na implementação não só das políticas públicas mas também dessa produção discursiva e estar continuamente engajadas num processo de retradução” (ALVAREZ, 2000b, p. 24).

Como em Londrina essa interlocução com o feminismo é escassa, as traduções político-culturais que na prática ocorrem na atuação dos órgãos municipais devem-se, pode-se dizer, muitas mais aos limites estruturais em sua articulação com o movimento de mulheres do que a qualquer concepção maniqueísta do Estado. Diante da configuração do movimento de mulheres em Londrina, as organizações comunitárias femininas constituem-se no principal interlocutor da Secretaria Especial da Mulher e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, e vice-versa.

É certo que *“as formas de interlocução das mulheres entre si e com o Estado serão diferentes segundo o grupo a que pertençam”* (GUZMÁN, 2000, p. 73). Disto decorre então que a experiência vivida em Londrina é diversa daquela onde há atuação do feminismo.

Certo é também que a SEM e o CMDM não representam a mesma radicalidade do movimento feminista e, dada a existência de uma lógica institucional diferente dos movimentos, é de se supor que esta não é uma possibilidade exequível dentro do Estado. Mesmo assim, essas institucionalidades, em Londrina, são a principal porta-voz dos ideais propagados pelo feminismo, apesar de seu “açucaramento”, tomando emprestada a expressão usada por Leda Machado (MACHADO, 1999). Caso não existissem, é muito provável que este debate também não existiria em Londrina com a mesma dimensão em que há. Nisto repousa sua grande contribuição, especialmente junto às OCFs, mas também no interior da Administração e para toda a cidade. Tratando-se das OCFs, esta contribuição também repousa no apoio político e material que a SEM/CEM oferece, visando a consolidação de grupos organizados de mulheres.

Em geral, as associações de mulheres contam com o apoio financeiro da Prefeitura do Município de Londrina para o funcionamento dos grupos de produção. Em algumas circunstâncias, esse apoio foi sistemático e, em outras, foi episódico. Mesmo com a persistência dos grupos de produção, a atuação da SEM tem contribuído para a mudança na agenda política dessas associações.

A característica destes grupos de priorizar a autogestão nos projetos de geração de renda dá o formato também a um tipo específico de prioridade nas reivindicações ao poder público local, por parte das OCFs. A fase das reivindicações por postos de saúde, asfaltos e escolas, de certa forma foi vencida. Os principais interesses hoje são recursos físico e financeiro para funcionamento dos grupos de produção e para comercialização de tal produção. Esses recursos são em geral solicitados ao poder público, via Secretaria Especial da Mulher, pois os projetos, via de regra, não são auto-sustentáveis. Além disso, apenas duas, das nove associações pesquisadas, dispõem de sede para seus trabalhos e a característica de trabalhar com grupos de produção agrava tal carência.

Entretanto, se a geração de renda é a principal preocupação das associações de mulheres, isso não restringe suas atuações voltadas às questões femininas. Atividades como oferta de cursos de trabalhos artesanais, promoção de festas, visitas domiciliares às famílias, encaminhamentos de mulheres vítimas de violência ao CAM e organização de palestras também fazem parte de suas rotinas. Todas essas são atividades sempre realizadas com apoio da Prefeitura do Município de Londrina, principalmente via Secretaria Especial da Mulher.

Da mesma forma, muitos outros itens compõem a listagem de solicitações que normalmente essas associações fazem à Prefeitura, na maioria dos casos à Secretaria Especial da Mulher. Além de recursos financeiros, solicitam com freqüência espaço físico para uso da associação, local para comercialização dos produtos e matéria prima para produção artesanal. Solicitam também cestas básicas e passes de ônibus para distribuição nas comunidades, orientações técnicas, legais e administrativas para funcionamento das associações, transporte de materiais e de pessoas para participação em eventos públicos, realização de palestras sobre temáticas relacionadas às mulheres, contribuições para festas promocionais e, numa ocasião específica, pleitearam vagas para mulheres na Frente de Trabalho³⁴.

No campo de demandas dessas organizações comunitárias femininas, é notável a relativa ausência de reivindicação por creches ou ampliação do atendimento nas creches. Das nove associações pesquisadas, apenas uma alegou existir vagas suficientes para atendimento de creche em sua área de abrangência. As outras oito reconhecem a precariedade no atendimento, mas apenas uma citou essa reivindicação dentre as lutas da associação, a qual conquistou a implantação da creche, porém com capacidade abaixo da demanda. Outras cinco, quando questionadas diretamente sobre o tema, disseram já ter reivindicado, mas sempre com pedidos informais e com pouca insistência para seu atendimento. Duas associações disseram nunca ter reivindicado esse serviço público, que atinge diretamente o cotidiano das mulheres.

Trata-se, no caso das creches, de uma das principais bandeiras do movimento popular de mulheres no Brasil, porque diminui as tarefas domésticas,

³⁴ A Frente de Trabalho é um projeto que contrata pessoas em situação de risco social para execução de serviços na Prefeitura. Originalmente seria um trabalho temporário, mas há muito tempo perdeu tal característica.

liberando as mulheres para o mercado de trabalho ou outras atividades, inclusive políticas. No entanto, esta é uma demanda que não encontra eco entre as organizações comunitárias femininas em Londrina, bem como em nenhum outro segmento. A ausência de preocupação com essa questão pode ser fruto da escassez de interlocução dessas associações de mulheres com outros segmentos do movimento de mulheres brasileiro. Para estabelecer essa interlocução seria necessário construir relações externas à Londrina. É visível, no conjunto de declarações das lideranças dessas associações, a ausência de interlocução com outros setores do movimento de mulheres, dentro ou fora de Londrina.

Em virtude disto, a Secretaria Especial da Mulher é citada como a principal parceira na realização das atividades das associações de mulheres, mas, na maioria das vezes essas associações contam também com o apoio de outros órgãos e instituições. Na área de capacitação para os grupos de produção, bem como para outras mulheres, muitas das associações já contaram com o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura, da Universidade Estadual de Londrina e da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, além da Secretaria Especial da Mulher. Nesta área há tanto atendimento às reivindicações das associações de mulheres, quanto propostas oriundas dos próprios órgãos públicos, que buscam o envolvimento das associações de mulheres para sua realização.

No campo da sociedade civil, o principal interlocutor dessas associações de mulheres, tratando-se de organizações da região sul da cidade, é o Conselho de Saúde da Região Sul - CONSUL³⁵. Este Conselho é comunitário e é o movimento mais organizado da região sul, bem como o mais forte dentre os conselhos regionais de saúde de toda a cidade. Através do CONSUL algumas associações de mulheres da região já receberam em várias ocasiões recursos financeiros provenientes da Fundação Kellog's, que mantém convênio com o Conselho.

Neste mesmo sistema de parcerias com esses interlocutores, as associações de mulheres realizam ou participam de atividades educativas. A

³⁵ Entre os interlocutores da sociedade civil, o CONSUL é a entidade mais citada nas entrevistas estruturadas, por cinco das oito entrevistadas na região. Muitas destas mulheres militam no CONSUL, onde há vagas de representação específica para as associações de mulheres da região sul da cidade.

Secretaria Especial da Mulher e, mais recentemente, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher são os órgãos que mais apresentam iniciativa nessa área, ofertando palestras sobre saúde da mulher, violência contra a mulher, gênero e políticas públicas, cidadania da mulher, gravidez na adolescência, mulher e AIDS, sexualidade, auto-estima³⁶, entre outras.

Como todas essas associações acabam conciliando um tipo de trabalho voltado à assistência social em suas área de abrangência, elas contam também com o apoio da Secretaria Municipal de Ação Social e do Programa de Voluntariado do Paraná - PROVOPAR . Também nestes casos há uma via de mão dupla. Os órgãos públicos atendem algumas das demandas assistenciais encaminhadas pelas associações de mulheres e estas, por sua vez, atuam de certa forma como suporte desses órgãos nas comunidades, auxiliando no trabalho das assistentes sociais.

Embora contem eventualmente com apoio financeiro de órgãos como a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família ou de organização internacional não governamental, como é o caso da Fundação Kellog's, o fato é que a maior parte de recursos geralmente é proveniente da Prefeitura. A necessidade de buscar recursos públicos torna-se mais proeminente nessas associações em função de suas características de priorizar a oferta de cursos para a comunidade e subsidiar o funcionamento dos grupos de produção.

Nas ocasiões em que receberam regularmente recursos municipais, sempre foi a título de subvenção social. Este é um tipo de verba que as associações recebiam para suas atividades rotineiras, sem a exigência de projeto social específico, contendo caráter da ação a ser executada, público alvo, objetivos e metas a serem cumpridas e cronograma financeiro. Assim sendo, todas as associações contavam com a previsão do mesmo montante a ser recebido. Em função deste perfil do processo, muitas vezes algumas associações recebiam as verbas sem ter planejamento para sua aplicação.

Dentre as nove associações, apenas duas nunca receberam subvenção social, mas contavam com apoio esporádico, como doação de matéria

³⁶ Os temas sobre sexualidade e auto-estima eram desenvolvidos com frequência durante o período de 1993 a 1996. Na gestão de 1997 a 2000 eles desapareceram.

prima para os grupos de produção. Enquanto vigorou, a subvenção garantia a maior parcela dos recursos das associações. Foi repassada durante alguns anos pela Secretaria de Ação Social, desde 1993. Em 1999 essa atribuição foi transferida para a Secretaria Especial da Mulher, seja pelas características das beneficiárias por serem associações de mulheres, seja pelas mudanças na Secretaria de Ação Social, que passou a operar com a modalidade de contrato de gestão como forma de efetuar repasses para instituições prestadoras de serviços. Neste caso, as organizações comunitárias femininas não estavam preparadas tecnicamente para trabalhar com o contrato de gestão e, a rigor, não são instituições prestadoras de serviços.

Quando transferida para as competências da Secretaria Especial da Mulher, a subvenção social teve seu valor quase duplicado. No exercício de 1999, treze organizações comunitárias femininas foram incluídas no orçamento e, destas, nove firmaram convênio para recebimento da subvenção. Em 2000, dezoito organizações constavam do orçamento e quinze firmaram o convênio. Em função das dificuldades para cumprir os requisitos legais exigidos pelo poder público, as outras associações não puderam firmar o convênio.

Com o início de uma nova administração em 2001, a subvenção social foi suspensa, sobretudo em razão de uma nova orientação política sobre o trabalho e também em função das dificuldades financeiras que a Prefeitura enfrentava. Embora desejassem sua manutenção, as associações de mulheres não apresentaram nenhuma forma de pressão para a continuidade dos repasses de verbas. Na maioria das vezes, as lideranças alegavam a compreensão em torno dos problemas financeiros da Prefeitura, mas outras vezes apontavam também a desarticulação e a apatia por partes das lideranças femininas, como se pode observar nas seguintes falas:

“A gente está pensando ainda como que a gente vai fazer, se vai reunir todas as associações que já recebiam esse convênio e a gente vai falar com o prefeito, ou cada uma vai fazer a sua reunião lá com ele. (...) A gente tá vendo também que ele está tendo dificuldades, então a gente está esperando” (M.C. – OCF).

“(...) até porque a Secretaria (Especial da Mulher) faz um trabalho muito bom, a gente não questionou, mas a gente achou errado (a não renovação dos convênios). (...) Se a gente questionasse, uma associação sozinha não tem êxito e a maioria das associações não

queria questionar. (...) Também eu acho assim, que tem um comodismo muito grande das nossas lideranças, porque ninguém nunca se juntou para ir lá e falar para ela (a secretária): 'vai ter isso ou não vai ter?' Eu acho que é um grande fracasso nosso como liderança de não estar cobrando esse tipo de coisa. Pode não ter convênio, mas que explique o por quê" (E.T. – OCF).

Seja por compreensão quanto aos problemas financeiros da Prefeitura, seja por apatia dessas lideranças, a ausência de pressão ao governo municipal pela continuidade do benefício revela a passividade dessas mulheres em acatar, sem muitos questionamentos, as decisões tomadas pelo governo e que as afeta diretamente. Este é mais um indicador de ausência de autonomia na atuação dessas lideranças femininas, quando não buscam influenciar nas tomadas de decisões.

Todas as associações explicitam o interesse em continuar recebendo ou passar a receber recursos municipais. As lideranças das instituições, que já foram contempladas pela subvenção social, destacam sua importância para as associações de mulheres, como demonstram algumas delas:

"Eu acho que há interesse muito grande em continuar recebendo recursos da prefeitura, porque foi o que manteve a associação esse tempo todo. Se existiu um trabalho feito pela associação durante esses quatro anos, que eu fui presidente, foi através da convênio com a Prefeitura" (M.C. – OCF).

"Claro que para nós, a ajuda que veio da Prefeitura no convênio, mesmo sendo pouca, para nós foi muito importante, porque a gente pode fazer alguma coisa pela comunidade" (C.B. – OCF).

"Eu acho também que foi um exercício muito forte, porque as pessoas aprenderam a planejar um pouco, planejar, dividir e prestar conta desse pouco. Isso também foi um exercício de capacitação de cidadania, das pessoas aprenderem a administrar o que é público. Isso também ajuda para um novo conhecimento das pessoas" (R.B. – OCF).

"Nós tivemos convênio com a Secretaria da Mulher, onde nós tivemos condições de fazer bastante encaminhamento de formação e capacitação. Graça ao convênio a gente pode capacitar várias pessoas. Os que estão na costura hoje estão profissionalizados" (E.T. – OCF).

A importância da subvenção social, como assumida pelas mulheres das associações beneficiadas, e a ausência de reivindicação por sua continuidade, representam uma situação paradoxal que vem reforçar a interpretação de passividade dessas mulheres e de heteronomia³⁷ na relação com a administração municipal. Mesmo compreendendo as dificuldades financeiras, poderiam elas buscar alternativas de negociação, envolvendo tempo, valor e objetivos dos convênios a serem firmados.

Quando a participação dessas lideranças se restringe à racionalidade e interesses do governo, compromete-se a capacidade de aprofundar as propostas gestadas na sociedade civil, o que para Boaventura de Souza Santos resulta em um estreitamento da esfera pública. Segundo o mesmo autor, isto é fruto de uma ambigüidade em geral presente na politização do Estado: incluem-se novos/as atores/atrizes, sem contudo ampliar a esfera pública e alterar a política sintetizada pelo Estado (SANTOS, 1999). No caso dessas mulheres, esta postura é mais uma tentativa de evitar possíveis conflitos com a administração municipal, o que poderia comprometer por maior tempo a obtenção de recursos públicos.

A interferência da dependência financeira para a autonomia política das associações de mulheres era uma das preocupações da pesquisa. Quanto a isso, das nove associações pesquisadas, apenas uma aponta o risco das associações sofrerem prejuízo de sua autonomia, quando dependem de recursos repassados pelo governo municipal. As outras lideranças das oito associações alegam que não há interferência quanto à autonomia.

O fato de receberem recursos financeiros diretamente de órgãos públicos, principalmente municipais, não conta ainda com uma avaliação uniforme entre as lideranças entrevistadas e mesmo para cada uma das lideranças. Algumas o interpretam a partir de uma noção de direito que essas organizações teriam em relação ao poder público. Outras interpretam como uma relação de parceria em que as associações de mulheres assumem algumas atividades que deveriam ser

³⁷ A hereronomia é o contrário de autonomia, o que significa dizer que a vontade dos sujeitos depende e é determinada por outros atores. Ver: DABOIT, Pedro Carlos. **Do Sócio-Religioso ao Sócio-Político**: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a Igreja Católica no oeste catarinense. Florianópolis: UFSC, Dissertação de Mestrado, 1996.

oferecidas pelo poder público, mas que ele tem dificuldade de fazer diretamente. Outras avaliam como uma “ajuda” indispensável para a sobrevivência dessas associações. Estas diferenças podem ser observadas nas seguintes falas:

“Eu acho que foi um direito das associações, porque elas tinham um trabalho desenvolvido pra aquilo” (M.J. – OCF).

“Eu acho que se todas as organizações ... se for capacitada para trabalhar com convênio e gerenciar recursos públicos, acho que é uma maneira da comunidade estar recebendo um pouco também dos impostos que eles pagam. (...) Eu vejo que tem necessidade sim da gente trabalhar com projeto para convênio com a prefeitura (...), que nem esse que a gente trabalhou que era de buscar a capacitação das mulheres, tá tendo curso de geração de renda. Isso tem necessidade, porque muitas vezes a prefeitura mesmo não pode fazer isso, ainda mais agora com essa Lei de Responsabilidade Fiscal” (R.B. –OCF).

“A ajuda que eles (poder público) deram não só para nós, mas para as outras associações também, foi muito bom para a prefeitura também, porque ajudou a nível social para as assistente social trabalhar na comunidade. Porque era dividido o trabalho com a associação. As mulheres da associação faziam uma etapa do trabalho da assistente social. (...) Então foi um trabalho assim de nível social que ajudou a prefeitura, ao mesmo tempo a prefeitura ajudava as associações com esse repasse” (M.C. – OCF).

“A gente vai mais para cobrar e pedir ajuda e está arriscado a levar um não, mas quando a gente precisa tem que ir pedir ajuda, porque eles que são maior do que a gente” (E.B. – OCF).

A substituição de ações de poder público é destacada nas duas associações envolvidas na etapa das entrevistas em profundidade: Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato e Associação de Mulheres do Patrimônio Selva. No entanto, às vezes essa substituição pode adquirir um caráter mais perverso, uma vez que contribui para um maior afastamento da população em relação aos órgãos públicos, como se pode observar em uma das falas.

“Nós aqui é tipo uma sub-prefeitura. Eu sei como funciona hoje o PROVOPAR, a (Secretaria de) Ação Social ... porque vem uma pessoa aqui e ela precisa de fralda descartável e ela fala para mim: ‘ah, mas eu vou lá, tá demorando vir eu vou lá na prefeitura’. Eu falei: ‘bom, se você for lá...’. Simplesmente hoje a associação é uma

referência por causa disso, se alguém chegar hoje lá no Provopar e falar 'eu quero uma cesta básica' – 'onde você mora?' – 'na Selva' – 'então você vai procurar a associação lá, tem uma pessoa que vai atender' (...) Se elas vai lá por conta, elas vai voltar do mesmo jeito que foi. (...) Eu já vi gente maltratar gente lá na porta ... então isso para mim ... eu acho assim uma grande grandeza, porque a gente chega lá e já sabe com quem conversar, quem é a pessoa certa. (...) Se eles vai lá, eles volta do jeito que eles foram ... e volta revoltado, porque eles não sabem com quem falar, às vezes fala com a pessoa errada, a pessoa maltrata ele" (M.J. –OCF).

A perversidade deste processo está no fato de que a liderança valoriza suas relações pessoais dentro dos órgãos públicos, como forma de obter bom atendimento e, dessa forma, não questiona a qualidade do atendimento público à população em geral. Esta é uma característica que dificulta a democratização do Estado, entendendo-a como maior acesso da população e participação no funcionamento dos aparelhos estatais, com capacidade de influenciar nas decisões.

3.2 Problematizações sobre a Questão de Gênero

As Associações de mulheres envolvidas nesse estudo são todas organizadas com base em uma referência geográfica, tal como ocorre com as associações de moradores. Na maioria das vezes abrangem mais de um bairro em sua área de representação.

Quando essas associações de mulheres surgiram, repetia-se entre elas a tendência presente no Brasil de dar prioridade à luta pela melhoria das condições de vida da família e da comunidade. Desde a década de 80, estudos sobre essa forma de organização das mulheres debatiam a possibilidade de que suas participantes pudessem politizar questões específicas de gênero³⁸. O que se colocava, e ainda se coloca em questão, é analisar se as ações dessas mulheres

³⁸ Algumas teses pessimistas nesse debate podem ser encontradas em CHIRIAC e PADILHA, 1979; BARROSO, 1982 e SOARES, 1998. Ao contrário, teses otimistas podem ser encontradas em ALVAREZ, 1988 e MACHADO, 1995.

modificam ou reforçam seus papéis tradicionais de esposas e mães.

As associações de mulheres analisadas de fato surgiram com a noção de que as questões dos bairros e as questões das mulheres são idênticas, propondo com isso uma noção de cidadania sem a crítica sobre as relações de gênero. Em suas propostas iniciais não se tratava de organizações com a preocupação em torno da situação da mulher, enquanto gênero, mas muito mais em torno das necessidades geradas pela condição de pobreza de seus bairros, abrangendo demandas para a comunidade com um todo. Isso se explica pela precariedade da estrutura de bens de consumo coletivo disponíveis nessas áreas, o que atinge mais diretamente o cotidiano das mulheres. São, portanto, demandas geradas pela estrutura da divisão do trabalho por linhas de gênero, mesmo que a questão de gênero não esteja tematizada (MACHADO, 1995).

Embora seja ainda bastante significativa a freqüência de demandas dessas associações de mulheres por bens de consumo coletivo, é notório o fato de que as demandas voltadas para questões femininas sejam atualmente a maioria dentre suas indicações de lutas. Houve, portanto, um certo avanço das demandas de mulheres para demandas para mulheres, quando comparadas com as preocupações apontadas como motivo de criação das associações, bem como com as prioridades apresentadas em seus estatutos, onde a mulher aparecia sempre em segundo plano nos objetivos da entidade. Corroboram isso o fato de que algumas dessas lideranças insistem em diferenciar as associações de mulheres dos clubes de mães, mesmo que a maioria não tematize essa questão.

As demandas por necessidades práticas, direcionadas aos bens de consumo coletivo e engendradas a partir dos interesses do bairro, têm paulatinamente se deslocado do centro discursivo das mulheres das OCFs. Elas geralmente continuam defendendo o atendimento de tais necessidades, mas não as apontam como objetivo atual das associações.

As demandas que focalizam as necessidades das mulheres, como é o caso dos projetos de geração de renda, configuram-se ainda como necessidade prática, visando minimizar as dificuldades das mulheres dentro do padrão das relações de gênero, sem atacar diretamente a questão da subordinação feminina.

Entretanto, como é sempre possível a passagem das necessidades práticas para os interesses estratégicos (MACHADO, 1999), decorre, neste caso, que os projetos de geração de renda têm contribuído para fomentar a experiência de participação de muitas mulheres no espaço público.

Em função das limitações, principalmente materiais, desses projetos, dificilmente essas mulheres venham a superar a subordinação, mesmo assim a nova experiência possibilita novas negociações de gênero, que não rompem, mas alteram as relações de poder (SCHMUKLER, 1995). São, portanto, interesses estratégicos em gestação.

Essa mudança de postura nas associações de mulheres pode ser atribuída, por um lado, à intervenção de caráter ideológico da Coordenadoria/Secretaria Especial da Mulher e mais recentemente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e, por outro, à própria interação das diversas associações de mulheres entre si. Com isso, entendo que, em Londrina, esses órgãos estatais têm cumprido, em parte, o papel desempenhado por grupos feministas em outras cidades.

Atualmente, entre as preocupações das associações de mulheres, a reivindicação por projetos de geração de renda para mulher é claramente a mais destacada. Depois segue-se a preocupação com a violência contra a mulher, com a saúde da mulher, com o resgate de sua auto-estima e com a fomentação de formas de organização das mulheres. Essas preocupações revelam a penetração de elementos politizadores sobre a questão de gênero, pois elas passam a falar na condição de mulheres. Gesta-se assim um discurso da mulher como sujeito de direito, o qual convive com o discurso do direito de atendimento às necessidades sociais básicas das comunidades dos bairros.

Contudo, isto é com freqüência tematizado em relação à situação de pobreza da mulher, mais do que em relação à sua situação de subordinação. Neste quadro faz-se ausente, de ambos os lados – associações de mulheres e órgãos governamentais –, as tematizações sobre a divisão sexual do trabalho e sobre o lugar destinado à família em seus discursos. Como conseqüência, as demandas feministas vão se transformando em *familismos*, que, no processo de tradução

político-cultural, substituíram a demanda por empoderamento das mulheres por demandas que visam ao fortalecimento das famílias (ALVAREZ 2000b).

A defesa da família como foco de preocupação é uma característica presente já na formação das organizações comunitárias femininas. A Coordenadoria Especial da Mulher, diferentemente, surgiu com a intenção de encampar projetos feministas. No processo de aproximação e interlocução entre essas duas esferas, e diante da ausência de grupos feministas, os órgãos municipais voltados para questões da mulher e de gênero passaram a incorporar mais explicitamente a defesa da família e o interesse pelos grupos de produção das associações de mulheres, como forma de minimizar as possíveis resistências ao feminismo, o que resultaria em resistência a esses órgãos. Nesse contexto, a categoria gênero, introduzida a rigor pelos órgãos municipais, é, às vezes, empregada como contraponto ao feminismo, como revela uma entrevistada:

“A gente sempre lutou muito para não parecer feminista, mas preocupada com a questão de gênero, homens e mulheres” (M.A. – CEM/SEM).

Do ponto de vista analítico, a experiência em Londrina permite-me fazer a interpretação que conduz às suas formas de tradução político-cultural da categoria “gênero”, refletida na redução de seu conteúdo crítico sobre a subordinação feminina. Corrobora essa análise o perfil dos cursos realizados pelas duas esferas – poder público e organizações comunitárias femininas –, bem como o destaque dado à família e o relativo silêncio sobre a subordinação da mulher.

Neste caso, verifica-se que essa combinação das ações das duas esferas não tem sido desafiadora dos padrões de gênero, inclusive porque as atividades de geração de renda limitam-se à produção artesanal e enfocam a pobreza, sem focar a subordinação. Embora às vezes se faça presente a preocupação com a independência financeira da mulher, o fato é que essas atividades não têm capacidade de produzir tal resultado, pois o faturamento é muitíssimo baixo. Decorre então que, nestes contextos, há um certo deslocamento entre as preocupações discursivas e as atividades desenvolvidas.

A radicalidade presente na proposição da perspectiva de gênero,

enquanto combate à subordinação feminina, é explorada, via de regra, nos eventos da SEM e do CMDM, mas ainda não se materializou em ações práticas desses órgãos. A subordinação feminina e a necessidade de empoderamento das mulheres estão presentes em algumas falas das entrevistadas da SEM e na orientação de suas palestras e oficinas. No entanto, isto ainda não rompeu os limites do discurso para a implantação de ações específicas no campo das políticas públicas. Daí a existência de ambigüidades em seus projetos de interação social.

Em tese, a Secretaria Especial da Mulher encontraria melhores condições políticas e financeiras para superar tais ambigüidades, uma vez que dispõe de estrutura de funcionamento mais bem estabelecida do que as organizações comunitárias femininas, contando com orçamento próprio, com quadro funcional relativamente qualificado, sendo a maioria com curso superior e com possibilidade de trânsito para estabelecer parcerias com outros órgãos municipais. Isto é, teoricamente o Estado possui melhor estrutura e mecanismos para implantar projetos de geração de renda e de profissionalização mais eficazes do que os resultados atingidos pelos grupos de produção das OCFs.

Contudo, isso não se realiza com voluntarismos e, na prática, ambas as esferas – Secretaria e Conselho, bem como associações – sofrem das mesmas limitações materiais. Atuam mais na base do possível, do que do desejável. Além disso, cada vez mais se tornam menos claras no interior da Secretaria Especial da Mulher e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, as intenções de atuar por orientações feministas, o que coloca sob suspeita a existência de objetivos em torno do empoderamento das mulheres.

No que diz respeito ao empoderamento das mulheres, há grandes precariedades na estrutura da SEM, em virtude da baixa atenção que recebe dos governos, como já apresentado. As duas principais áreas de preocupação da SEM – o combate à violência contra a mulher e o enfrentamento à pobreza feminina – dependem de estruturas públicas que complementem a eficácia dos seus objetivos. No primeiro caso, seria fundamental a existência de casa abrigo para mulheres, pois, só assim elas exerceriam o poder de decidir sobre suas vidas, podendo então romper com o ciclo da violência. No segundo caso, seria fundamental a implantação de

projetos que, de fato, gerem renda e, assim, as mulheres possam conquistar sua independência financeira e redefinir seus papéis de gênero. Para tanto é importante a diversificação das áreas de formação profissional da mulher.

Do ponto de vista político, e ponderando as ambigüidades do processo, é possível também vislumbrar que os pontos, aqui abordados como limitadores dessa experiência no que diz respeito à emancipação da mulher, possam, diferentemente, ser adotados por esses/as atores/atrizes como estratégia de aglutinação das mulheres e como início de um projeto de empoderamento, adaptado às suas reais capacidades e limitações. Desta forma, a geração de renda com artesanato, embora não garanta a independência financeira da mulher, contribui para fomentar uma base organizativa das mulheres que, se não atribui poder econômico, gesta um processo de empoderamento social.

Por outro lado, a visão *familista* (JELIN, 1995 e ALVAREZ, 2000b) também pode ser uma política estratégica visando atrair mais aliados para seus interesses de empoderamento das mulheres, legitimando-os pelos benefícios indiretos à toda família e sociedade. Neste caso, o reforço à família não representa, necessariamente, o reforço do papel tradicional da mulher, pois estão lhe atribuindo um papel ressignificado, com maior poder no interior da família. Esta parece-me ser uma ressalva importante de se fazer sobre a prática nesses grupos de mulheres. Pode-se identificar entre eles que a defesa de uma instituição como a família pode abarcar, simultaneamente, o projeto de um papel diferenciado para a mulher, com maior autonomia e poder, dentro e fora da família.

Estas são possibilidades que não podem ser fechadas na análise sociológica, mas sua proliferação entre a maioria dos grupos dependerá dos encaminhamentos adotados pelos/as atores/atrizes envolvidos/as e do resultado da correlação de forças que se fizer presente. De qualquer forma, creio que não se trata de vislumbrar a possibilidade de que essas organizações comunitárias femininas venham a ser, efetivamente, grupos feministas, tais como os tradicionais. Mas podemos pensar em um outro tipo de feminismo. Questões como a dupla jornada de trabalho, a divisão sexual do trabalho, o aborto e o lesbianismo, entre outras, dificilmente farão parte das agendas dessas organizações comunitárias femininas, e,

conseqüentemente, da Secretaria Especial da Mulher e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Estamos, portanto, diante de um quadro que, da mesma forma como se pode falar de vários feminismos, também pode-se falar de várias perspectivas de gênero.

Se por um lado a SEM e o CMDM encontram inúmeras dificuldades para implantar políticas públicas com a perspectiva de gênero nos vários setores do poder público, por outro, essas institucionalidades têm o mérito de colocar e manter o debate sobre mulher e gênero na agenda pública. A promoção de eventos e algumas publicações de autoria da SEM desempenham a função de alimentar os debates sobre esses temas e, de qualquer forma, estimulam o envolvimento de outros segmentos. Dito de outra forma, a principal contribuição da SEM e do CMDM não se localiza na execução de projetos, mas na capacidade de promover a proliferação política da perspectiva de gênero, o que tem compensado seus esforços. Espera-se que isto resulte em ações concretas em outros órgãos.

É importante destacar que a ampliação das bases das OCFs, através da defesa de que os interesses das mulheres redundariam em benefício para toda a família e comunidade, é essencial para a sobrevivência das OCFs. Do contrário, suas lideranças não conseguiriam nem agrupar as mulheres dos bairros para atividades da associação, em virtude das possíveis resistências dos maridos, como já discutido. Não se trata, portanto, de imputar a essas mulheres a exigência de adotarem, com rigor, os ideais feministas. Trabalhando nas “brechas” possíveis em seus contextos, essas OCFs promovem algumas mudanças no cotidiano de mulheres nos bairros da periferia.

Céli Pinto, por exemplo, considera que há a necessidade de o feminismo ampliar suas agendas, saindo do interesse particular e corporativista e englobando temas que dizem respeito ao interesse geral. Essa é a alternativa que a autora visualiza para que as feministas possam ampliar sua inserção na arena política (PINTO, 1994b). De certo modo, é esta a mesma intenção das mulheres das OCFs e elas executam-na englobando as preocupações com o bem-estar familiar.

Dessa forma, a radicalidade da perspectiva de gênero e de empoderamento das mulheres é “açucarada”. No entanto, não se pode desprezar que

mesmo assim propicia mais potencial de pequenas mudanças nas relações entre homens e mulheres, do que sem a introdução da perspectiva de gênero.

3.3 Problematizações sobre Democracia

Na tradição ocidental, dicotomias como público/privado, produção/reprodução e masculino/feminino serviram como elementos “fundantes” da relação de subordinação da mulher ao homem, ou, em outros termos, de dominação da mulher pelo homem. Tais dicotomias serviram também de fundamento para a construção da esfera pública no ocidente, que exclui a participação da mulher (BUTTAFUOCO, 1995; GROPPi, 1995; ROSSI-DORIA, 1995; SARACENO, 1995; ARENDT, 1993).

Diante da constatação de que a esfera pública ocidental foi construída com base na exclusão da mulher, teóricas feministas construíram uma problemática de análise da articulação entre relações de gênero, democracia e cidadania (FRASER, 1997 *apud* PINTO, 2000; BONACCI e GROPPi, 1995; MOUFFE, 1996; COSTA, 1997; SILVEIRA, 1999). Com isso, tornou-se uma reivindicação comum a noção de que o aperfeiçoamento da democracia requer a inclusão das mulheres em sua arena pública, assim como de outros grupos em desvantagens sociais. Para tanto, demanda-se do Estado a promoção de ações para eliminar as desigualdades de gênero, objetivando a equidade entre homens e mulheres, nas esferas pública e privada (COSTA, 1997 e BLAY, 1999). Essa reivindicação tem se conjugado com a defesa da democracia participativa, abrindo com isso mais canais para a participação feminina.

A democracia participativa, entendida como participação ativa e autônoma dos sujeitos (BOBBIO, 1986), é concebida como condição básica para a implantação de políticas com a ótica de gênero. Isto porque a incorporação de gênero nas políticas públicas requer a participação das mulheres em seu planejamento e avaliação, uma vez que a defesa de interesses tem um significado de

conscientização e de coletivo, que não podem ser definidos *a priori* pela burocracia (MACHADO, 1999).

A correlação política entre a democratização das relações de gênero e a democratização do Estado lançou desde cedo a atuação do movimento de mulheres no Brasil para o campo mais propriamente político. A indicação disto foi a forte atuação desse movimento nas lutas pela redemocratização do país, iniciadas na década de 70 (BLAY, 1983; TOSCANO e GOLDENBERG, 1992 e PINTO, 1992). Desta forma, historicamente, o movimento de mulheres teve presença marcante nas lutas democráticas, abarcando questões gerais de toda a sociedade. A politização de gênero tornou-se um instrumento de interpelação da noção tradicional de democracia e de proposição para sua redefinição, o que é incorporado por todas as ex-secretárias:

“Nós queremos uma democracia onde nossas diferenças sejam respeitadas, nós somos mulheres, não somos homens, os homens são homens, não são mulheres, mas isso não pode ser obstáculo na construção desse novo projeto, onde a igualdade de oportunidades seja uma realidade, onde as divergências e as concepções diferenciadas entre homens e mulheres também não sejam obstáculos, onde a gente não seja ... não sejam delimitados locais onde as mulheres devem ficar e os homens devem ficar, quando nós devemos nos manifestar e quando nós não podemos nos manifestar. Então, o corte, o viés de gênero, a ótica, a leitura de gênero, dentro dessa construção é fundamental, senão não tem democracia” (E.C. – CEM/SEM).

“Na questão de gênero com a democracia, acima de tudo, eu acho que o mote é a igualdade. Mas homens e mulheres não são iguais! (...) Então a questão de gênero e democracia elas estão intimamente ligadas. Não dá para ter um país democrático aonde não se discute isso. Eu vou além, não queria que se discutisse, eu queria que não houvesse mais essas diferenças. Então, sem discutir, nós estamos muito longe da democracia, muito, muito, muito longe. (...) Então, enquanto não se discutir a questão de gênero, a democracia está muito longe. Enquanto a gente ganhar 40% a menos do que os homens, cadê a democracia, porque democracia está muito longe de tudo isso” (M.A. – CEM/SEM).

“Quando nós buscamos a democracia e, dentro dessa concepção de democracia um dos princípios mais importantes que se discute é a igualdade, a discussão sobre relações de gênero entra com tudo aí.

E entra até como o primeiro ponto a ser discutido. Porque se conseguir tratar a outra pessoa com igualdade, respeito ... eu acho que começa por aí, e se na sua casa você não trata a sua filha, a sua mãe, o homem não trata a sua mulher, a sua filha e a sua mãe com igualdade, ele quer discutir o que de democracia? Ele vai respeitar quem? Eu acho que o princípio da igualdade está estreitamente relacionado com a discussão da democracia. A mulher, ela tem que ser colocada nessa discussão com igualdade e a coisa começa mesmo com o princípio da igualdade quando se discute a democracia. Acho que esse é o grande princípio" (D.B. – CEM/SEM).

"(...) quando você fala em democracia, que é um governo do povo, para o povo, que é um governo aberto, a liberdade de discussão e de participação, se você participar partindo da definição conceitual de democracia, há que se fazer uma correlação com gênero no momento em que nós vemos na história, não só do Brasil, mas do mundo, a discriminação da participação da mulher em todas as instâncias de sua vida e ao longo de toda essa história. Então, num país democrático onde a mulher ainda apanha, onde a mulher ainda ganha menos que o homem, para exercer a mesma função, o mesmo cargo, num país que se diz democrático e que a mulher tem ainda toda uma subjugação, toda uma discriminação, não só a mulher, mas em todas as formas de discriminação racial, de raça ou de gênero, nós vemos que precisamos amadurecer muito ainda o conceito de democracia" (R.S. – CEM/SEM).

O sentido de democratização do Estado, para o movimento de mulheres, está na busca de rupturas com seu padrão pretensamente neutro, com a burocratização e com sua privatização por elites políticas (COSTA, 1997). Neste caso, contribuir para a inclusão das mulheres nas esferas de tomada de decisões, criando processos coletivos para tal, e promover a introdução da perspectiva de gênero nas políticas públicas atenderiam algumas das necessidades para esse projeto de democratização do Estado e da esfera pública. Paralelamente, também contribuiria para politizar e democratizar questões implicadas nas relações de gênero.

Na experiência de Londrina, há algumas contribuições nesta direção, mesmo com todos os limites apontados ao longo deste trabalho. Através da interação com a SEM e com o CMDM, as mulheres de organizações comunitárias femininas têm iniciado a experiência de atuar junto aos órgãos públicos, o que, muitas vezes, aparece como conquista em suas falas. Com isto podemos dizer que há uma redução na impermeabilidade estatal para esses grupos sociais, o que também reduz seu

caráter abstrato e dissociado de grupos politicamente excluídos.

Mulheres, que até recentemente encontravam-se aprisionadas na vida doméstica, passam, por meio da atuação nas associações de mulheres, a se constituírem em atrizes na cena pública. Neste caso, a concepção de que os novos atores sociais se caracterizam por construir trajetórias do privado para o público (SADER, 1988) adquire maior profundidade em relação à participação das mulheres, principalmente das mulheres pobres das periferias urbanas, porque estas permaneceram maior tempo presas na esfera privada e alijadas da esfera pública, portanto, excluídas dos processos políticos e das esferas de tomada de decisões.

Dessa forma, as organizações comunitárias femininas contribuem para o processo de engendramento da democracia participativa, configurando a inserção de mulheres de baixa renda na esfera pública, as quais buscam romper com uma dupla exclusão: de gênero, por suas condições de mulher; e de classe, por suas condições de pobreza.

A experiência participativa, possibilitada por essas organizações femininas, estimulam, em muitos casos, a participação da comunidade local em atividades coletivas que visam à solução de problemas comuns vividos no bairro. Essas iniciativas fomentam uma base organizativa que estimula a participação das mulheres em diversos canais de atuação, abrangendo desde a região de seu bairro, até questões de âmbito municipal, compreendendo tanto os espaços públicos alternativos, quanto os estatais.

Através da mútua legitimidade propiciada pela forma de interação entre organizações comunitárias femininas e órgãos estatais voltados para essa temática, gesta-se um processo de nova inclusão das mulheres como atrizes na arena pública. Isso tem contribuído para fomentar o aprendizado de lideranças femininas, no debate sobre políticas públicas e o papel do Estado, reduzindo também o caráter abstrato do Estado.

De um lado, esse contexto demonstra um processo de democratização do Estado e da esfera pública, uma vez que introduz o reconhecimento das desigualdades sociais ao legitimar as políticas de identidade, enfrentando assim o apagamento das diferenças pretendido pela democracia liberal.

Por outro lado, trata-se de uma dinâmica permeada por contradições e limitações.

A experiência no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – palco privilegiado para manifestar as relações de poder entre os diversos atores representados – tem demonstrado que a autonomia é ainda um ponto nevrálgico nessa relação entre movimento de mulheres e Estado.

As articulações para a criação do Conselho foram pautadas pelo discurso da democratização do Estado, contudo, sua atuação tem sido marcada pelo domínio da Secretaria Especial da Mulher. A indicação mais forte disso é o destaque dado no Conselho às secretárias da mulher, que sempre tiveram cargo de mando entre as conselheiras, ora como presidente, ora como vice-presidente, eleitas pelo conjunto de representantes no Conselho, às vezes até cometendo infrações ao regimento interno³⁹.

Esta valorização ao Poder Executivo está presente também nos discursos das lideranças femininas que, em geral, atribuem maior valorização à atuação da Secretaria Especial da Mulher do que ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, caracterizando com isso maior identificação com a democracia delegativa (O'DONNEL, 1996 e 1998) do que com a democracia participativa (BOBBIO, 1986).

Entretanto, isto não pode ser interpretado apenas em função da presença de elementos político-culturais autoritários e do clientelismo ainda marcantes no cenário brasileiro e londrinense. Outros elementos precisam também compor essa análise para se compreender a atuação dessas lideranças femininas. Primeiro, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher passou seus dois primeiros anos – 1999 e 2000 – discutindo basicamente questões internas, ligadas ao seu funcionamento e composição. Com isso, não desenvolveu ações que visassem atingir públicos externos à sua estrutura e que dessem mostras de distinção em relação à Secretaria Especial da Mulher. Conseqüência disso é que para muitas lideranças o

³⁹ Desde a criação do Conselho em 1999 até este momento, três mulheres ocuparam o cargo de Secretária Especial da Mulher e todas tiveram cargo de destaque no Conselho, sendo a primeira presidente e as duas últimas vice-presidentes. Estas não podiam se candidatar ao cargo de presidente porque não havia vacância deste cargo. Em março de 2000, com o pedido de exoneração da então Secretária Especial da Mulher e Presidente do CMDM, a então vice-presidente assumiu a presidência, com direito a exercer o cargo até a realização da próxima Conferência Municipal dos Direitos da Mulher. Pelo regimento, a 1ª. Secretária do Conselho deveria assumir a vice-presidência, mas as conselheiras, ignorando tal norma, deliberaram pela eleição da nova secretária da mulher para o cargo de vice-presidente do CMDM, o que se repetiu duas vezes.

Conselho apresenta-se apenas como um apêndice da Secretaria Especial da Mulher.

Segundo, a atuação do conjunto de conselheiras é ainda frágil, em especial das representantes de organizações comunitárias femininas, o que, se não justifica, ao menos tem possibilitado o comando por parte da Secretaria Especial da Mulher, que se dedica mais aos temas das pautas e dispõe de maior poder no que diz respeito ao acesso à informação, além do poder simbólico de que gozam as secretárias da mulher.

Terceiro, porém não menos importante, na maioria das associações de mulheres, suas prioridades têm sido as reivindicações por serviços e atendimentos, funções que não são da competência do Conselho, mas sim da Secretaria, embora o Conselho possa ser o canal para encaminhamento de tais reivindicações.

Outro indicador dos limites, em vista de um projeto democrático do movimento de mulheres, tem sido a tendência à tutela na relação entre associações e Secretaria. Conflitos políticos e/ou pessoais desenvolvidos no interior dos grupos são, às vezes, levados à Secretaria Especial da Mulher, atribuindo a esta um papel de mediadora e até de arbitragem para resolução desses problemas. Essa tutela é, num certo sentido, pleiteada pelas lideranças das associações de mulheres, indo das questões jurídicas e administrativas às questões políticas.

Por fim, se esse processo tem revelado boas possibilidades de democratização do Estado e da esfera pública com a inserção dessas mulheres de baixa renda; por outro lado, encontra seus limites nas dificuldades de superar alguns vícios da democracia brasileira, envolvendo a tutela, o paternalismo e o caráter delegativo. Ou seja, a interação entre movimento de mulheres e Estado, em Londrina, tem contribuído para a inserção das mulheres em questões públicas, resta ainda o movimento discutir a qualidade dessa inserção e formular propostas de participação, sob o risco de ficar nas limitações da perspectiva essencialista de gênero.

Desta forma, mantém-se em pauta o desafio do movimento de mulheres de ampliar a democratização do campo político e do Estado (PINTO, 1994b). Para tanto, suas representantes devem apresentar uma participação ativa, a começar pelas conselheiras do CMDM, construindo a capacidade de intervir nas

decisões e deliberações do próprio Conselho e do governo municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa sobre a relação entre o movimento de mulheres com o Estado, na busca pela incorporação de gênero nas políticas públicas e, especialmente, no esforço de interpretação sociológica, procurei captar as diversas facetas que compõem a diversidade da realidade envolvida no objeto de pesquisa e no problema sociológico, tal como construí. Tentei abarcar vários dos aspectos que dão formato à realidade múltipla do processo investigado. Assim, objetivei demonstrar suas contradições, suas ambigüidades, enfim, a dialética na experiência desse/as atores/atrizes políticos/as, que apresentam, em alguns aspectos, mudanças e, em outros, manutenções dos padrões tradicionais de gênero.

As práticas sociais e políticas, dessas mulheres envolvidas na pesquisa, são construídas num movimento pendular entre as inovações nos papéis de gênero e os reforços de alguns traços desses papéis. Dessa forma, procurei diversificar a análise, sem privilegiar o enfoque de seus aspectos “positivos” ou de seus “limites”, mas demonstrando que ambos coexistem, entram em correlação e em contradição. Como sempre, outras explicações seriam possíveis, partindo de outro recorte, elegendo outros caminhos. Este é o resultado do recorte que construí e dos caminhos que segui.

A dinâmica, aqui elucidada, da relação entre as organizações comunitárias femininas com a Secretaria Especial da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Londrina é configurada em um cenário em que o movimento feminista se faz ausente como ator dessa relação, embora alguns de seus princípios estejam presentes nos valores dessas mulheres.

No que diz respeito ao impacto provocado junto às organizações comunitárias femininas, quanto à questão de gênero, a experiência abordada não reflete uma situação em que essas novas institucionalidades estatais possam substituir o papel desempenhado por grupos feministas em outras localidades, por se tratar de esferas que trabalham com lógicas diferentes. Entendo, portanto, que havendo interação entre grupos feministas com setores dos movimentos populares de

mulheres, haveria melhores condições para que estes construíssem uma perspectiva mais crítica quanto à questão de gênero.

Todavia, as novas institucionalidades têm sido as principais responsáveis, em Londrina, pela propagação das temáticas sobre as relações de gênero, introduzindo questões específicas das mulheres na agenda política local. Desta forma, estas institucionalidades têm servido como “vetoras” de um debate forjado nos movimentos de mulheres e sem porta-voz local no próprio movimento. Portanto, em Londrina, da mesma forma que há traduções político-culturais da parte do Estado no uso da linguagem da gênero, também há iniciativas, no interior do próprio Estado, por meio dessas institucionalidades, de avanços na área de atendimento às demandas de gênero.

De forma mais imediata, os resultados das ações dessas institucionalidades podem ser identificados junto às mulheres das organizações comunitárias femininas. Com o processo de interlocução entre esse movimento de mulheres com a Secretaria Especial da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, vem-se engendrando elementos politizadores da questão de gênero entre as lideranças comunitárias, redefinindo, se não suas demandas, ao menos a justificativa para as mesmas.

Nesta direção, um dos aspectos demonstrados na pesquisa diz respeito à mudança nos temas de preocupação das mulheres das OCFs. A análise da trajetória pessoal das mulheres inseridas nos movimentos comunitários mostra que os fatores iniciais de motivação à participação estão estreitamente ligados ao seu cotidiano doméstico e a sua posição na divisão do trabalho por linhas de gênero, que delega às mulheres a responsabilidade pela função reprodutiva e determina o espaço privado como *locus* de sua atuação. Tal responsabilidade é agravada pela condição de classe social.

A origem da formação das OCFs, aqui analisadas, está estreitamente vinculada com essas características. No entanto, pode-se detectar que, ao longo do período de experiência dessas mulheres, as questões relacionadas ao bairro foram cedendo espaço às preocupações mais especificadamente voltadas às questões femininas. Constitui-se “revolucionária” a introdução de temáticas como mulher e

AIDS, violência contra a mulher, sexualidade, gravidez na adolescência, direitos sexuais e reprodutivos, diversidade cultural, entre outros. No cotidiano dessas mulheres, nem sempre tais questões são refletidas a partir das relações de gênero, mesmo assim esta categoria já aparece em alguns de seus discursos ou neles está subjacente. Tendo em vista todo o período em que convivi neste processo, creio que isto seja resultado de ações da SEM, que empreendeu esforços para que, mesmo nas “brechas”, introduzisse as temáticas sobre mulher e gênero entre as OCFs.

A interpretação realizada é de que, especialmente em contextos nos quais não há atuação direta de grupos feministas, a interação entre organizações comunitárias femininas e órgãos municipais pode ser um importante *locus* onde se estabelecem as alianças que buscam legitimidade política para a temática de gênero e para a visibilidade da mulher como sujeito social. Com esta interação, amplia-se, em Londrina, o campo de influência de questões fomentadas pelo feminismo, indo das preocupações com a incorporação de gênero nas políticas públicas às questões que podem contribuir para a democratização da esfera pública.

Entretanto, essa interação entre movimento e Estado não é uma via de mão única. Pode-se identificar uma mútua influência em suas agendas, o que reflete, reciprocamente, em legitimidade pública para a temática sobre a mulher e gênero na arena política. Isto é, a existência das novas institucionalidades serve de estímulo e de legitimação para o surgimento de um número maior de OCFs. Por outro lado, o engajamento das mulheres dessas OCFs junto às novas institucionalidades reforça a legitimidade de manutenção deste campo de poder no interior do Estado.

Neste processo, as potencialidades políticas em prol do empoderamento das mulheres e da democratização do Estado ainda convivem com experiências contraditórias e ambíguas dessas mulheres, tanto dentro quanto fora do Estado. Algumas associações de mulheres, em especial a mais antiga, a Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, apresentam com frequência melhor problematização sobre seus limites no que diz respeito à mudança na condição de vida das mulheres, incluindo a questão da subordinação, e conseguem, com isso, ressignificar ou reorientar algumas de suas ações, como é o caso dos projetos futuros nas áreas de formação profissional e política. Contudo, este não é um processo

uniformizado entre as organizações comunitárias femininas, de forma que muitas não conseguem diferir uma associação de mulheres de uma associação de moradores.

Gostaria de finalizar com reflexões acerca de possibilidades para futuras práticas. O avanço, no sentido de potencializar ações que visem a mudanças na estrutura de poder entre homens e mulheres, requer melhor articulação entre as várias associações de mulheres e, inclusive, com vários tipos de organização de mulheres, dentro e fora de Londrina. Não se trata, portanto, de um projeto que possa ser pautado apenas pela defesa da promoção de uma conscientização das mulheres do movimento e dos órgãos públicos, mas deve visar, principalmente, à construção de uma *praxis* que lhe permita tematizar, política e teoricamente, questões como relação de gênero, democracia e Estado. Nessa dinâmica, as possíveis traduções político-culturais poderão sempre ser retraduzidas, no sentido de recobrar, nas categorias como gênero, sua dimensão crítica e emancipatória.

A dificuldade, encontrada em Londrina para a implantação de um projeto político desta natureza, está no entrave existente na interação entre essas organizações comunitárias femininas, Secretaria Especial da Mulher e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. A forma como se estabelece a divisão, e também a complementação de atribuições, acaba por constituir um círculo vicioso: as OCFs são ainda politicamente frágeis porque precisam de maior atenção do poder público, diga-se, SEM e CMDM; a SEM não conta com um importante *status* na estrutura da administração municipal, porque não há pressão suficiente de um movimento organizado politicamente para tal; o CMDM é ainda frágil porque é dominado pela SEM e porque as OCFs não conseguem disputar poder neste campo com a Secretaria e com o poder público; e muitos outros desdobramentos que surgem deste cenário.

É certo que os três setores – OCFs, SEM e CMDM – carecem de políticas de fortalecimento. A relativa passividade das lideranças das OCFs à SEM, a relativa guetização da SEM em relação ao conjunto da Administração e a relativa paralisia do CMDM, que ainda não obteve sucessos na implantação de suas diretrizes, são todos fatores que dificultam a conquista de êxitos na incorporação da

perspectiva de gênero nas políticas públicas . Talvez a melhor forma de quebrar esse círculo vicioso seja fortalecendo a atuação do CMDM.

É necessário, para o seu fortalecimento, ampliar sua exposição pública, defendendo suas propostas e reivindicações e, dentro da administração municipal, ampliar a interlocução com outros órgãos além da SEM, pois esta já está comprometida com as preocupações presentes no Conselho. O potencial que há para o CMDM ampliar sua influência via SEM é muito pequeno, o que lhe resta é envolver as outras secretarias, seja com funções fins ou meio. Neste processo, a SEM pode ser a colaboradora privilegiada do CMDM, uma vez que dispõe de recursos técnicos e políticos para tal. Entretanto, esta interação entre SEM e CMDM não pode ocorrer sob a forma de dependência e de tutela. Dito de outra forma, o Conselho precisa falar mais por si mesmo e não apenas via SEM, como alternativa para se consolidar como ator político.

Por outro lado, é importante que o CMDM fortaleça sua interação também com setores do movimento de mulheres, entre os quais destacam-se as OCFs. Esta é uma área privilegiada para o CMDM ampliar suas ações educativas e políticas, o que possibilitaria maior difusão de compromissos com a agenda do CMDM e criaria condições para renovações entre as representantes com assento no CMDM. Esta interação por enquanto é escassa e fica mais por conta da organização das feiras para comercialização dos produtos das OCFs e, mesmo neste caso, o contato maior das mulheres das OCFs é com a SEM.

Da mesma forma que a SEM, o CMDM necessita de apoio proveniente dos movimentos de mulheres e, em algumas situações, este apoio pode possibilitar o surgimento de conflitos com o governo, o que, em muitos casos, é um traço de positividade quanto à autonomia de participação dessas mulheres. Para conquistar este apoio, o CMDM precisa publicizar melhor suas ações e desenvolver estratégias de envolvimentos de outras entidades e mulheres que não participam de sua composição.

No campo do projeto de democratização do Estado, a experiência em Londrina também encontra limitações, assim como no campo de empoderamento das mulheres. Embora esta democratização possa se desenvolver por muitas vias, creio

que a politização sobre a questão de gênero é um importante caminho para tal. As denúncias e a conscientização sobre uma esfera pública, constituída com base em exclusões de gênero, raça/etnia e classe social, tendem a se articular com a defesa e a luta pela democratização da sociedade e do Estado.

Para que de fato se efetive a incorporação de gênero nas políticas públicas é, finalmente, fundamental que o movimento de mulheres conquiste maior compromisso dos governos – neste caso dos prefeitos e das equipes de 1º escalão – para tal prioridade. Da forma como vem ocorrendo em Londrina, desde 1993, este compromisso foi sempre apenas oficial, e não efetivo. Alijar as novas institucionalidades na “periferia” da administração pública é uma forma explícita de obstaculizar os avanços na área de atendimento às demandas de gênero e empoderamento das mulheres. Tal compromisso será real quando houver mecanismos políticos e administrativos que, de fato, estipulem este critério na orientação de todas as políticas setoriais da administração. Esta conquista será mais provável no caso de existência de pressões externas aos governos, o que pode também ser fomentado por membros do CMDM.

Entretanto, traduções político-culturais sempre existirão, da parte do Estado e também dos movimentos de mulheres, pois os/as atores/atrizes sempre dão novos significados às categorias envolvidas em suas práticas sociais. Podemos então dizer que, da mesma forma como contamos com várias classificações de feminismos, contamos também com várias perspectivas de gênero. Mesmo assim, será sempre profícuo analisarmos como as diversas perspectivas de gênero enfocam a questão da subordinação feminina e em que termos abordam possíveis alterações nas relações de poder entre homens e mulheres.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T.W. e HORKHEIMER, M. (1985) *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar.

ALVAREZ, Sonia E. (1988) "Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia". In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.315-380.

_____, et al. (1994) *Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. Estudos Feministas*. v. 2, n.2/94, p.255-295, Rio de Janeiro: CIE/ECO/UFRJ.

_____, DAGNINO e ESCOBAR (orgs.). (2000a) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

_____. (2000b) "Em que *Estado* está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com 'perspectiva de gênero'". In: FARIA, Nalu, SILVEIRA, Maria Lúcia e NOBRE, Miriam (orgs.). *Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF (Coleção Cadernos Sempreviva). p.9-25.

_____. (2000c) "Translating the global: effects of transnational organizing on local feminist discourses and practices in Latin America. Paper.

ARENDT, Hannah. (1993) *A condição humana*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

ARON, R. (1989) *Etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.

AVELINO FILHO, George. (1994) *Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas*. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 38, p. 225-249.

BARROSO, Carmem. (1982) *Mulher, sociedade e Estado no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

BECKER, Howard S. (1999) *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec.

BLAY, Eva A. (1983) *Do espaço privado ao público: a conquista da cidadania pela mulher no Brasil*. In: *Espaço e Debates*, v. 9, maio/agosto-83, Cortez, São Paulo, p. 80-89.

_____. (1999) "Gênero e políticas públicas ou sociedade civil, gênero e relações de poder". In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, MaraCoelho de Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres. p. 133-146.

BOBBIO, Norberto. (1986) O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BONACCI, G. e GROPPPI, A. (orgs). (1995) O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Ed. Unesp.

BUTTAFUOCO, Annarita. (1995) Entre cidadania política e cidadania social. Projetos e experiências do movimento político das mulheres na Itália liberal. In: BONACCI, G. e GROPPPI, A. (orgs). O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Ed. Unesp. p.129-158.

CASTRO, M. e LAVINAS, L. (1992) Do feminismo ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A. e BRUSCHINI, C. Uma questão de gênero. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. p. 15-23.

CHIRIAC, Jany e PADILHA, Solange. (1979) Características e limites das organizações de base feminina. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A. e ROSEMBERG, Fúlvia (orgs). Trabalhadoras do Brasil. São Paulo: Brasiliense. p. 191-203.

COELHO, Clair Castilhos. (1999) "Gênero e Políticas Públicas". In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, MaraCoelho de Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.). Falas de gênero: teorias, análises, leituras. Florianópolis: Editora Mulheres. p. 147-160.

COSTA, Claudia de Lima e DINIZ Alai Garcia. (1999) "Entrevista: Mary Louise Pratt". Estudos Feministas, v. 7, n.1 e 2/99, p. 127-40, Florianópolis: IFCS/UFRJ - CFH/UFSC.

COSTA, Delaine Matins (coord.). (1997) Democratização dos poderes municipais e a questão de gênero. Rio de Janeiro: IBAM/Fundação Ford.

COSTA, Sérgio. (1994) Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. Novos Estudos CEBRAP, n. 38. São Paulo: CEBRAP.

_____. (1997) Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 12, n. 35, p. 121-134, out/97.

_____ e WERLE, Denilson Luís. (2000) Reconhecer as diferenças: liberais, comunitaristas e as relações raciais no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo e DOMINGUES, José Maurício (orgs.). Teoria social e modernidade no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

DABOIT, Pedro Carlos. (1996) Do sócio-religioso ao sócio-político: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a Igreja Católica no oeste catarinense. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC.

DOIMO, Ana Maria. (1997) Movimentos sociais e participação política: a problemática contemporânea da ação-direta. In: CAMINO, Leôncio; LHULLIER, Louise e SANDOVAL, Salvador (orgs). **Estudos sobre comportamento político: teoria e pesquisa**. Florianópolis: Letras Contemporâneas. p. 129-47.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. (1991) As três economias políticas do *Welfare State*. Lua Nova, n. 37, p. 5-31.

FOUCAULT, Michel. (1995) "O sujeito e o poder". In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense. p. 231-249.

GODINHO, Tatau. (2000) "A ação feminista diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas". In: FARIA, Nalu, SILVEIRA, Maria Lúcia e NOBRE, Miriam (orgs.). **Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: SOF (Coleção Cadernos Sempre Viva). p.26-37.

GROPPI, Angela. (1995) As raízes de um problema. In: BONACCI, G. e GROPPPI, A. (orgs). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: Ed. Unesp. p.11-25.

GUZMÁN, Virginia. (2000) "A equidade de gênero como tema de debate e de políticas públicas". In: FARIA, Nalu, SILVEIRA, Maria Lúcia e NOBRE, Miriam (orgs.). **Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: SOF (Coleção Cadernos Sempre Viva). p. 63-86.

HELD, David. (1997) Desigualdades de poder, problemas da democracia. In: MILIBAND, David (org.). **Reinventando a esquerda**. São Paulo: UNESP. p. 67-82.

HIRATA, Helena. (1999) Trabalho e divisão sexual do trabalho. **Folha Feminista**, São Paulo, n. 3, p. 1-2, maio/99.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. (1991) **Mulher e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro. Escola Nacional de Serviços Urbanos. Núcleo de Estudos de Gênero.

JELIN, Elizabeth. (1994) Mulheres e Direitos Humanos. **Estudos Feministas**, v. 2, n.1/94, p. 117-49, Rio de Janeiro, CIE/ECO/UFRJ.

_____. (1995) Família y género: notas para el debate. **Estudos Feministas**, v. 3, n.2/95, p. 395-413, Rio de Janeiro, CIE/ECO/UFRJ.

JOVCHELOVITCH, Sandra. (2000). **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes.

KARTCHEVSKY, Andrée et al. (1986) O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LEÓN, Magdalena. (2000) Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder. Estudos Feministas, v. 8, n. 2, p. 191-205, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC.

LISBOA, Teresa Kleba. (2000) Heroínas em luta na conquista de suas glórias. Um estudo sobre o processo de "empoderamento" das mulheres nas comunidades de periferia de Florianópolis. Tese de Doutorado, Porto Alegre, UFRGS.

MACHADO, Leda M. V. (1995) Atores sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero. São Paulo: Annablume.

_____. (1999) A incorporação de gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios. São Paulo: Annablume.

MARIANO, Silvana Aparecida e GALVÃO, Elaine. (2000) Mulheres de Londrina: lutas sociais e políticas de 1970 a 2000. Londrina: PML/SEM/CDPSM.

_____. (2000) Mulher e organização política. A Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato. Monografia de Especialização em Sociologia, Londrina, UEL.

MARQUES, Siomara Aparecida. (1996) Mulheres de periferia: tecendo redes na construção da cidadania. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC.

MIGUEL, Luís Felipe. (2001) Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". Estudos Feministas, v. 9, n.1/2001, p. 253-267, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC.

MIGUEL, Sônia Malheiros. (1988) Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC.

MOGHADAM, Valentine M. Transnational feminist networks: collective action in an Era of globalization. International Sociology, v. 15, n. 1, March/2000. p. 57-85.

MOUFFE, Chantal. (1996) O Regresso do Político. Lisboa: Gradativa.

MURARO, Rose Marie. (2000) O que querem as mulheres do século 21. Folha de S. Paulo, 29 dez., 2000, c. A, p. 3.

O'DONNELL, Guilherme. (1996) Uma outra institucionalização: América Latina e alhures. Lua Nova, n. 37, p. 5-31.

_____. (1998) Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina. Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 51, p. 37-61, julho/98.

OLIVEIRA, Francisco de. (1988) O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. *Novos Estudos*, n. 22/1988.

_____. (1999) "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal". In: OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (orgs). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC. p. 55-81.

PAOLI, Maria Célia. (1991) As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 31, p. 107-130, out/91.

_____. (1995) "Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político". In: HELLMANN, Michaela (org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil: "sem a gente não tem jeito"*. São Paulo: Marco Zero. p. 24-55.

PINTO, Céli Regina Jardim. (1992) Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. p. 127-150.

_____. (1994a) "Participação (Representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas". In: SAFFIOTI, Heleieth I.B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (orgs). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. p. 195-230.

_____. (1994b) Mulher e Política no Brasil: os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. *Estudos Feministas*, número especial, 257-70, Rio de Janeiro: CIE/ECO/UFRJ.

_____. (1999) Democracia como significante vazio - a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. *Sociologias*, ano 1, n. 2 jul/dez 1999, Porto Alegre. PPGS/UFRGS, p. 68-99.

_____. (2000) "A democracia desafiada: a presença de direitos multiculturais". In: AVRITZER, Leonardo e DOMINGUES, José Maurício (orgs.). *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. p. 136-158.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van. (1992) *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradativa.

ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Louise (coods). (1979) *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ROSSI-DORIA, Anna. (1995) Representar um corpo: individualidade e "alma coletiva" na luta pelo sufrágio. In: BONACCI, G. e GROPPI, A. (orgs). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: Ed. Unesp. p. 109-128.

SADER, Eder. (1988) **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, faixas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. (1994) "Pós-fácio: Conceituando o gênero". In: SAFFIOTI, Heleieth I.B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (orgs). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. p. 271-283.

SANTOS, Boaventura de Souza. (1999) "Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo". In: OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (orgs). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC. p. 83-129.

SARACENO, Chiara. (1995) A dependência construída e a interdependência negada. In: BONACCI, G. e GROPPI, A. (orgs). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: Ed. Unesp. p.205-234.

SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (orgs.). (1987) **Uma revolução no cotidiano?** São Paulo: Brasiliense.

SCHERER-WARREN, Ilse; LEIS, Hector; COSTA, Sérgio; et al. (2000) **Cidadania e Multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo**. Lisboa: Socius.

SCHUMACHER e VARGAS. (1994) "Lugar no governo: alibi ou conquista?" **Estudos Feministas**, v. 2, n.3, p. 117-49, Rio de Janeiro: CIE/ECO/UFRJ.

SCHMUKLER, Beatriz. *Las mujeres en la democratización social. ?* **Estudos Feministas**, v. 3, n.1/95, p. 136-155, Rio de Janeiro: CIE/ECO/UFRJ.

SCOTT, Joan. (1990) **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n 2, p. 5 - 22.

SILVA, Ricardo. (1995) **Democracia delegativa ou vicissitudes da transição?** *Revista de Sociologia e Política*. n. 4/5, p. 175-88.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. (1997) **Contribuições da perspectiva de gênero para o esboço de alternativas emancipatórias da sociedade**. In: BATISTA, D. et al (org.). **Cidadania e subjetividade**. São Paulo: Imaginário.161-180.

_____. (1999) **Itinerários de gênero e re-significação da cidadania**. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOARES, Vera. (1994) **Movimento feminista. Paradigmas e desafios**. *Estudos Feministas*, número especial, p.11-24, Rio de Janeiro: CIE/ECO/UFRJ.

_____. (1998) Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, A., FARIA, N. e GODINHO, T. (orgs). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. p.33-54.

_____ e DELGADO, Maria Berenice Godinho. (1995) O movimento de mulheres na transição democrática brasileira. In: HELLMANN, Michaela (org.). **Movimentos sociais e democracia no Brasil: "sem a gente não tem jeito"**. São Paulo: Marco Zero. p. 77-100.

SOJO, Ana. (1988) **Mujer y política: ensayo sobre el feminismo y el sujeto popular**. San José: DEI, 2ª ed. Cap. III.

SORJ, Bila. (1992) O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, A. e BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. p. 15-23.

SORJ, Bila e GOLDENBERG, Mirian. (2000) "Entrevista: Hilary Wainwright". **Estudos Feministas**, v. 8, n. 1/2000, p. 115-126, Florianópolis, CFH/UFSC.

STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 7ª ed., 1995. p. 933-942.

THIOLLENT, Michel. (1982) **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Polis.

TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian. (1992) **A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan.

VARIKAS, Eleni. (1994) Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. **Estudos Feministas**. v. 4, n. 1, p. 65-94, Rio de Janeiro, CIE/ECO/UFRJ.

WEBER, Max. (1991) **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB.

WEFFORT, Francisco. (1994) **Qual democracia?** São Paulo: Cia. das Letras.

ANEXOS

ANEXO I

QUESTIONÁRIO - 1ª ETAPA

ENTREVISTA COM AS PRESIDENTES DAS OCFs

1. ENTIDADE:

2. ENTREVISTADA:

Nome	Cargo	Tempo na entidade

3. Qual é o ano de fundação da Associação? _____

4. Existe estatuto registrado em cartório?

() Sim () Não () Não sabe

Desde que ano? _____

5. Qual o tempo do mandato da diretoria da Associação?

() 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos e mais

6. Quem estimulou a criação da Associação de Mulheres?

() representantes da Igreja - qual igreja? _____ () H () M

() lideranças partidárias - qual partido? _____ () H () M

() lideranças da comunidade quem? _____ () H () M

() representantes da Prefeitura - qual secretaria? _____ () H () M

() outras _____ () H () M

() não sabe

7. O que motivou o surgimento da Associação?

(havendo mais de uma resposta, hierarquize-as)

() carência de serviços públicos no bairro

() interesse em facilitar o contato com a Prefeitura

() interesse em promover a mulher

() outros _____

8. Cite três principais lutas da Associação? (hierarquizar)

1. _____

2. _____

3. _____

9. Existe grupo de produção na Associação?

Sim Não Não Sabe

com quantas pessoas? _____

o que produz? _____

qual o objetivo? _____

10. A Associação dispõe de uma sede?

Sim Não Não Sabe

No caso de dispor: própria alugada cedida

11. Existe associação de moradores nesse bairro?

Sim Não Não sabe

12. Em seus objetivos e atividades, a Associação de Mulheres se diferencia da Associação de moradores?

Sim Não Não sabe

Qual é a principal diferença? _____

**13. Quais as atividades regulares desenvolvidas pela Associação de Mulheres?
(hierarquizar por frequência)**

14. Com quais entidades do poder público e da sociedade civil a Associação se relaciona e mantém parcerias? (as principais)

poder público: _____

sociedade civil _____

**15. Que tipo de solicitação a Associação costuma encaminhar à Prefeitura?
(hierarquizar por frequência)**

16. Qual a forma mais comum de encaminhamento das solicitações? (hierarquizar)

- diretamente com o Prefeito
 diretamente com as secretarias competentes
 via Secretaria Especial da Mulher
 via conselhos municipais
 outros _____

17. Existem creches suficientes na área de abrangência da associação?

- Sim Não Não Sabe

18. A associação já reivindicou a implantação de creches?

- Sim Não Não Sabe

Qual foi o resultado: _____

19. De que forma a Associação obtém dinheiro para suas atividades?

- promoções
 convênio com PML
 vendas de mercadorias produzidas na associação
 Outros _____

20. Vocês desejam continuar recebendo, ou passar a receber, dinheiro da Prefeitura para a Associação de Mulheres?

- Sim Não Talvez Não sabe

21. Em sua opinião, o que normalmente acontece com a autonomia política das entidades que recebem recursos da Prefeitura?

- as entidades ficam mais autônomas
 as entidades perdem autonomia
 não há interferência quanto à autonomia
 não sabe

22. Com qual órgão da Prefeitura a Associação mais se relaciona?

23. Que tipo de apoio a associação já recebeu ou recebe da SEM?

24. Existe algum acompanhamento das atividades da Associação por parte da Secretaria da Mulher?

- Sim Não Não Sabe

Que tipo de acompanhamento? _____

25. Em sua opinião, é importante haver órgãos públicos específicos para tratar de questões das mulheres?

- Sim Não Indiferente Não sabe

26. Em sua opinião, que consequência a criação de órgãos como a Secretaria Especial da Mulher pode provocar para o movimento de mulheres?

- enfraquecer o movimento de mulheres
 fortalecer o movimento de mulheres
 outras consequências _____
 nenhuma consequência
 não sabe

27. Em sua opinião, qual deveria ser o seu papel da Secretaria Especial da Mulher?
(havendo várias respostas, hierarquize-as)

- Apoiar os grupos de mulheres e organizar o movimento de mulheres
 influenciar nas outras secretarias
 Outros _____

28. Em sua opinião, quem a Secretaria Especial da Mulher representa:

- representa o movimento de mulheres
 representa o governo municipal
 outros _____
 não sabe

29. Em sua opinião, existem diferenças entre a Secretaria Especial da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher?

- Sim Não Não Sabe

Quais? _____

30. Em sua opinião, qual órgão é mais importante ou eficaz?

- Secretaria Especial da Mulher
 Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
 ambos
 nenhum
 não sabe

31. A Associação tem alguma representação em Conselhos Municipais?

- Sim Não Não Sabe
Qual(is) Conselhos? _____

Quem participa? cargo na Assoc. _____

32. Cite três conquistas obtidas pela associação ao longo de sua existência?

1. _____
2. _____
3. _____

33. Antes de entrar na associação de mulheres, você participava de alguma entidade ou movimento?

() Sim Quais? _____

() Não

34. Atualmente você participa de outras entidades?

() Sim Quais? _____

() Não

ANEXO II

ROTEIRO PARA ENTREVISTA - 2ª ETAPA

APLICAÇÃO COLETIVA COM DIRETORIA DAS OCFs

- Data/local
- Nome/idade/cargo na entidade/tempo de atuação na entidade
- Como se deu a formação da Associação?
- Quais os objetivos da Associação e que tipo de atividades desenvolve?
- Quais os interesses de vocês em participar da associação de mulheres?
- O que difere uma Associação de Mulheres de uma Associação de Moradores?
- Vocês têm contatos com grupos ou ativistas feministas? Como?
- Que tipo de solicitação a Associação costuma encaminhar à Prefeitura e quais os métodos mais comuns para encaminhamento?
- Quais conquistas e quais frustrações já ocorreram com a Prefeitura, com qualquer de seus órgãos?
- Quais as principais diferenças entre as administrações com os quais a entidade manteve contato ?
- Como vocês avaliam a relação do governo local com as associações de mulheres em geral e com a sua especificamente? Quais os reflexos para a autonomia das entidades?
- O que vocês entendem por autonomia das associações de mulheres?
- Em suas avaliações, quais são os principais desafios do movimento de mulheres hoje?
- A Secretaria Especial da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher contribuem ou dificultam o desenvolvimento das associações de mulheres? De que forma?
- A SEM e o CMDM estimulam o debate de novos temas nas associações? Quais temas e de que forma?
- As associações de mulheres tiveram alguma importância para a criação e manutenção da SEM e do CMDM?
- Em suas avaliações, qual é o papel/vantagens/limites da SEM/CMDM?
- Em suas avaliações, que diferença existe entre a Secretaria Especial da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher?

- Esta associação já encaminhou propostas de temas de debates para a SEM e/ou para o CMDM? Quais temas e de que forma encaminhou?
Já encaminhou alguma proposta de projetos sociais? De que tipo?
- Como vocês avaliam a relação da associação de mulheres com a SEM? E com o CMDM? E com a Administração no sentido geral?
- Já houve algum tipo de conflito entre a associação e a SEM, o CMDM e a Administração?
- Como, nesta associação, vocês avaliam as relações entre homens e mulheres na nossa sociedade?
Que influência isso tem nas ações e projetos da associação?
- De que forma as ações da associação podem contribuir para a melhoria de vida das mulheres?
- Citem algumas conquistas obtidas pela Associação
- Em suas avaliações, quais as vantagens de existir as associações de mulheres? E quais os limites que há nas atividades dessas associações? E quais as propostas para avançar mais no trabalho das associações de mulheres?
- Nesse momento, quais são as prioridades nas atividades da sua Associação?

ANEXO III

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SECRETÁRIAS ESPECIAIS DA MULHER

- A que você credita sua indicação para Secretária da Mulher?
- Você se define como feminista?
- Na sua avaliação, qual o papel de uma coordenadoria ou secretaria da mulher?
- Quais eram os temas de preocupação da CEM/SEM durante sua gestão?
- Durante sua gestão, quais os avanços/conquistas obtidos pela CEM/SEM e qual foi a importância das associações de mulheres nesses contextos?
- Durante sua gestão, em quais propostas a CEM/SEM não obteve sucesso e qual foi a atuação das associações de mulheres? (dificuldades com a Administração)
- Durante a sua gestão, a CEM/SEM trabalhava com a questão de gênero? E como enfocava as relações sociais de gênero? Como incorporava isso nas ações e projetos?
- Como você define, em termos políticos, a relação da CEM/SEM com as associações de mulheres durante a sua gestão?
- E a relação das associações de mulheres com a Administração no sentido geral?
- Na sua avaliação, as associações de mulheres tiveram alguma importância para a criação e manutenção da CEM/SEM?
- A CEM/SEM contribuía para a criação e desenvolvimento de associações de mulheres? De que forma? Com quais interesses?
- A CEM/SEM estimulava o debate de novos temas nas associações? Quais temas e de que forma?
- As associações de mulheres encaminhavam propostas de temas de debates para a CEM/SEM? Quais temas? De que forma encaminhavam? Com que frequência? Encaminhavam propostas de projetos sociais ou ações específicas? De que tipo?
- Quais conflitos surgiram entre as associações de mulheres e cada uma dessas instâncias (especificar CEM/SEM e Administração)?

- Na sua opinião, é possível estabelecer uma correlação entre relação de gênero e democracia? Como?
- Na sua avaliação, quais as vantagens de existir uma CEM/SEM? E quais os limites que há em sua atuação, considerando a experiência local?
- Na sua avaliação, qual é o papel/vantagem/limites das associações de mulheres?
- Durante sua gestão, quais foram as prioridades na agenda da CEM/SEM?
- E quais foram os impactos provocados no conjunto da administração?
- E quais foram os impactos provocados na organização das associações de mulheres e do movimento de mulheres?
- Durante sua gestão, houve participações de funcionárias/os da SEM em cursos específicos sobre a questão de gênero ou planejamento sob a perspectiva de gênero? Qual foi a representatividade?
- Na sua opinião, quais as estratégias poderiam ser adotadas para se avançar nos trabalhos da Secretaria Especial da Mulher, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e das associações de mulheres?

ANEXO IV

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM

- Fale sobre o processo de criação do CMDM
- Qual foi o papel dos grupos e associações de mulheres para a criação do Conselho?
- Quais os objetivos do CMDM?
- O que caracteriza as diferenças entre a SEM e o CMDM?
- Quais estratégias foram adotadas para que não se confundisse o CMDM com a SEM?
- Faça uma avaliação sobre a autonomia do CMDM de acordo com a experiência até o momento?
- Quais foram as ações concretas realizadas pelo Conselho, tendo em vista as diretrizes aprovadas na Conferência?
- Quais os possíveis impactos causados por essas ações?
- Como você avalia a atuação das representantes das organizações comunitárias femininas dentro do CMDM? E das demais conselheiras, tanto da sociedade civil, quanto do governo?
- Pensando na incorporação da perspectiva de gênero, como você avalia as possíveis influências:
 - a) do CMDM na direção dos projetos e políticas públicas e nos investimentos dos recursos públicos?
 - a) do CMDM para a atuação das associações de mulheres, compreendendo as formas de organização e as preocupações sociais e políticas?
 - b) das associações de mulheres para a atuação do CMDM, compreendendo a formação de uma agenda política?
- Há influências de princípios feministas na orientação política do Conselho? Quais princípios? E qual é o seu peso?

- Como o Conselho busca atingir os grupos e associações de mulheres que não têm conselheiras participando?
- As associações de mulheres já encaminharam qualquer tipo de propostas para o Conselho? De que tipo?

ANEXO V

**Diretrizes aprovadas para o CMDM, na
1ª Conferência Municipal dos Direitos da Mulher (fev./1999)**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

ESTADO DO PARANA

1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER **Diretrizes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**

Frente a busca da eliminação da discriminação entre homens e mulheres, com atenção às especificações raciais, de credo e religião e a consolidação de uma plena cidadania das mulheres, as diretrizes apresentadas definem mecanismos necessários para que os direitos da mulher, que são direitos humanos, se traduzam em reflexões e ações para a realidade da vida social e a promoção da igualdade, através da responsabilidade do poder público, em níveis municipal, estadual e federal, em implementar e efetivar políticas públicas que garantam as Diretrizes apresentadas na 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Mulher.

Educação

A educação é um direito de todos os cidadãos e instrumento essencial da conquista da igualdade entre os homens e mulheres; Ao Conselho Municipal da Mulher compete: incentivar ampla discussão e articulação para garantir que o sistema educacional promova através da proposta curricular, programas especiais, capacitação de professores e elaboração de materiais didáticos visando a igualdade de gênero e racial e a eliminação da educação diferenciada.

Comunicação

Se faz necessário incluir a discussão e a reflexão de gênero: na política de comunicação nas diferentes instâncias governamentais e da sociedade civil, e nos currículos dos cursos de comunicação (3º grau), visando a equidade de gênero. A comunicação é um espaço político em si, estratégico para a defesa da igualdade, do desenvolvimento e da paz.

Ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher compete: estimular os meios de comunicação a dar mais visibilidade à produção das mulheres na mídia, assim como estimular a celebração de convênios com faculdades de comunicação para projetos de monitoramento da mídia, visando evitar a proliferação dos estereótipos; promover a discussão de temas relacionados aos direitos humanos das mulheres; e criar mecanismo de divulgação das leis, para que a mulher exerça seus direitos de cidadania.

Recomendações:

- Que se atente ao feminino ao dirigir-se à mulher, seja no contexto escrito ou falado;
- Promover através da Secretaria Municipal de Cultura, eventos que dêem visibilidade à produção artística e literária das mulheres Londrinenses;
- Promover convênios com ONGs e Universidades para capacitação de mulheres na área de comunicação, política e pesquisa.

Saúde

A política de atenção à saúde da mulher deve estar voltada para o atendimento em todas as fases de seu ciclo vital.

Ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher compete: propor mecanismos e programas de atendimento que façam avançar: a diminuição das taxas de mortalidade materna, a redução da gravidez na adolescência, a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, do câncer de mama e cérvico uterino, bem como o atendimento à interrupção da gravidez prevista em Lei pelos hospitais da rede pública e a atenção a saúde mental; ampliar a informação e o acesso aos meios contraceptivos seguros na área do planejamento familiar e monitorar a implementação do programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher deve incentivar e apoiar a implantação de serviços médicos de atenção especial à saúde da mulher: propor a criação de programas especiais fixos e móveis e apoiar as iniciativas já existentes, além de estudos, pesquisas e campanhas.

Recomendações:

- Abertura de Postos de Saúde aos sábados de manhã;
- Atendimento médico em Postos de Saúde na zona rural;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

ESTADO DO PARANA

- Assegurar os Programas: Médico Domiciliar ao idoso; Especiais Fixo e Móvel de saúde (ex. Prostitutas, presidiárias,...) e de Prevenção e Assistência às doenças do trabalho (LER – lesão por esforços repetitivos);
- Dentro do Programa de Acompanhamento de Saúde Mental, que se dê atenção especial a pacientes do aborto legalizado e a portadores de angústia, stress, ...;
- Distribuição de remédios que venham a atender a doenças cardíacas e pessoas de idade maior (menopausa e 3ª idade).

Prevenção e Combate à Violência

A violência contra a mulher é reconhecida como crime. Se por um lado, exige punição ao agressor, por outro, o atendimento às vítimas e ações preventivas são indispensáveis.

Ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher compete: coordenar ações articuladas com as instâncias federal, estadual e municipal, tanto com os órgãos governamentais, quanto com os da sociedade civil para: estabelecer termos de cooperação e convênios; promover campanhas de esclarecimento e opinião pública; discutir a viabilidade e a execução de programas especiais na área de prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, garantindo a implantação e manutenção da Casa Abrigo; promover cursos de capacitação para todos os níveis de profissionais, que de uma forma ou de outra atendem ou convivem com a mulher em situação de violência, em especial na área de segurança pública, defensoria pública, ministério público e poder judiciário, para proporcionar assim um atendimento qualificado; estimular estudos e pesquisas que possam contribuir na prevenção e no combate à violência contra a mulher.

Mulheres e Direitos Humanos

O direito de mulheres e homens de todas as idades a gozar dos benefícios de uma cidadania plena e sem discriminações por razão de sua origem étnica ou racial, e a viver uma vida livre de violência, é uma das preocupações previstas na proposta da Declaração dos Direitos Humanos: Uma perspectiva de gênero.

Ao Conselho Municipal dos direitos da Mulher compete: possibilitar reflexões acerca do entendimento conceitual dos Direitos Humanos, visando corrigir equívocos que ainda persistem nas relações de gênero; defender a participação das mulheres sem restrições, em todos os setores da sociedade, buscando a igualdade de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, sexuais e reprodutivos; defender a qualidade de vida com respeito ao ser humano em seu desenvolvimento integral e ao meio ambiente sadio; divulgar em campanhas de opinião pública, pelos meios de comunicação de massa, os valores e modos de comportamento capazes de combater os preconceitos e promover e implementar medidas de prevenção e erradicação do trabalho nocivo, exploração sexual e pornografia infanto-juvenil, tráfico de crianças e outras formas de abuso sexual.

Combate à Pobreza

A criação de mecanismos capazes de assegurar a participação das mulheres nos processos de geração de renda e emprego, é uma das garantias do acesso das mulheres às políticas sociais de caráter universal.

Ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher compete: promover a interlocução com diferentes órgãos e segmentos da sociedade e do poder público, no sentido de garantir às mulheres o acesso e discussão nas diversas áreas das políticas públicas; garantir a ampla participação e acesso das mulheres em projetos de educação profissional afim de facilitar a sua inserção no mercado de trabalho e iniciativas de geração de renda; promover projetos de educação profissional, principalmente para as de situação de risco e desvantagem social; desenvolver estudos e pesquisas capazes de identificar necessidades locais de trabalho feminino; promover junto à mulher trabalhadora a divulgação dos seus direitos trabalhistas e da existência de projetos de geração de emprego e renda; criar e divulgar mecanismos que facilitem a obtenção de crédito por parte das mulheres, em especial as chefes de família, para financiamento da casa própria, microempresas, cooperativas ou de outros projetos que lhes permitam aumentar seus rendimentos no campo ou na cidade; incentivar a realização pelo IPEA e IBGE, de mapeamento da pobreza feminina, assim como monitoramento do impacto das políticas públicas na reversão desse quadro e buscar meios para evitar que as empresas exijam o teste de gravidez como condição para contratação de mulheres.

Participação Política



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

ESTADO DO PARANA

A presença das mulheres nos altos cargos do poder executivo e judiciário é reduzida, e no que se refere às organizações da sociedade civil a presença da mulher tem crescido na sua quantidade e qualidade, abrindo novos caminhos para a participação social e política.

Ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher compete: estabelecer mecanismos que estimulem uma participação paritária entre homens e mulheres, das mulheres nas instâncias de deliberação e decisão em organizações governamentais, partidos políticos e da sociedade civil; e criar espaços de capacitação e formação de mulheres, para o exercício de liderança e participação feminina.

Recomendações:

- Garantir por intermédio do Tribunal Superior Eleitoral, que os resultados das eleições sejam desagregados por sexo e acessíveis ao público.